
Furnas Centrais Elétricas S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das coligadas, controlada e de empresa controlada em conjunto

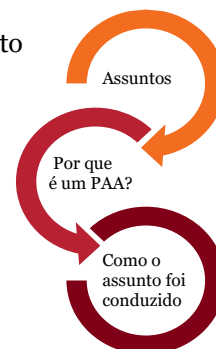
Conforme mencionado nas Nota 13.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Teles Pires Participações S.A., as coligadas Enerpeixe S.A. e Chapecoense S.A. e a controlada Madeira Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2022. As circunstâncias da controlada em conjunto, das coligadas e da controlada demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, intangível (Notas 14 e 15) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 13)

O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoeletricas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

O intangível consolidado é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das unidades geradoras de caixa e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos, do intangível e do ativo imobilizado da Empresa e suas controladas.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas projetadas e despesas por UGC, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Com base na legislação societária vigente, também avaliamos a existência e valor das obrigações legais nos casos em que a Empresa constitui provisão para perdas adicionais para os investimentos em coligadas cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero.

Efetuamos a leitura das divulgações em notas explicativas.



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Porque é um PAA

Adicionalmente a Empresa possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado ou seu valor de mercado, dos dois o maior. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informação como em dados históricos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidos.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 9)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Empresa, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (RAP) nos controles auxiliares da Empresa com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa.	taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Provisão para litígios e passivos contingentes (Nota 27)	
A Empresa e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributárias, originados no curso normal dos negócios. A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Empresa e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento. Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações. Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências. Por fim, efetuamos a leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Combinação de negócios (Nota 13.2)

Em julho de 2022, a Empresa concluiu o processo de aquisição de controle da Madeira Energia S.A.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Empresa, com o apoio de avaliadores externos contratados pela administração.

Consideramos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria devido à complexidade inerente ao processo de combinação de negócios, que envolve a determinação da data de obtenção de controle e da contraprestação paga na transação, bem como na identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração dos valores justos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios.

Efetuamos a leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtivemos evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle da Madeira Energia S.A. pela Empresa.

Também contamos com o envolvimento de nossos especialistas em avaliação de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Empresa, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria.

Reconhecimento do intangível - Novos contratos de concessão (Notas 1.1.1 e 15)

Em junho de 2022, a Empresa, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para oito usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021, que permitiu e determinou as condições para a desestatização de sua controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras").

Os novos contratos concederam o direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos, tendo como contraprestação: a obrigação de compromissos de

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação de transações não usuais.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão, leis e normativos associados ao processo de obtenção dos novos contratos de concessão, bem como discutimos com a administração os principais aspectos de mensuração e reconhecimento desses novos contratos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos,



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
pagamentos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o pagamento de bônus de outorga, pagamentos para revitalização dos recursos hídricos de bacias hidrográficas e a reversão da provisão de contratos onerosos, que totalizam o custo de aquisição do ativo intangível referente aos contratos de concessão no montante de R\$ 20.399 milhões. Consideramos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria devido a sua relevância e pelos aspectos relacionados à formação do custo de aquisição no reconhecimento do ativo intangível destes novos contratos de concessão.	consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão coerentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Furnas Centrais Elétricas S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Valter Vieira de Aquino Junior
Signed By: VALTER VIEIRA DE AQUINO JUNIOR:30333500890
CPF: 30333500890
Signing Time: 13 de março de 2023 | 21:53 BRT
ICP-Brasil
Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2022

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Conselho de Administração

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - **Presidente**

- Camila Galda Sampaio Araujo • Marcio Szechtman • Stania Lopes Moraes

Representante dos Empregados

Leonardo dos Santos Pessoa

Independente

vago

Conselho Fiscal

Efetivos

- Rodrigo Villela Ruiz • Roberto Pinheiro Klein Júnior

Suplentes

- André Luiz Amaral dos Santos • Andrea Costa Amancio Negrão • Marcelo Senna Valle Pioto

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

**Diretor de Operação
e Manutenção**

Francisco José Arteiro
de Oliveira

**Diretor de Gestão
Corporativa**

Pedro Eduardo
Fernandes Brito

Diretor de Finanças

Caio Pompeu de
Souza Brasil Neto

**Diretor de Regulação
e Comercialização**

José Alves de Mello
Franco

Diretor de Engenharia

Sidnei Bispo

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Crescer de forma sustentável, garantindo o progresso, a eficiência e a constante modernização das operações têm sido os principais pilares da atuação da Eletrobras Furnas ao longo de seus 66 anos de atividades. Com foco e metas claras de desenvolvimento responsável, associados às mais avançadas iniciativas de governança, atingimos um modelo de gestão capaz de impulsionar os resultados do setor elétrico.

A busca permanente pela excelência, sobretudo diante dos desafios que chegaram com as transformações, assegurou-nos incontáveis reconhecimentos de padrões internacionais em diversas áreas, especialmente no que se refere à inovação e à geração de energia limpa, sempre alinhados aos objetivos estratégicos da Eletrobras.

Com os novos tempos e a busca incessante por superações, chegaram também conquistas significativas em diversos segmentos e operações. Para isso, a companhia implementou metas e programas que estimulassem a diversidade nos cargos de lideranças, a equidade de gênero, os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Furnas investiu fortemente na cultura organizacional em sinergia com cada uma das diretrizes do Plano Estratégico das empresas Eletrobras. A companhia aperfeiçoou a gestão de negócios e processos, valorizando competências individuais e coletivas, tais como a alta performance, a integração, o protagonismo, a competitividade, a cooperação e, ainda, a agilidade, a eficiência, entre outras práticas que contribuem para o modelo de negócios de uma empresa inovadora. Os esforços para solidificar uma gestão moderna e atenta às exigências de um ambiente corporativo consciente e saudável contou com cursos de capacitação, mentoria e sensibilização, ministrados em plataforma à distância, para funcionários de todas as regiões.

A energia que move o Brasil

Em 2022, Furnas foi eleita o melhor escritório de Projetos entre as subsidiárias da Eletrobras. Ainda entre os vários destaques de um ano de grandes transformações, merecem especiais menções o contrato de R\$ 400 milhões para modernização da UHE Porto Colômbia; a conquista do sexto lugar no ranking das 100 Empresas mais Inovadoras no Uso de TI (Tecnologia da Informação) de 2022, segundo o IT Forum Itaqui; a venda - em leilão inédito na B3 – de parte do imóvel da antiga sede, em Botafogo (RJ); o projeto de Prevenção contra Perdas e Vazamento de Dados e a reconstrução de cinco torres de transmissão em Minas Gerais.

Furnas concluiu a modernização da proteção do Sistema de Transmissão de Itaipu, iniciou a substituição do seu sistema de sincronismo de tempo e a modernização da segurança cibernética das suas subestações e usinas. Cerca de R\$ 49 milhões estão sendo investidos em 71 instalações operativas, permitindo maior confiabilidade à operação e proteção de dados.

A implantação do ciclo combinado na UTE Santa Cruz foi também concluída. Trata-se de um projeto complexo que adicionará mais 150MW aos 350MW de potência instalada atualmente no empreendimento, sem consumo extra de combustível e nenhum acréscimo de emissões atmosféricas, o que possibilitará significativa redução no Custo Variável Unitário (CVU) da usina, tornando-a mais competitiva na comercialização de energia despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Na área ambiental, Furnas conquistou o 10º Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG) ano-base 2022. Já na área social, além do Edital para Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela primeira vez em sua história, a companhia lançou o Edital para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa, beneficiando diretamente as populações dos territórios onde a Empresa está presente.

São muitos os projetos concluídos, as vitórias alcançadas e os programas em andamento e/ou em conclusão que corroboram com toda essa grande energia que move o Brasil. Furnas atingiu R\$ 5.880 milhões de receita de comercialização, participou de forma competitiva de leilões de energia e tem elevado a participação do varejo em sua estratégia comercial, acompanhando a evolução do mercado.

Em 2022, Furnas escreveu mais um importante capítulo da história do setor elétrico brasileiro e, com o compromisso de modernização e crescimento sustentável, cumpriu papel de protagonismo em muitos momentos marcantes do País.

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

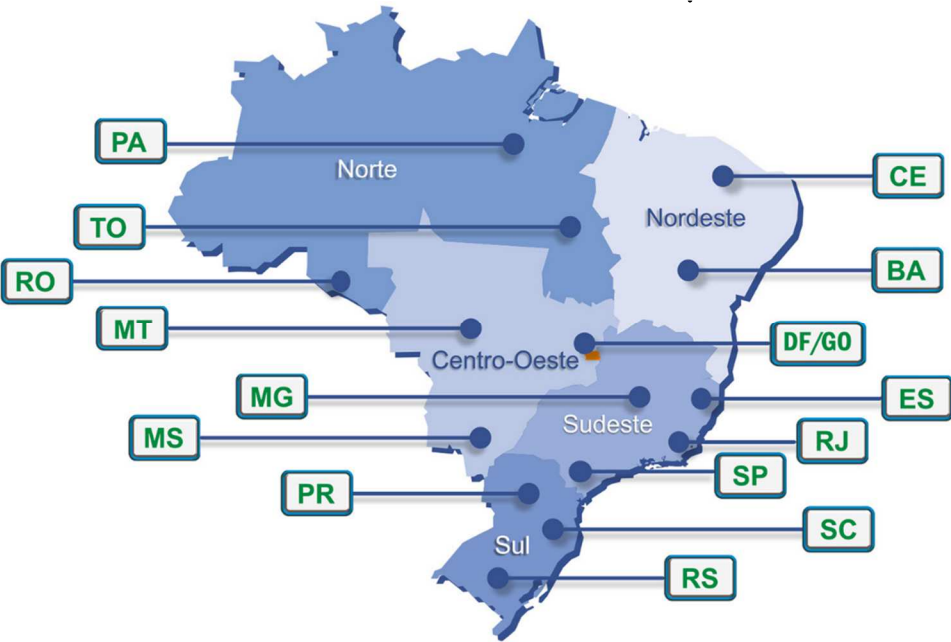
Diretor-Presidente e Diretor de Finanças da Eletrobras Furnas

MODELO DE NEGÓCIOS

Perfil

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas Centrais Elétricas S.A. é sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Eletrobras. Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, por meio de empreendimentos (próprios, em regime de Sociedade de Propósito Específico, em parceria com a iniciativa privada ou designada temporariamente), em 15 estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Bahia e no Distrito Federal. A sede de Furnas está localizada na Avenida Graça Aranha, número 26, no Centro do Rio de Janeiro. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres.

Presença em
15 estados e no
Distrito Federal



Hidráulica	Capacidade Instalada (MW) ⁽¹⁾		
	2020	2021	2022
	17.766	17.766	17.766

CENÁRIO SETORIAL

No ano de 2022, o consumo de energia elétrica no Brasil registrou 508,6 TWh, o que significa uma expansão de 1,2%, na comparação com o ano de 2021, segundo os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Após a pandemia de 2020, este foi o segundo ano de crescimento do mercado de energia, porém com ritmo ainda menor que a média histórica. O ambiente de contratação livre de energia elétrica, responsável por 36,4% da energia consumida no SIN (Sistema Interligado Nacional), contribuiu positivamente para esta alta, tendo registrado crescimento de 7,2% em relação ao ano anterior, enquanto se observa estabilidade no Mercado Cativo (0,1%) no mesmo período. Na avaliação da CCEE, os destaques do Mercado Livre foram os setores de Serviços (16,2%), Madeira, Papel e Celulose (12,7%) e Comércio (10,5%).

A alta observada para o SIN (Mercado Livre + Regulado) em 2022 não foi homogênea nas três principais classes de consumo. A classe comercial, responsável por cerca de 18% do consumo do SIN, apresentou alta de 5,4%, enquanto a residencial, que representa 30% do SIN, registrou crescimento bem inferior, de 1,1%. Já o setor industrial, a maior classe de consumo do Sistema Interligado (~36%), se manteve estável na comparação com o ano anterior, registrando um pequeno acréscimo de 0,4%. No recorte regional, foi verificada expansão em quase todos os subsistemas, à exceção do Nordeste (-0,2%): Norte (+6,9%), Sul (+2,3%), Sistemas Isolados (+0,8%), Sudeste/Centro-Oeste (+0,5%).

No âmbito do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2032), a EPE projeta em seu Caderno de Demanda de Eletricidade, um crescimento de 3,4% a.a. no consumo total de eletricidade no cenário de referência, o que representa 0,7 ponto percentual acima de sua projeção para a expansão da economia no mesmo período (2,7% a.a.), resultando numa elasticidade-renda média de 1,27 entre 2022 e 2032.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Novo Contrato de Concessão de Geração – Lei nº 14.182/2021

Em 17.06.2022, foi firmado o novo Contrato de Concessão de Geração nº 003/2022, no âmbito da capitalização da Eletrobras, veiculando nova outorga de usinas hidrelétricas pelo prazo de 30 anos, com alteração do regime de exploração para produção independente de energia elétrica - PIE e promovendo a desconstrução escalonada da energia elétrica contratada em regime de cotas (“descotização”), conforme os seguintes percentuais anuais estabelecidos pela Resolução CNPE nº 15/2021:

Ano	Percentual de Garantia Física Alocada em Regime de Cotas
2023	80%
2024	60%
2025	40%
2026	20%
2027	0%
2028 em diante	0%

As referidas outorgas são relativas às Usinas Hidrelétricas: i) Corumbá, Estreito, Funil, Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia, prorrogadas conforme a Lei nº12.783/2013, em substituição ao 1º Termo Aditivo do Concessão nº 004/2004; ii) Itumbiara, prorrogada conforme as Leis nº 13.182/2015 e nº12.783/13, em substituição ao 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 004/2004; iii) Mascarenhas de Moraes, em substituição ao Contrato de Concessão nº 004/2004.

Revisão das Garantias Físicas das Usinas

A Portaria nº 544/GM/MME/2021, publicada em 31.08.21, definiu os novos montantes de garantia física para as usinas hidrelétricas outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 003/2022, com eficácia a partir de 01.01.23. A Portaria nº

709/GM/MME/2022, publicada em 02.12.22, definiu os valores revistos de garantia física de energia das usinas hidrelétricas Batalha, Manso, Serra da Mesa e Simplício, que serão válidos a partir de 01.01.23.

Risco Hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 31.10.2022, foram assinados os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão das Usinas Serra da Mesa, Batalha, Simplício e Manso formalizando a extensão de seus prazos de outorga, em compensação aos riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 14.052/2020 e da Lei nº 14.182/2021, da Resolução Homologatória nº 2.932/2021, e das Resoluções Autorizativas nº 11.345/2022 e nº 12.255/2022. Para as usinas alcançadas pela Lei nº 14.182/2021 (Corumbá I, Luiz Carlos Barreto, Funil, Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes) seus prazos de extensão de outorga, em função da repactuação do risco hidrológico, foram considerados no cálculo do valor adicionado pelo novo Contrato de Concessão nº 003/2022, no âmbito do processo de capitalização da Eletrobras (Resolução CNPE nº 15/2021). Os novos termos das Concessões constam na Nota Explicativa 3.

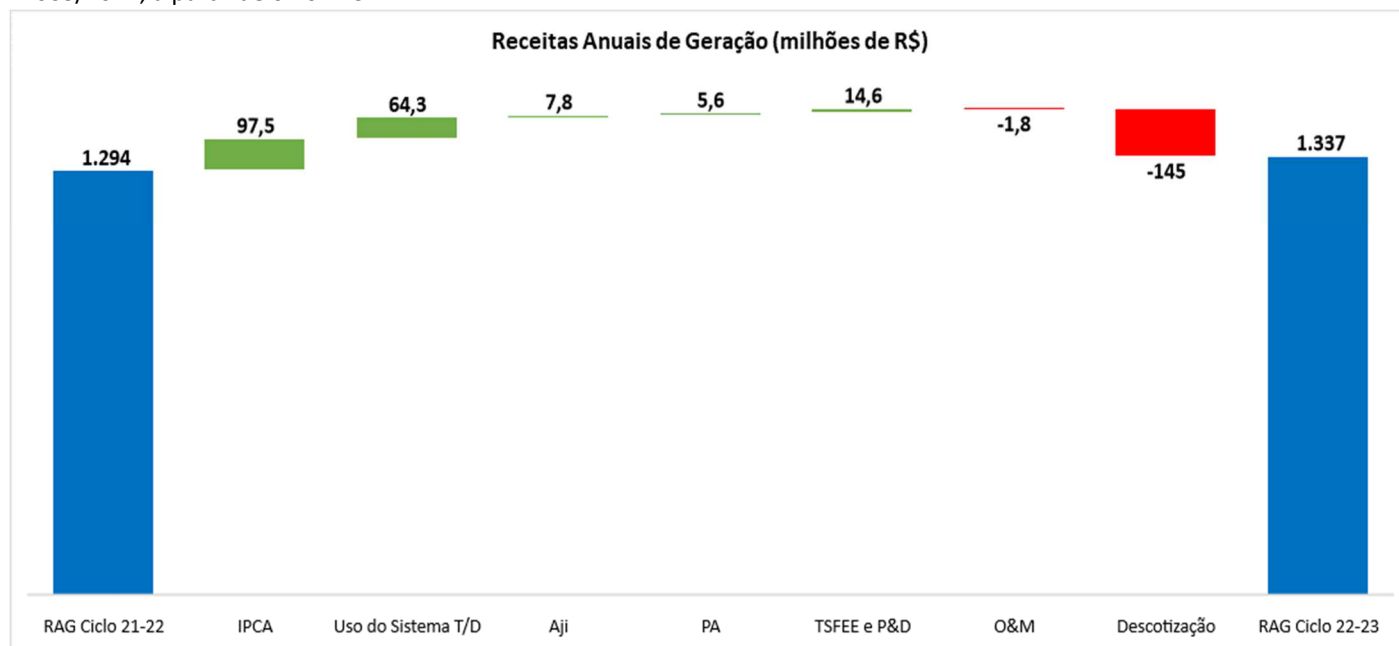
Indenização das Usinas Prorrogadas

Conforme definido na Resolução CNPE nº15/21, para as usinas alcançadas pela Lei nº 14.182/2021, a parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos do art. 1º da Lei nº1 2.783/13, foi considerada no cálculo do valor adicionado pelo novo contrato de concessão - VAC no âmbito da desestatização da Eletrobras.

Reajuste Anual da Receita de Geração Cotista

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.068/2022, publicada em 14.07.22, estabeleceu um aumento de 3% das Receitas Anuais de Geração - RAG das usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, compreendendo o período de 01.07.22 a 30.06.23, reajustando a RAG do ciclo 2021/2022, que era de R\$ 1.294 milhões para R\$ 1.337 milhões, líquida de PIS e COFINS.

A RAG do ciclo 2022/2023 apresentou aumento de aproximadamente R\$ 43 milhões em relação ao ciclo tarifário anterior devido, majoritariamente, (i) à correção monetária pelo índice IPCA acumulado (11,89%) de aproximadamente R\$ 97,5 milhões; (ii) ao aumento das novas tarifas de uso do sistema definidas pelo regulador de aproximadamente R\$ 64,3 milhões; (iii) ao efeito positivo da variação da Parcela de Ajuste por Indisponibilidade Apurada - Aji de aproximadamente R\$7,8 milhões; (iv) à variação da Parcela de Ajuste – PA positiva de aproximadamente R\$5,6 milhões; (v) à variação positiva dos encargos setoriais (TFSEE e P&D), de cerca de R\$ 14,6 milhões; (vi) à variação negativa do GAGO&M diante da trajetória definida na Resolução Normativa 818/2018 até o ciclo 2022/2023, de aproximadamente R\$ 1,8 milhões; e (vii) ao efeito negativo, de aproximadamente R\$ 145 milhões, decorrente da descontratação de 20% da energia elétrica contratada em regime de cotas (“descotização”), conforme Contrato de Concessão nº003/2022, a partir de 01.01.23.



A garantia física associada à descontratação escalonada da energia elétrica em regime de cotas será negociada livremente no mercado sob o regime de produção independente de energia - PIE, conforme Contrato de Concessão nº 003/2022. Ressalte-se que

nos valores homologados está incluído o recebimento da RAG associada à prestação temporária do serviço de geração da UHE Jaguari, definida por meio da Portaria MME nº 409/20.

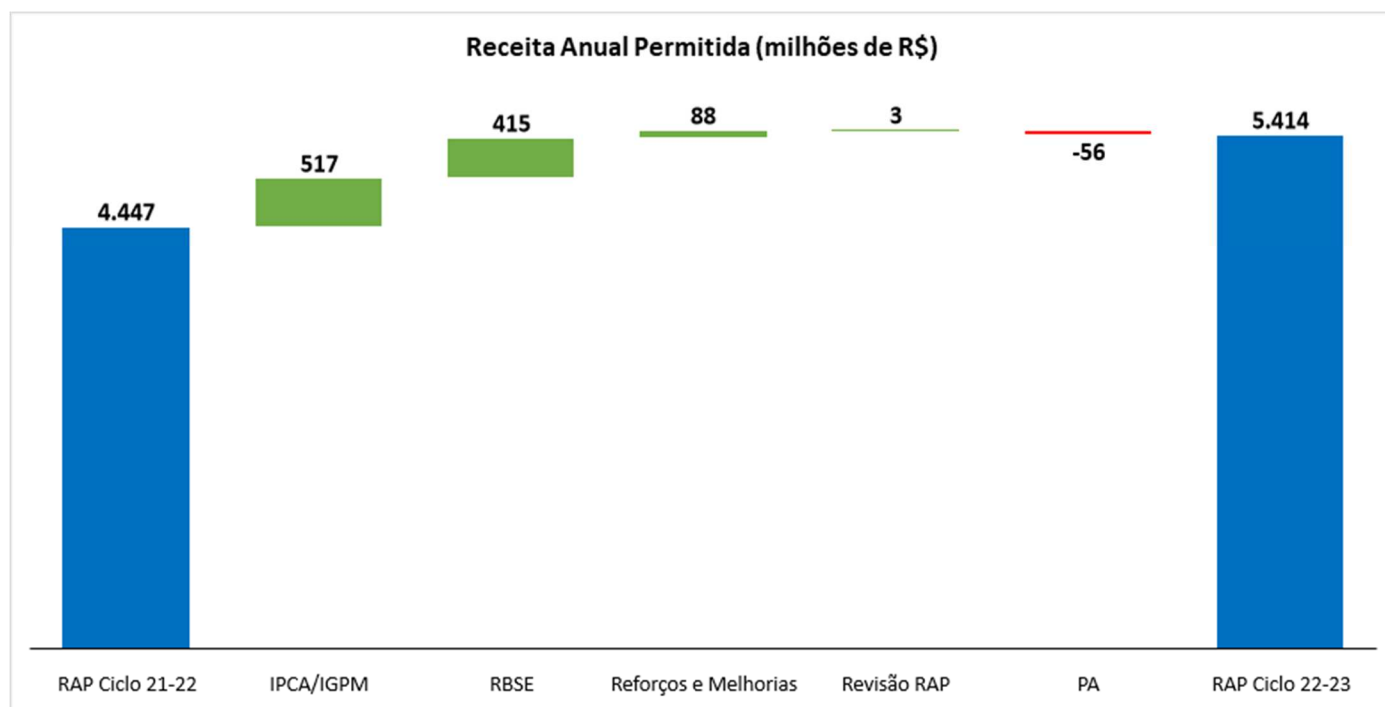
Revisão Periódica das Receitas Anuais Permitidas dos Contratos de Concessão nº 014/2011 e nº 016/2012

Como resultado da Consulta Pública nº 09/2022, em 01.07.22, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.050/22, definindo o resultado da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida - RAP de 2022 dos Contratos de Concessão Licitados. Para o Contrato de Concessão nº 014/2011, a revisão ensejou um índice de reposicionamento econômico nominal – ITR de 22,74%, implicando acréscimo de RAP de R\$ 1,04 milhão em relação ao ciclo anterior (2021/2022). Já para o Contrato de Concessão nº 016/2012, a revisão resultou em um ITR de 22,48%, implicando acréscimo de RAP de R\$ 2,30 milhões. O resultado do reposicionamento foi aplicado a partir de julho de 2022.

Reajuste Anual da Receita de Transmissão – ciclo 2022/2023

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/2022, publicada em 14.07.22, estabeleceu um aumento de 23% da Receita Anual Permitida – RAP, no Ciclo Tarifário 2022/2023, compreendendo o período de 01.07.22 a 30.06.2023, reajustando a RAP do ciclo 2021/2022, que era de R\$ 4.447 milhões para R\$ 5.470 milhões.

O referido resultado se deve, majoritariamente, (i) à correção monetária pelos índices IPCA (11,73%), e IGPM (10,72%) acumulados, de aproximadamente R\$ 517 milhões; (ii) aos efeitos do “Reperfilamento” do componente financeiro da RBSE e das desmobilizações de ativos no componente econômico da RBSE de aproximadamente R\$ 415 milhões; (iii) à receita adicional de R\$ 88 milhões referente aos Reforços e Melhorias que entraram em operação comercial; (iv) à receita adicional de aproximadamente R\$ 3 milhões referente à Revisão Periódica da Receita dos contratos licitados descrita no item a anterior. A referida Resolução também definiu uma Parcela de Ajuste (PA) negativa de R\$ 56 milhões, homologando valor total da receita de transmissão da companhia no ciclo 2022/2023 (RAP + PA) de R\$ 5.414 milhões, líquida de PIS e COFINS.



O Contrato de Concessão nº 062/2001 (prorrogado) representa 93% da Receita total homologada, contemplando Reforços e Melhorias, Indenização da RBSE e a parcela de O&M. Os contratos licitados da companhia (nº 034/2001, nº 006/2005, nº 007/2006, nº 003/2009, nº 006/2010, nº 014/2011, nº 016/2012) representam 7%:

Contrato de Concessão de Transmissão nº 28/2009 – incorporação da Transenergia Goiás S.A - TGO

Em 30.12.22, foi assinado o 3º Termo Aditivo do Contrato de Concessão de Transmissão nº 28/2009-ANEEL, formalizando a transferência da concessão de serviço público de transmissão regida por este Contrato, mediante a incorporação da Transenergia Goiás S.A por Furnas, conforme Resolução Autorizativa nº 12.984/2022, de 09.11.22. O valor da Receita total homologada para o ciclo 2022/2023 pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/2022, de 14.07.22, associada ao referido contrato, é de aproximadamente R\$ 15,5 milhões, decorrente do aumento da RAP de 11,73% (reajuste IPCA) em relação ao ciclo tarifário anterior

(2021/2022) e da Parcela de Ajuste (PA) negativa de R\$ 463 mil, líquida de PIS/COFINS. Ainda de acordo com o Contrato, a ANEEL procederá à Revisão Periódica da RAP em intervalo periódico de 5 anos, sendo a próxima prevista para 01.07.25.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Embora tenha enfrentado um cenário bastante desafiador em 2022, Furnas apresentou resultados econômico-financeiros satisfatórios. Isso demonstra que as medidas tomadas nos últimos anos têm preparado as bases para garantir a solidez e o crescimento sustentável da Companhia. Merecem destaque o lucro líquido de R\$ 1,65 bilhão, com margem líquida de 13%, e o Ebitda (critério CVM) de R\$ 4,33 bilhões, com margem de 35%.

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Resumida (R\$ milhões)			
	2022	2021 (reclassificado)	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	12.458	12.859	-3%
Custos e Despesas Operacionais	(8.351)	(6.110)	37%
Ebitda	4.334	6.771	-36%
Resultado Financeiro	(1.720)	(502)	242%
Lucro Líquido	1.647	4.033	-59%

Receita Operacional Líquida (ROL)

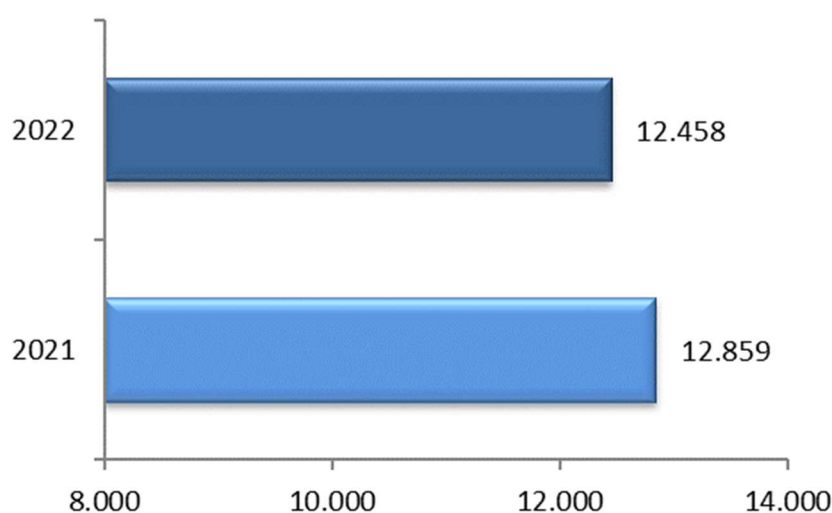
Ainda sob efeito do reperfilamento no recebimento da RBSE, cujo maior impacto se deu

no ano de 2022, a receita operacional líquida em 2022 atingiu R\$ 12,5 bilhões, cerca de 3% inferior aos R\$ 12,9 bilhões de 2021.

O segmento de Transmissão foi negativamente impactado em 2022 pela redução do IPCA acumulado, que remunera a receita financeira contratual, frente ao IPCA acumulado do exercício anterior.

Já a receita operacional do segmento de Geração foi positivamente impactada pelos efeitos da consolidação da Madeira Energia S.A. – MESA.

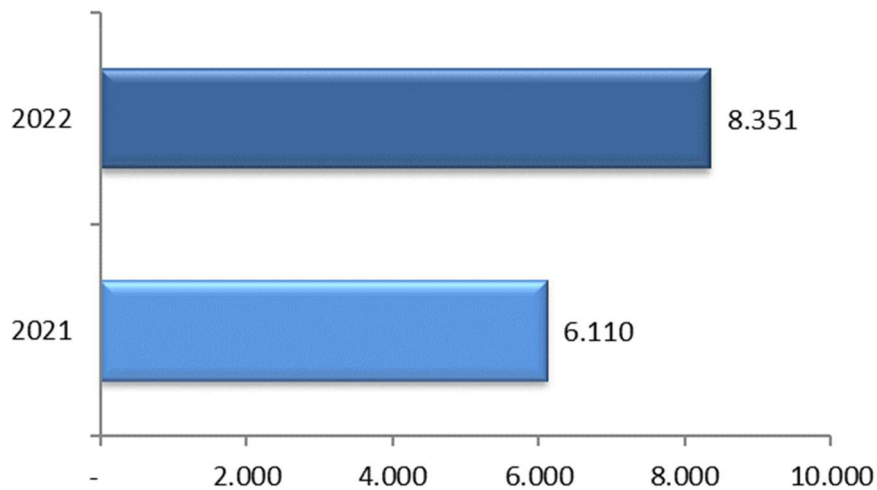
Receita Operacional Líquida (R\$ Milhões)



Custos e Despesas Operacionais

O aumento dos custos e despesas operacionais em 2022 frente ao exercício anterior se deveu, principalmente, ao acréscimo dos valores com energia comprada para revenda, à implementação do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e à consolidação da Madeira Energia S.A. – MESA.

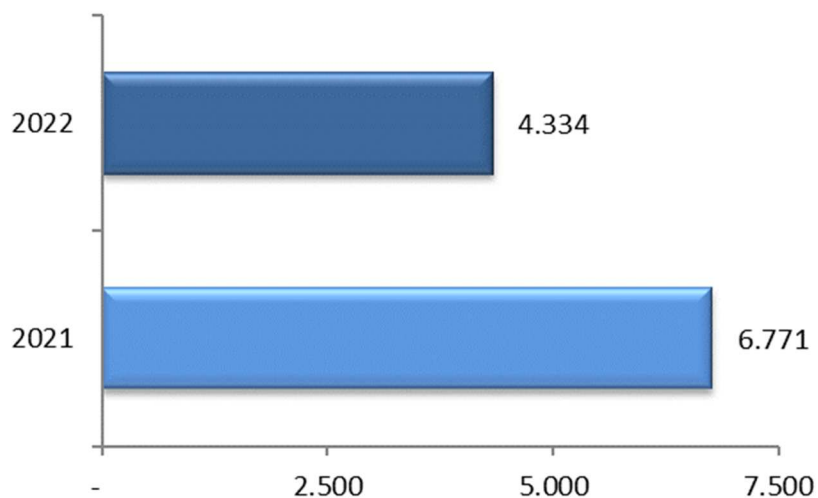
Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)



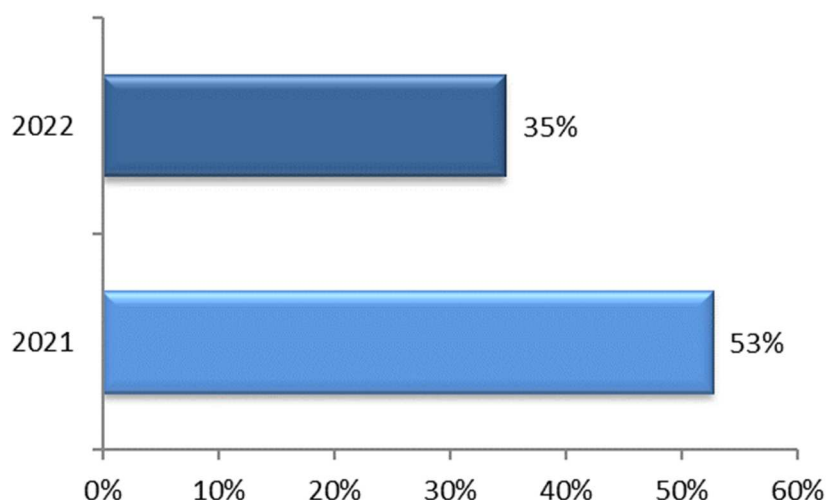
Ebitda

Como reflexo dos impactos acima descritos, houve redução do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2022, calculado pelo critério CVM, que atingiu R\$ 4,3 bilhões, ante R\$ 6,8 bilhões em 2021. A margem Ebitda foi de 35% em 2022, ante 53% em 2021.

Ebitda (R\$ Milhões)



Margem Ebitda (%)



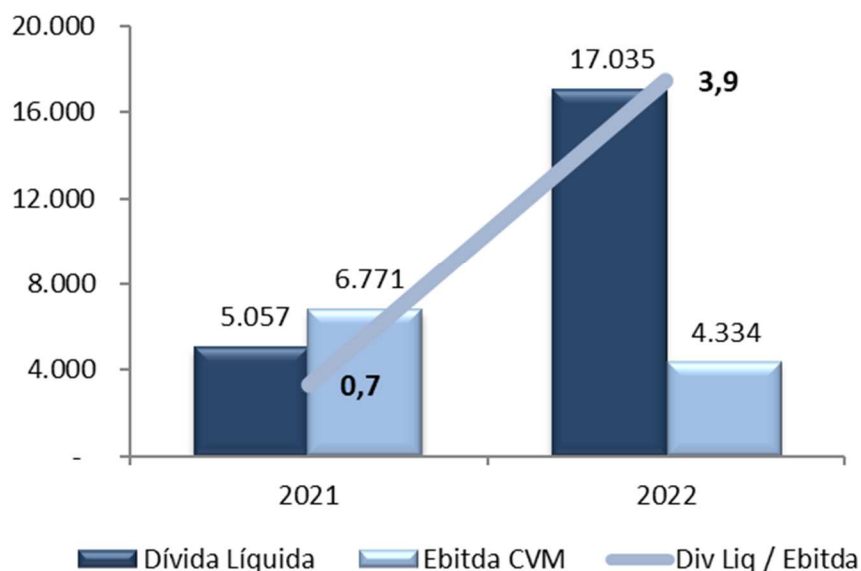
Resultado Financeiro e Endividamento

Verificou-se uma variação de 242% em relação ao Resultado Financeiro de 2021, que passou de - R\$ 502 milhões para - R\$ 1,7 bilhão em 2022, muito influenciado pela consolidação de Madeira Energia S.A. – MESA, cuja dívida monta cerca de R\$ 20 bilhões, e pelo impacto dos aumentos da taxa referencial básica de juros da economia ao longo de 2022.

O endividamento, não obstante os esforços da Companhia na contínua busca pela melhoria do perfil da dívida, também foi fortemente impactado pela consolidação de MESA.

De 2021 para 2022 a Dívida Líquida aumentou 237% (R\$ 12 bilhões), e o indicador Dívida Líquida/Ebitda passou de 0,7 para 3,9.

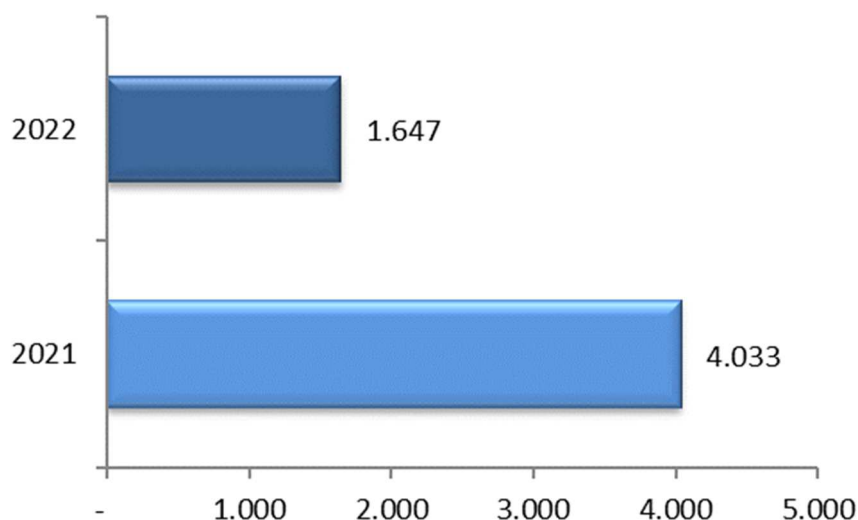
Dívida Líquida / Ebitda CVM



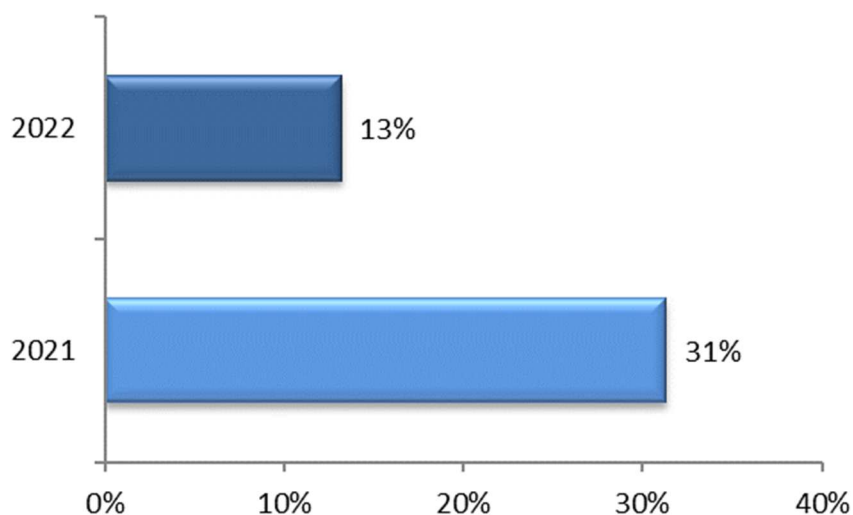
Lucro Líquido

Mesmo com o aumento dos custos e despesas operacionais e financeiras e com a redução da receita operacional líquida, Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 1,65 bilhão, ante R\$ 4 bilhões em 2021, com margem líquida de 13%, ante 31% em 2021.

Lucro Líquido (R\$ Milhões)



Margem Líquida (%)

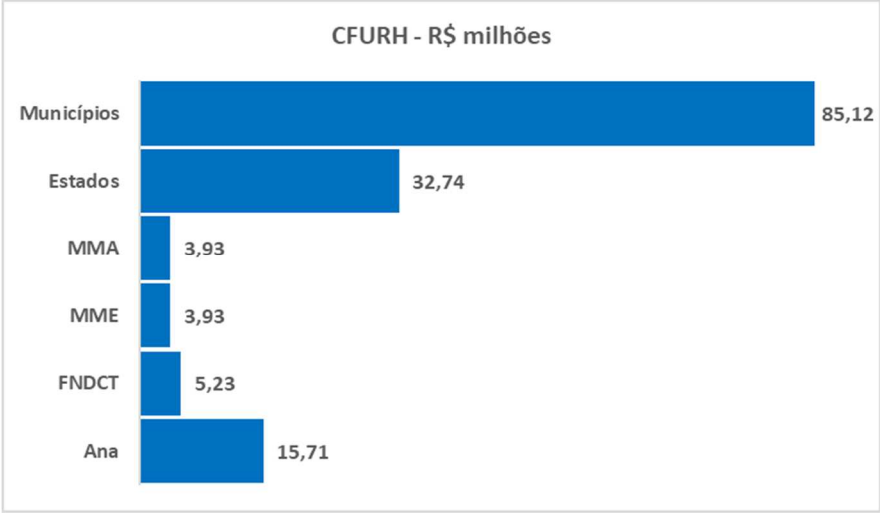


Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH é um encargo setorial pago à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2022, o valor total pago por Furnas à ANEEL, calculado de novembro de 2021 a outubro de 2022, foi de R\$ 146.675.158,08. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela ANEEL da seguinte forma: Estados (25%), Municípios (65%) e União (10%).

A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A divisão final do total dos recursos da CFURH teve a seguinte configuração:



Furnas também possui participação acionária em nove usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2022 o total de R\$ 243 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação: Baguari (30,61%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (54,01%), em Goiás; Santo Antônio (72,36%), em Rondônia; Teles Pires (24,72%) e São Manoel (33,33%), entre Mato Grosso e Pará e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Geração e Transmissão de Energia Elétrica

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas desenvolve atividades nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Geração

São 28 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas, ou em parceria com a iniciativa privada, ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), ou designada temporariamente, e que contam com 18.267 MW de potência instalada total em operação.

Geração (MW)				
Hidráulica	2022	2021	2020	
Propriedade Integral ⁽¹⁾	7.589	7561	7561	
Regime Compartilhamento	1.485	1.485	1.485	
Em SPE	8.720	8.720	8.720	
Térmica ⁽²⁾				
Propriedade Integral	350	350	350	
Eólica				
Em SPE	123	123	123	

- Inclui a energia gerada pela UHE Jaguari, com 27,60 MW de potência instalada, pela qual Furnas foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2021, até a assunção do concessionário vencedor da licitação da Usina, conforme Portaria nº 409, de 13 de novembro de 2020, do Ministério de Minas e Energia (MME).
- Na UTE Santa Cruz foi implantado o ciclo combinado que adicionará 150 MW à atual capacidade instalada. Os testes de comissionamento qualificaram Furnas a obter a autorização de operação comercial. O acréscimo na capacidade instalada não implica consumo extra de combustível e nem acréscimo de emissão de GEE, trazendo uma significativa redução no Custo Variável Unitário (CVU) da Usina, tornando-a mais competitiva na comercialização de energia despachada pelo ONS. A UTE Campos (Roberto da Silveira), com 25 MW, encontra-se em processo de extinção (Despacho ANEEL nº 260, de 31.01.2023).

Atualmente, há cerca de 50 projetos em andamento no portfólio de geração. O escopo destes projetos varia entre implantação de pequenas melhorias a modernizações de grande porte nas usinas. Destacam-se:

Modernização da UHE Porto Colômbia

O projeto visa a substituição, atualização tecnológica ou revitalização dos geradores, turbinas hidráulicas, reguladores de velocidade e tensão, além de diversos outros equipamentos e sistemas obsoletos ou em fim de vida útil, já que a usina está em operação há 47 anos. Com um investimento total estimado em cerca de R\$ 560 milhões, por um período de 60 meses, a modernização permitirá que a usina recupere sua disponibilidade e, desta forma, evite perdas financeiras ao longo do tempo restante de sua concessão.

Substituição de Transformadores Elevadores da UHE Luiz Carlos Barreto

Os equipamentos estão sendo substituídos porque encontram-se em fim de vida útil e com baixa confiabilidade. O investimento total ao longo de 36 meses é de cerca de R\$ 50 milhões.

Transmissão

O parque de transmissão em operação apresenta capacidade de transformação total de 126.176 MVA, decorrente da operação das 75 subestações, próprias, ou em parceria, via SPEs.

Subestações (SEs)	2022	2021	2020
Renovadas	47	47	47
Não Renovadas	11	8	8
Em SPE	17	17	17

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam o total de 34.787 km de extensão.

Linhas de Transmissão (km)	2022	2021	2020
Renovadas	19.843,20	20.067,00	20.066,20
Não Renovadas	1.635,00	1.635,00	1.635,00
Em SPE	13.312,29	13.499,26	13.293,93

Reforços e Melhorias em Instalações de Geração e TransmissãoNo parque gerador, foram investidos, em 2022, R\$ 151,6 milhões, sendo R\$ 52,7 milhões em projetos em usinas cotistas e R\$ 98,9 milhões na conclusão do ciclo combinado na UTE Santa Cruz.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2022, R\$ 375,4 milhões. No triênio 2020-2022 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 861,4 milhões.

Destacamos ainda, no ano de 2022, a instalação de 274 novos equipamentos com Resoluções Autorizativas da Aneel, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária. Esses esforços proporcionaram as energizações nas subestações Adrianópolis, Angra dos Reis, Água Vermelha, Brasília Geral, Cachoeira Dourada, Campos, Macaé, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Ibiúna, Sistema Especial de Proteção (SEP) 750 kV tronco de Itaipu, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia e Tijuco Preto.

Operação e Manutenção (O&M)

Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento dos processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a área de atuação da empresa.

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama online completo de todas as instalações, utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

Para que a confiabilidade e a qualidade sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção da Empresa.

Furnas mantém um programa de modernização das instalações para atendimento aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para as melhorias nos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

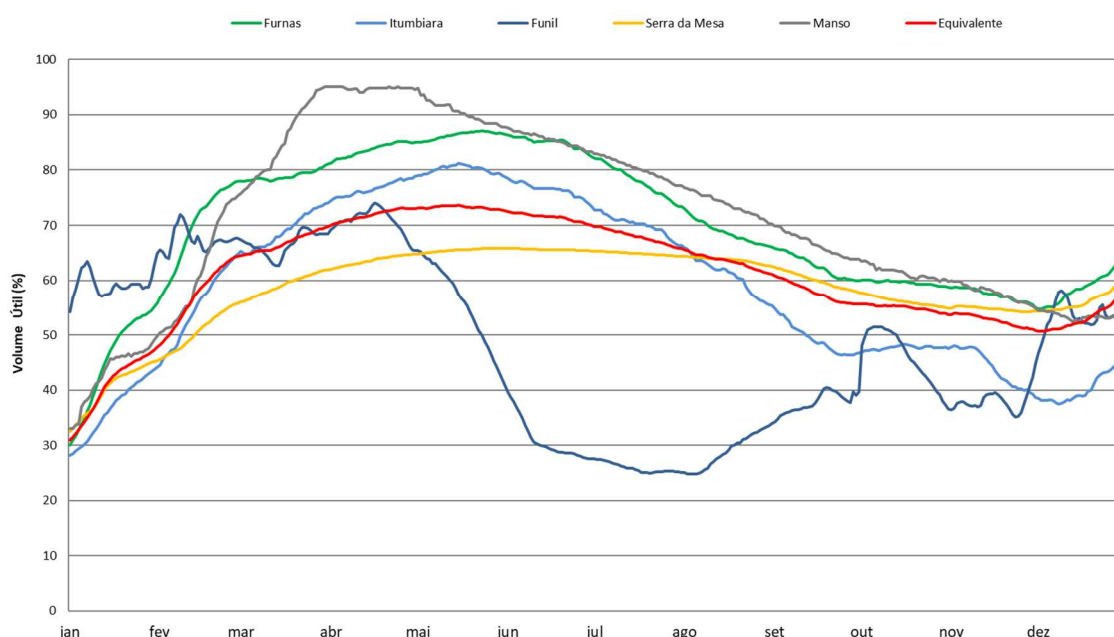
Situação Hidrológica dos Reservatórios

O ano de 2022 caracterizou-se pelo aumento do armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Empresa em relação ao ano anterior. O reservatório da UHE Funil, que iniciou o ano com maior armazenamento, enfrentou período de estiagem mais acentuado, tendo se recuperado com o início do período chuvoso, juntamente com os demais reservatórios.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 65,79% no reservatório da UHE Furnas, 47,30% no da UHE Itumbiara, 53,72% no da UHE Funil, 60,15% no da UHE Serra da Mesa e 54,13% no do APM Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 58,43% de capacidade, acima dos 30,28% observados no final de 2021.

Os

Armazenamento dos Reservatórios - 2022



reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e do APM Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Manutenção das Instalações

A estratégia adotada para a manutenção dos ativos está calcada no conceito de Manutenção Centrada em Confiabilidade (MCC), metodologia mundialmente consagrada, que estabelece a melhor estratégia de manutenção para um sistema, função de transmissão ou equipamento, gerando planos de manutenção com ações adequadas de manutenção preventiva, preditiva ou detectiva, com base nos modos de falha identificados e suas criticidades. Esta estratégia também atende a rígidas determinações do Regulador.

Os planos de manutenção são implementados no sistema de planejamento de recursos da empresa (ERP) e, nas periodicidades adequadas, geram ordens de manutenção que são executadas por equipes de campo altamente treinadas, organizadas em Departamentos de Produção, de forma a atender todo o parque gerador e o sistema de transmissão de Furnas.

A Empresa demonstra ao Regulador, através do Operador Nacional do Sistema (ONS), todas as atividades de manutenção desenvolvidas nos prazos regulatórios determinados.

A efetividade das ações de manutenção de Furnas pode ser verificada por meio dos altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade das linhas de transmissão, subestações e unidades geradoras que, a despeito do longo tempo em operação de

Contratos de Energia de Longo Prazo	2022	2021	2020
Serra da Mesa	328,1	328,1	328,1
Manso	3,5	3,5	3,5
Outros	434,7	324,3	261,9
Total	766,3	655,9	593,5

algumas instalações, estão entre os mais elevados dentre as concessionárias de transmissão e geração do Brasil. Este controle é disposto em *dashboards* que demonstram em tempo real os principais resultados e que em 2022 foram:

- Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão: 99,95%
- Disponibilidade Operacional de Transformadores: 99,87%
- Disponibilidade de Geração Relativa: 1,05

Os altos índices de disponibilidade dos ativos refletem o compromisso das equipes de manutenção, operação e telecomunicações junto com as áreas de produção, realizando efetivos planejamento, execução, análise e planos de ação para a obtenção do desempenho máximo de cada ativo.

Base de Dados das Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (BDIT)

Furnas se estruturou para atender a Resolução Normativa 861/2019, publicada no DOU em 3 de dezembro de 2019, que rege a disposição dos dados técnicos e contábeis dos equipamentos de transmissão da rede básica.

O Regulador dispõe de um banco de dados, de gestão do ONS, para ser alimentado pelos agentes de transmissão em três ondas de cadastramento. O objetivo é reunir em um mesmo local todos os dados técnicos e financeiros dos equipamentos em operação no país.

Trata-se de um projeto complexo e audacioso, por conta do considerável volume de equipamentos instalados e da dificuldade de obtenção e consolidação de alguns dos dados exigidos. Neste processo, Furnas vem percorrendo instalação por instalação sob sua concessão, no intuito de suprir o requisitado na Resolução Normativa 861/2019 e nas Especificações Técnicas complementares publicadas pelo ONS no Portal SINTEGRE.

Neste cenário está compreendido o levantamento técnico-contábil de 162 linhas de transmissão e todos os equipamentos instalados em 49 subestações da Empresa, perfazendo mais de um milhão de atributos.

Este trabalho propiciará a Furnas uma base técnica e contábil conciliada, como requer o Projeto de Gestão de Ativos (AIS) desenvolvido pela Holding, facilitando a identificação correta dos ativos nas bases oficiais da Empresa.

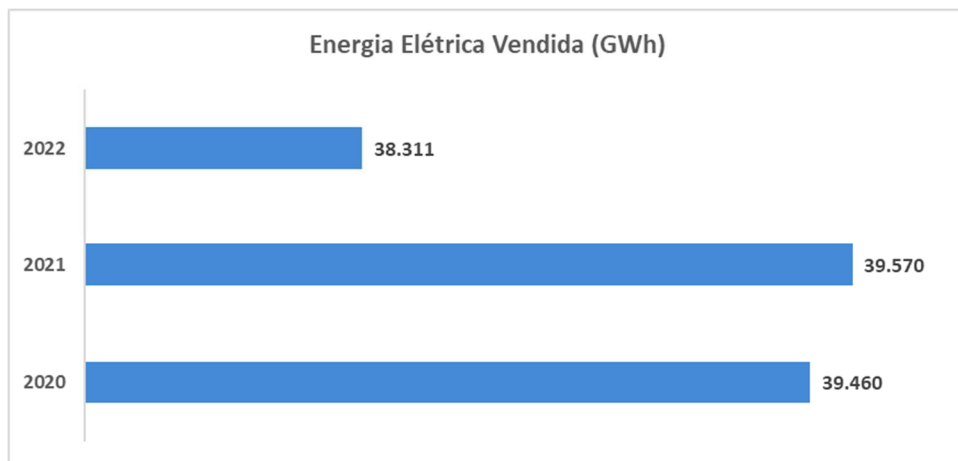
Comercialização de Energia

Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

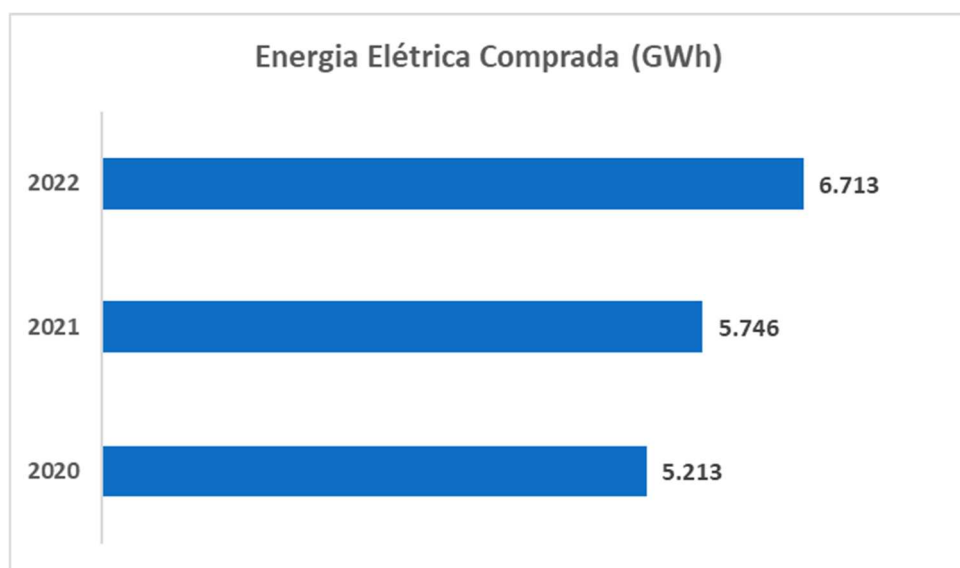
Geração

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional. Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

O total de energia elétrica vendida, em 2022, foi de 38.311 GWh, o que representa decréscimo de 3% em relação a 2021. Ainda assim, o faturamento foi 2,1% maior, totalizando R\$ 5.880 milhões em 2022. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.



Em 2022, Furnas comprou 6.713 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 1.868,4 milhões, o que representa acréscimo de 16,8%, em relação à quantidade de energia comprada em 2021.

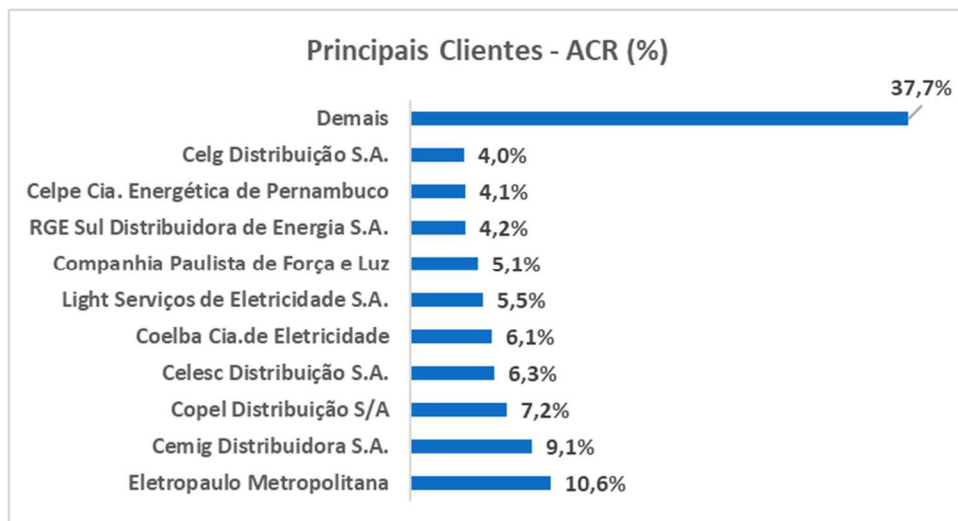


Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel. O processo gradativo da descotização, decorrente da capitalização da Eletrobras, tem impacto a partir de 2023, sendo que a receita de cotas se encerra em 2026. Em 2021, também pelo regime de cotas, Furnas passou a operar temporariamente a UHE Jaguari, até que a sua concessão seja licitada, não tendo sido sendo afetada pela descotização.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa deteve 262 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), compreendendo grandes e pequenos consumidores e as principais comercializadoras de energia do País como clientes. Além disso, conta com 539 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas de distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2022 de aproximadamente R\$ 2.682 milhões, resultantes do relacionamento comercial com 77 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 62,3% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.



Transmissão

No que tange à transmissão, as transações comerciais são realizadas segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

Natureza do contrato	2022	2021	2020
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)			
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da Aneel	176.480	173.534	131.305
Furnas Geração ⁽¹⁾	28.535	27.475	30.578
Encargos Negociados entre as partes	30.269	30.509	25.919
Total CCT	235.284	231.518	187.802
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	13.617	13.182	11.967
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	0	0	0
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	841	3.544	4.070
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	5.298.423	5.646.452	5.772.646
Total Geral	5.548.165	5.894.696	5.976.485

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória Aneel n° 3.067/2022).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna - Bateias, Macaé - Campos C3, Ouro Preto 2 - Bom Despacho 3, Tijuco Preto - Itapeti - Nor-deste, Mascarenhas - Linhares, Zona Oeste, Xavantes - Pirineus e Transporte Itaipu.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória Aneel nº 3.067/2022 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2022/2023.

Certificados de Energia Renovável

Furnas possui em seu portfólio soluções de descarbonização, alinhadas à pauta ESG. Nesse sentido, oferece ao mercado dois tipos de Certificados de Energia Renovável (REC): o RECFY, criado e desenvolvido internamente, em tecnologia Blockchain, e o mundialmente conhecido I-REC Standard.

Além dos clientes de energia terem a oportunidade de adquirirem uma energia certificada com rastreabilidade do atributo ambiental, existe ainda a possibilidade de comercialização com *traders* de *commodities* ambientais. Esses Certificados são considerados no Escopo 2 do inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), tanto nas emissões do consumo próprio de energia elétrica quanto nas perdas no sistema de transmissão.

Em 2022 foram emitidos mais de 3 milhões de RECs sendo aproximadamente 1,4 milhão de I-RECs e 1,7 milhão de RECFYs. Estes RECs foram negociados por meio de leilões e negociações bilaterais, atreladas ou não à venda de energia.

Outro destaque foi a campanha interna para a cessão de Certificados de Energia Renovável aos colaboradores de Furnas para abatimento das emissões indiretas de GEE oriundas do consumo de energia elétrica residencial. A campanha de sensibilização e engajamento sobre transição energética teve a adesão de cerca de 700 colaboradores.

Por fim, cabe destacar que se soma à receita oriunda da comercialização dos certificados, o ganho de imagem associado, sendo este último de natureza intangível, tendo proporcionado à empresa grande visibilidade como importante *player* neste novo mercado.

Gestão de Participações

Furnas participa diretamente de 22 Sociedades de Propósito Específico (SPE) e tem aprimorado continuamente os mecanismos de gestão, dentre eles o mapeamento de processos, a consolidação de instrumentos normativos e do sistema informatizado para suporte aos gestores de Furnas e profissionais que desempenham as funções de conselheiros fiscais e de administração nessas SPE e a atualização e/ou revisão anual de todos os Planos de Negócios das Companhias, baseados em parâmetros estabelecidos com o objetivo de acompanhamento e gestão.

Em 2022 foram recebidos cerca de R\$ 676 milhões, provenientes de ações de redução de capital e de recebimento de dividendos. Eventos societários ocorridos no exercício:

- extinção do CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A., em 30/04/2022, cuja participação acionária de Furnas era de 49,9%;
- extinção e incorporação da TGO - Transenergia Goiás S.A., em 18/11/2022, cuja participação acionária de Furnas era de 100%;
- incorporação da MESA - Madeira Energia S.A.

Em AGE de 29/04/2022, os acionistas da MESA aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor de até R\$ 1.582.551.386,00, face a existência de sentença arbitral condenando a Santo Antônio Energia S.A., subsidiária integral da MESA, a pagar o montante de R\$ 1,58 bilhão ao Consórcio Construtor Santo Antônio. Furnas subscreveu e integralizou a totalidade do aumento, por meio do exercício do direito de preferência na subscrição das sobras. Com isso, a participação acionária de Furnas na Sociedade aumentou de 43,055% para 72,364%, o que acarretou a celebração do distrato do Acordo de Acionistas e no controle dessa SPE por Furnas.

Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

O CSC tem como principal objetivo atualizar e padronizar os processos de suporte administrativo ao negócio da Empresa. Furnas, como pioneira na experiência de compartilhamento de serviços, logrou liderar o CSC Sudeste, das Empresas Eletrobras, no qual atua prestando serviços à *Holding*.

O modelo de compartilhamento de serviços visa aumentar a rentabilidade a partir da redução de custos no atendimento às demandas das Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste e tornar os procedimentos mais eficientes para os macroprocessos de finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos, logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação e jurídico.

Além do amplo leque de atuação, o CSC também apoia atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

Entre agosto e outubro de 2022, foram atendidas emergências de quedas de torres das seguintes linhas:

- (1) Torre 1343 da LT 600 kV CC, Foz do Iguaçu - Ibiúna Bipolo 2 (Polos 3 e 4), localizada no município de Itaberá/SP, em 25/08/2022;
- (2) Torres 71,72, 73, 74 e 75 da LT 345 kV, Porto Colômbia - Volta Grande, localizada no município de Conceição de Alagoas/MG, em 22/09/2022;
- (3) Torre 687 da LT 750 kV, Foz do Iguaçu-Ivaiporã 1, localizada no município de Manuel Ribas/PR, em 29/10/2022.

Outros Destaques

Considerando a multiplicidade de processos sob responsabilidade do CSC, destacam-se ainda as seguintes ações, conforme as diversas áreas de atuação:

- Na área de serviços gerais e infraestrutura: conclusão do inventário de mais de 90 mil itens, em 93 Unidades de Furnas; implantação de sistema de controle de contas públicas e controle de contratos; projeto de eficiência hídrica e energética para instalações regionais; implantação de sistema para controle de tributos dos imóveis; implantação da Cultura Lean-Digital na gestão de frotas e viagens;
- Na área de TI: realização do Laboratório de Automação; administração do Sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM centralizado do CSC), para todas as empresas Eletrobras; operação e sustentação de 4 Datacenters; operação de aproximadamente 1500 servidores; administração e operação de 3.553 bases de dados e toda infraestrutura de Banco de Dados do sudeste; implantação dos projetos: Gestão do Conhecimento para infraestrutura de TI nova rede RCORE, infraestruturas de TI do prédio Vista Mauá, nova rede Wi-Fi do edifício da Eletrobras, escuta ativa em 13 regionais, atualização dos Datacenters Eletrobras, processos de gestão de vulnerabilidades e Gestão de Mudança; além de apoio de infraestrutura de servidores, aplicações, banco de dados, backup e segurança às implantações dos novos sistemas unificados pela Holding: Sistema Jurídico, Sistema de Comercialização, *Data Loss Prevention* e Portal do Fornecedor.
- Na área de logística: implantação do Projeto de Consumíveis, por meio do Almoxarifado Virtual, com mais de 500 itens de expediente, consumíveis, alimentos e MRO para toda a empresa, com cerca de 40% de economia nos custos; desenvolvimento do aplicativo de Consulta de EPI; desenvolvimento de aplicação para definição automatizada dos níveis de estoque máximo e mínimo para mais de 60 mil itens, trazendo confiabilidade e otimização do estoque de sobressalentes dos equipamentos de alta tensão instalados; realização de oito processos de Alienação de Bens Móveis Inservíveis, para Furnas e Eletrobras, gerando receita de R\$ 15,1 milhões; movimentação e transporte de cargas indivisíveis de cerca de 500 toneladas, atendendo emergências da Diretoria de Operações e realização várias melhorias contínuas e diversos almoxarifados, além da ênfase nas áreas de armazenamento de resíduos, em atendimento à legislação vigente.
- Na área de Suprimentos: contratação do BPO (*Business Process Outsourcing*) de Compras para otimizar as atividades de compras de pequeno vulto, realocar melhor os recursos, reduzir custos por pedido emitido, aumentar a disponibilidade e flexibilidade da equipe para melhor acompanhamento das demandas e negociações com os potenciais fornecedores.

Inovação

Como direcionamento estratégico, a inovação consiste em tema transversal para Furnas, trabalhado em todas as áreas da empresa. Seus eixos de atuação consistem em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento; Intraempreendedorismo; Transformação Digital; e Projetos e Laboratórios de Engenharia a fim de alavancar resultados e o próprio ecossistema de inovação por meio de parcerias qualificadas internas e externas.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I)

Para fazer frente aos desafios impostos pelas mudanças regulatórias e tecnológicas no setor elétrico, a gestão de P&D+I é estratégica, sustentada por forte integração com as áreas de Engenharia, O&M, Comercialização e de Transformação Digital da Empresa, propiciando um fluido acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização de novas tecnologias, novos conhecimentos e aplicação dos novos serviços e produtos desenvolvidos.

Projetos Regulados pela ANEEL

Para os projetos que integram a verba regulada obrigatória para investimento, busca-se desenvolver projetos que tragam retorno, por meio do aperfeiçoamento de processos e pela criação de novas tecnologias, para solução dos problemas e desafios ou para as demandas de inovação sinalizadas para o setor.

FURNAS tem atuado fortemente em parceria com o Energy Future, Plataforma de Inovação Aberta que conecta as Concessionárias do Setor Elétrico, Institutos de Ciência e Tecnologia, Indústria e Startups. No ano de 2022 foi realizada pela Energy Future a Chamada Setorial sobre Cibersegurança, tendo FURNAS como uma das patrocinadoras, onde foram desenvolvidas diversas ações e iniciativas voltados ao tema.

O processo de coleta pública de ideias junto aos colaboradores de Furnas e ao público externo, continua sendo monitorado permanentemente. Esse processo propicia novas parcerias com instituições de ensino, centros de pesquisa e com empresas de base tecnológica. Desde então, FURNAS tem investido em projetos avançados de P&D+I, cujo foco é voltado à sustentabilidade ligada a fontes limpas de geração de energia elétrica, e projetos voltados à gestão e ao monitoramento dos ativos, sempre visando a abertura de novos nichos de mercado e o aprimoramento dos negócios atuais. Entre as diversas tecnologias em estudo, destacam-se:

- armazenamento de energia;
- produção de hidrogênio verde;
- gestão e monitoramento de ativos;
- nova tecnologia de torres de transmissão (mísulas)
- digitalização dos processos de comercialização de energia;
- geração eólica;
- geração termossolar;
- gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas; e
- desenvolvimento de metodologia BIM em empreendimentos de geração e transmissão.

Atualmente, Furnas possui uma Carteira de 36 Projetos de P&D em execução. Destaca-se o Projeto “Plataforma de Desenvolvimento e Demonstração de Tecnologias do Hidrogênio Associada à Planta de Geração Fotovoltaica e de Armazenamento de Energia na UHE Itumbiara – PD-H2”, cujo objetivo é a implantação de plataforma de tecnologias do Hidrogênio visando operar e analisar o desempenho técnico-econômico e realizar estudos da eficiência eletroenergética de equipamentos das tecnologias do Hidrogênio. Trata-se do segundo projeto em desenvolvimento na área da UHE Itumbiara, que integra geração de energia fotovoltaica limpa, a produção de Hidrogênio Verde e o armazenamento de energia.

Além dos projetos voltados ao estudo do Hidrogênio Verde, destacam-se ainda os projetos listados abaixo, enquadrados nas fases mais avançadas da Cadeia de Inovação, que poderão futuramente gerar valor para a empresa, por meio de novos negócios, produtos e/ou serviços:

- Coletor Termossolar
- Metodologia BIM (*Building Information Modeling*)
- Veículo Elétrico
- Monitoramento de Disjuntores
- Confiabilidade Energética
- Gestão de Ativos
- Previsão de Preços de Mercado de Energia de Curto Prazo.

Furnas, por meio da Lei do Bem, obteve um benefício fiscal no valor de R\$ 15,6 MM, resultante dos gastos incorridos em Projetos de P&D.

Intraempreendedorismo

O ano de 2022 foi marcado pela III Olimpíada Nacional de Inovação em Energia, realizada pelas empresas Eletrobras, que levantou ao todo 304 ideias no contexto da transição energética ao longo da jornada de 56 horas.

A metodologia aplicada é proprietária e combina, em 24 atividades práticas, elementos da psicologia clínica, neurociência e fundamentos dos fenômenos grupais como base para que os participantes liberem toda a capacidade criativa e inovadora. O evento contou com a participação de 34 instituições, 113 “atletas” e 41 mentores, que formaram 25 times e ao todo 19 propostas chegaram ao final.

A metodologia prevê que *smart skills* sejam trabalhadas de forma integrada garantindo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e segurança psicológica dos participantes, compreendendo um pré-trabalho de imersão e desenvolvimento das *smart skills*, ideação, validação do problema e da solução, gerando um protótipo para apresentação do Demoday.

Os critérios de avaliação consideram a clareza do problema e alinhamento com o desafio, adequação da solução ao problema e impacto, viabilidade de execução (tecnologia, mercadologia e humana) e por fim competências do time para desenvolver o projeto.

As premiações são sessões de mentoria, curso para formação de equipes para startups e Fast Track para prêmios de inovação internos e externos.

Na edição de 2022, nove projetos foram escolhidos como finalistas tendo sido considerados também o fator sustentabilidade, por meio dos ODS – objetivos de desenvolvimento de sustentáveis da ONU. O processo resultou, não só em soluções de significativo potencial de negócios, mas também na consolidação de uma estratégia de inovação corporativa.

Cumpramos ressaltar que a Olimpíada de Inovação se encontra em constante expansão: a primeira abrangeu os empregados de Furnas; a segunda já englobou todo o grupo Eletrobrás, tendo a terceira já inserido instituições externas.

Projetos e Laboratórios de Engenharia

Além dos projetos regulados pela Aneel que contam com a participação dos laboratórios da Empresa, merecem destaque as iniciativas de inovação na área de meio ambiente, com potencial de obtenção de patentes e de criação e aperfeiçoamento de novas metodologias replicáveis no setor. As principais iniciativas de inovação na área ambiental em curso são:

- Em Busca do Impacto Líquido Positivo na UHE Furnas - metodologia inédita de avaliação ecológica para cálculo, quantificação e mapeamento do impacto líquido positivo sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos na bacia de drenagem da UHE Furnas;
- Desenvolvimento de metodologia para o monitoramento bioacústico passivo da fauna da UHE Porto Colômbia - ferramenta alternativa ou complementar ao monitoramento convencional para alguns grupos da fauna, de forma a ampliar a captação e aquisição de dados;
- Criação e validação de mapa de risco e suscetibilidade de colisão de aves utilizando *Bird Strike Indicator* aplicado ao sistema de transmissão de energia elétrica na LT Angra – Angra - adaptação de nova tecnologia para a identificação de eventos de colisão, buscando racionalizar o uso dos recursos empregados e reduzir os impactos econômicos e ambientais relacionados às colisões de aves com Linhas de Transmissão (LT), Criação do Programa de Gestão da Biodiversidade;
- Eletromobilidade - avaliação da viabilidade da eletrificação da frota veicular da Companhia, com vistas à redução de gases de efeito estufa e dos poluentes atmosféricos e
- Criação de áreas de conservação nas propriedades de Furnas - avaliação da viabilidade de criação de áreas de conservação, sobretudo Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), nas áreas da Companhia, e elaborar uma metodologia de replicação de RPPN; em 2022, a Diretoria Executiva autorizou a criação da RPPN Mata do Mariano na UHE Funil; com a implantação das RPPN, são esperados retorno econômico em forma de incentivos fiscais, melhoria da marca e da reputação, estreitamento da relação com *stakeholders* e oportunidade de “sequestro de carbono”.

Transformação Digital

Em 2022, Furnas alcançou a 6ª posição do ranking “as 100+ inovadoras do prêmio IT Mídia” que reconhece as empresas que buscam utilizar a tecnologia para alavancar seus negócios. O RECFY foi o projeto inscrito para concorrer ao prêmio, a plataforma de comercialização de certificados desenvolvida internamente utilizando a tecnologia *blockchain*, que foi reconhecida externamente.

Ainda em 2022, a empresa conseguiu devolver às áreas mais de 27 mil horas que anteriormente eram gastas em trabalhos operacionais e repetitivos, pela automação de processos de negócio, usando a automação robótica de processos (RPA, sigla em inglês) e a Hiperautomação.

Destacamos o investimento realizado na disseminação do conceito de Desenvolvimento Cidadão, treinando 20 funcionários na Microsoft Power Platform. O objetivo do treinamento foi capacitar os colaboradores a criarem soluções para aumentar a produtividade e eficiência de sua área. Ao final do treinamento, foram avaliadas 5 soluções, que foram desenvolvidas como parte do programa “Somos Todos Techs”. O programa tem como objetivo fomentar uma cultura digital na empresa e garantir a autonomia dos usuários na criação de aplicações, sempre com a governança da área de Transformação Digital.

Furnas também tem investido em projetos de Inteligência Artificial (IA). Dois projetos foram selecionados para apresentação em congressos internacionais de inovação: o PLAI - *Power Lines Artificial Intelligence Inspection* e o EnSigths - *Energy Insights*). O primeiro consiste em uma solução baseada em IA para detectar falhas em linhas de transmissão, utilizando visão computacional e processamento de linguagem natural a partir de inspeções aéreas. Já o EnSigths é um projeto de P&D que busca utilizar o aprendizado de máquina para melhorar os planos de manutenção de equipamentos de subestações de energia. A plataforma computacional em nuvem permite automatizar a aquisição de dados, processamento por modelos de IA e exibição dos resultados em um dashboard, visando prever o melhor momento para manutenção dos ativos e reduzir o pagamento de penalidades devido à indisponibilidade dos equipamentos. Ambos os projetos foram aprovados para apresentação em conferências de inovação, incluindo a ANPEI, ECIAIR - *4th European Conference on the Impact of Artificial Intelligence and Robotics*, ERIAC - Encontro Regional Ibero-americano do Cigré e SNPTEE 2022.

STAKEHOLDERS

Comunicação

O objetivo da Política de Comunicação e Engajamento com Públicos de Relacionamento das Empresas Eletrobras é promover a comunicação integrada e participativa entre as empresas Eletrobras e dessas com os seus públicos, de forma coordenada e sinérgica. Tem como base as diretrizes do Plano Estratégico, do Código de Conduta Ética e Integridade e demais orientadores, de caráter legal ou não, favorecendo e estimulando o diálogo, a acessibilidade e o envolvimento com todos os públicos de relacionamento, visando criar e fortalecer vínculos de confiança, prestando conta de seus atos, compartilhando valores e atuando como promotora de princípios e práticas éticos, na busca do desenvolvimento sustentável em todos os seus relacionamentos.

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com seus diversos públicos apresentaram os indicadores listados abaixo em 2022 e se referem à comparação com o ano anterior.

- **Twitter (twitter.com/Furnas):** 19.287 seguidores, crescimento de 0,5%.
- **YouTube (youtube.com/CanalFurnas):** 445 novos inscritos, incremento de 11%, totalizando 4.548 inscritos. Até dezembro, o conjunto de vídeos publicados alcançou 836.104 exibições, sendo 58.302.
- **Facebook (facebook.com/FurnasEnergia):** chegou à marca de 23.723 seguidores ao final, aumento de 5%.
- **Instagram (<https://www.instagram.com/furnasenergia>):** 16.237 seguidores, aumento de 20%.
- **LinkedIn (linkedin.com/company/furnas):** 87.415 seguidores, aumento de 20% em relação ao ano anterior.

O canal Fale Conosco recebeu o total de 869 solicitações, sendo 673 respondidas, ou seja, 77% do total de mensagens recebidas.

Principais Relacionamentos

Entidades Representativas no Setor de Energia Elétrica

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mantém ainda relacionamento constante com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e outros órgãos com protagonismo no licenciamento ambiental, bem como com aqueles da esfera estadual e municipal, em função de implantar projetos e operar instalações em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoeletricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

Fornecedores

Com a privatização da Eletrobras e de suas controladas, os processos de aquisição de materiais e de serviços, gestão de contratos e gestão de fornecedores passaram por mudanças significativas. O decaimento das obrigações oriundas das leis 8.666/1993 e 13.303/2016 pôs fim às licitações como método preponderante de contratação. As contratações, baseadas na legislação civil e nas regras de mercado, tornaram-se mais ágeis, eficientes e sustentáveis.

O relacionamento com os fornecedores é realizado por meio do Portal Espaço do Fornecedor, uma plataforma multisserviços integrada ao sistema de gestão da companhia, que não apenas reúne serviços, mas dá ao fornecedor autonomia para realizar alguns deles. Em 2022 foi lançado também o Portal de Compras das Empresas Eletrobras, no qual as subsidiárias realizam cotações e recebem propostas para suas contratações.

O foco no relacionamento compartilhado é uma das tendências para a gestão da cadeia de suprimentos de Furnas. A companhia ganhou mais liberdade para negociar os seus contratos, aprimorando ainda mais os critérios de qualidade no fornecimento de bens e serviços.

Os critérios ESG também estão no radar do novo regramento. Com mais flexibilidade, a companhia pode escolher fornecedores com atuação ambiental, social e de governança mais desenvolvida. Também fica aberta a possibilidade de sanções e até rescisões de contratos pelo não atendimento a critérios de sustentabilidade.

Todos os contratos celebrados por Furnas possuem cláusulas de sustentabilidade e os fornecedores se obrigam a apresentar declaração de que conhecem e que adotarão os preceitos estabelecidos no “Código de Ética das Empresas Eletrobras” e no “Guia de Conduta para Fornecedores das Empresas Eletrobras”.

Clientes

Com o intuito de se adaptar às novas diretrizes para venda de energia elétrica para consumidores e de diversificação da carteira de clientes, em 2022, Furnas aumentou de forma expressiva o número de contratos realizados com consumidores de pequeno porte, dentre os quais destacam-se alguns segmentos como redes de farmácias, rede de supermercados, agências bancárias e empresas de saneamento, entre outros.

Entidades Representativas dos Empregados

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 13 entidades representativas dos seus empregados. As decisões provenientes desses processos de negociação são estendidas a todos os empregados da Empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs), Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da Empresa e maximizar a satisfação de seus empregados. O ACT, cuja data-base é maio, é usualmente negociado anualmente, mas podendo ocorrer de forma bianual (atualmente está válido um ACT de 2 anos que abrange todos os empregados do grupo Eletrobras).

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

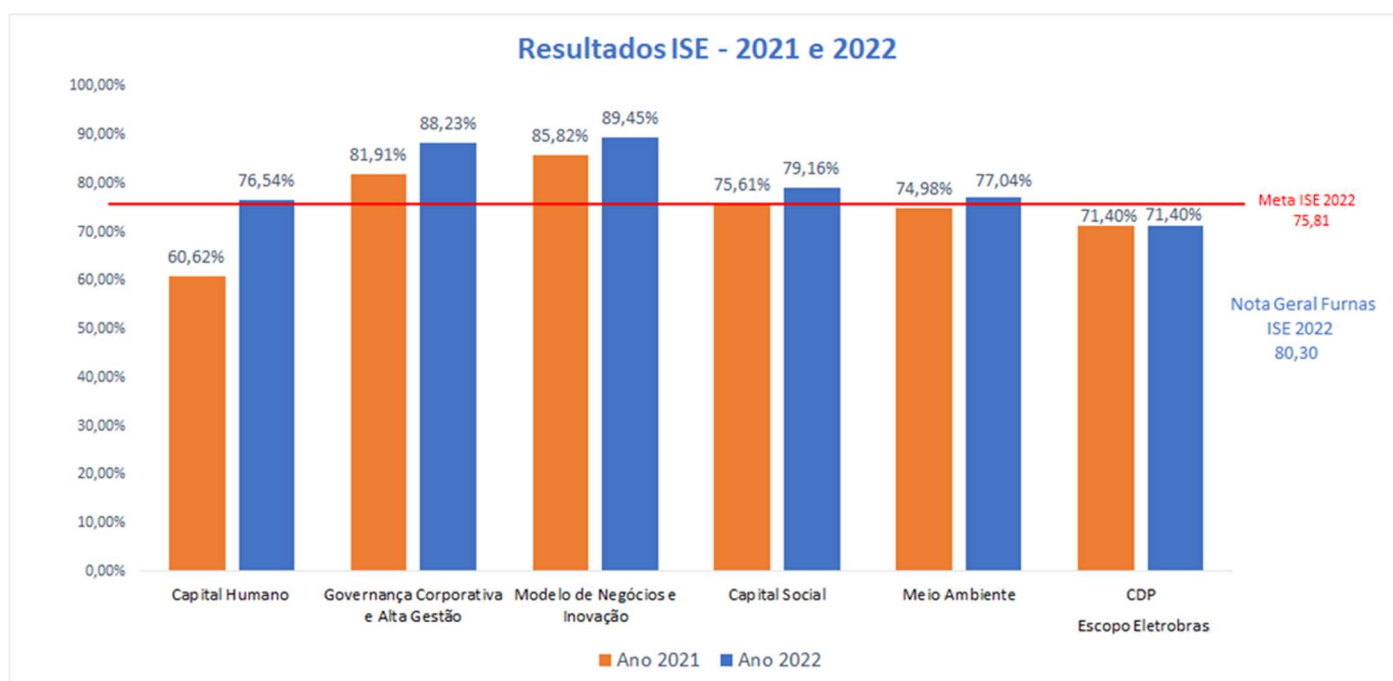
A gestão da Sustentabilidade monitora o ambiente regulatório, tecnológico e legal, alavancando iniciativas para garantir o pioneirismo da empresa em sustentabilidade, usufruindo de oportunidades de negócio. Tem como proposta de valor ser a forma como a empresa conduz seu negócio. Visa articular, mobilizar e organizar, de forma sinérgica, estratégias, produtos e iniciativas de sustentabilidade com parceiros internos e externos.

No que diz respeito ao planejamento estratégico, a sustentabilidade consta do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) das Empresas Eletrobras e do Plano de Negócios e Gestão (PNG) de Furnas, por meio de Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) considerados prioritários e de ações que contribuem com a Agenda 2030 da ONU.

Os principais avanços da gestão da sustentabilidade em 2022 foram:

- O Informe de Sustentabilidade, publicação mensal para a alta gestão com informações estratégicas e inéditas sobre ESG;
- O Formulário de Avaliação da Sustentabilidade, instrumento para apoio à decisão executiva, que indica se uma Proposta de Resolução de Diretoria (PRD) está aderente a critérios de sustentabilidade;
- A inclusão de cláusulas sobre sustentabilidade nos novos modelos de contratos;

- A criação do Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão, com metodologia de trabalho participativa;
- Inserção do tema sustentabilidade como foco dos projetos de inovação da Companhia;
- A inserção do tema sustentabilidade como desafio do Ciclo de Contratação de Metas 2022, pessoais e de equipe; 21% das metas escolhidas pelas diversas áreas para compor o Sistema de Gestão de Metas (SGD) de seus empregados foram relacionadas ao tema;
- A realização de três Workshops, no auditório do escritório central (RJ). Os eventos “ESG - Mito ou Meta?”, “Transição Energética I” e Transição Energética II” promoveram debates com especialistas internos e externos;
- A apresentação de iniciativas da área de sustentabilidade no *Rio Innovation Week 2022*, evento de grande porte em inovação;
- Inserção dos desafios de sustentabilidade nos projetos de inovação, como por exemplo, no Núcleo de Experimentações Tecnológicas para Soluções de Energia (NET-SE - projeto para experimentação no conceito de sandbox tecnológico) – visando o desenvolvimento de novas soluções de negócio;
- Alcance da meta corporativa estabelecida no planejamento estratégico da Eletrobras para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), obtendo a melhor nota geral do grupo. Além disso, todas as notas dos questionários respondidos ficaram acima da meta, com destaque para a Dimensão Capital Humano, cujo aumento de pontuação foi de 15,92% em relação ao ano anterior e para a Dimensão Ambiental, que obteve a maior nota da sua história (77,04%).



A Comissão Executiva de Sustentabilidade, composta por representantes das seis Diretorias, tem como principal objetivo aperfeiçoar a governança da sustentabilidade, garantindo que os aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) sejam adequadamente analisados pela Alta Administração nos processos de tomada de decisão. A área de Sustentabilidade coordena essa Comissão, visando alavancar a Sustentabilidade enquanto forma da empresa realizar o seu negócio. Em 2022 foram realizadas sete reuniões. As pautas abordaram o monitoramento de indicadores estratégicos da Agenda 2030, a gestão do risco em Direitos Humanos, o plano de ação de gestão do ISE B3 e a gestão dos reportes para *stakeholders*, entre outros assuntos.

GOVERNANÇA

As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus stakeholders, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras. O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional. O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento

claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração. Diversos desafios relacionados à inovação, novos mercados e aperfeiçoamentos dos aspectos Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG) foram enfrentados e superados, contribuindo para consolidar as relevantes contribuições dadas aos acionistas e à sociedade.

Estratégia

Estruturado em três níveis de desdobramento, o planejamento estratégico da Eletrobras e de suas controladas engloba:

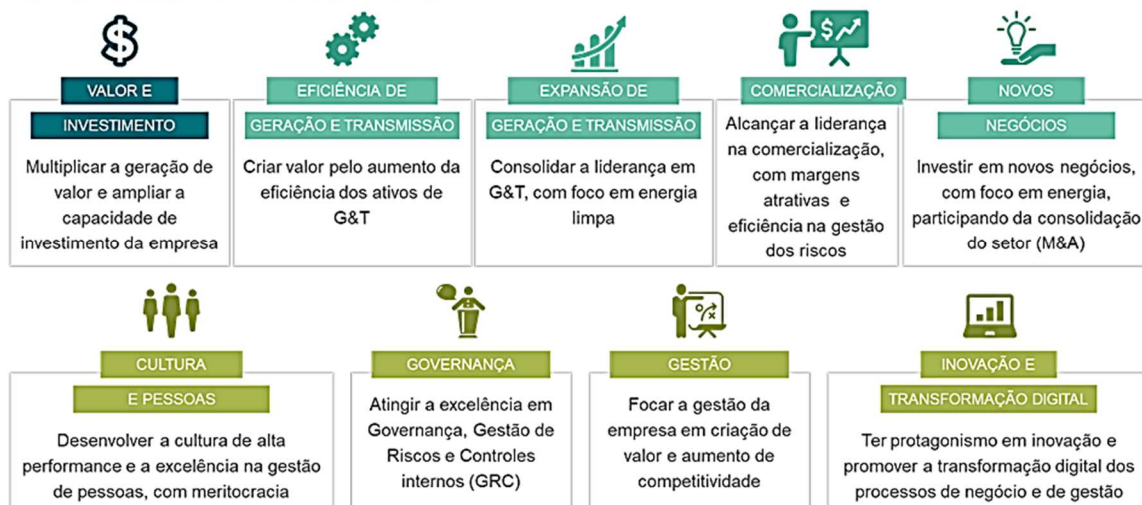
- Plano Estratégico 2020-2035 das Empresas Eletrobras – expressa propósito, visão de futuro e valores do grupo e estabelece as diretrizes e objetivos para o alcance da visão;
- Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) das Empresas Eletrobras - desdobramento tático do Plano Estratégico para os cinco anos subsequentes, que estabelece diretrizes e objetivos prioritários, metas a serem alcançadas e projetos estratégicos do grupo;
- Plano de Negócios e Gestão (PNG) das empresas controladas – desdobramento do Plano Estratégico PE e do Plano Diretor de Negócios e Gestão PDNG da Holding, nas controladas, também com horizonte de cinco anos.

O PNG Furnas 2022-2026, foi o instrumento de Planejamento e Estratégia Empresarial que reuniu o conjunto específico de projeções, metas e projetos a serem desenvolvidos visando alcançarmos os objetivos estratégicos da Empresa, e, a partir do qual foram gerados os demais instrumentos que operacionalizam a estratégia em Furnas, sendo eles: Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE), Remuneração Variável Anual dos Dirigentes (RVA), Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e Agenda 2030 (indicadores designados para acompanhamento estratégico). Pelo segundo ano, tais instrumentos subsidiaram o estabelecimento de metas de desempenho (desde equipe às individuais) por meio do Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), conectando o desempenho corporativo e individual à consecução da estratégia.

A diretrizes estratégicas que orientaram as empresas Eletrobras em 2022 foram:

Fonte: (<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Plano-Diretor-de-Negocios-e-Gestao.aspx>)

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS



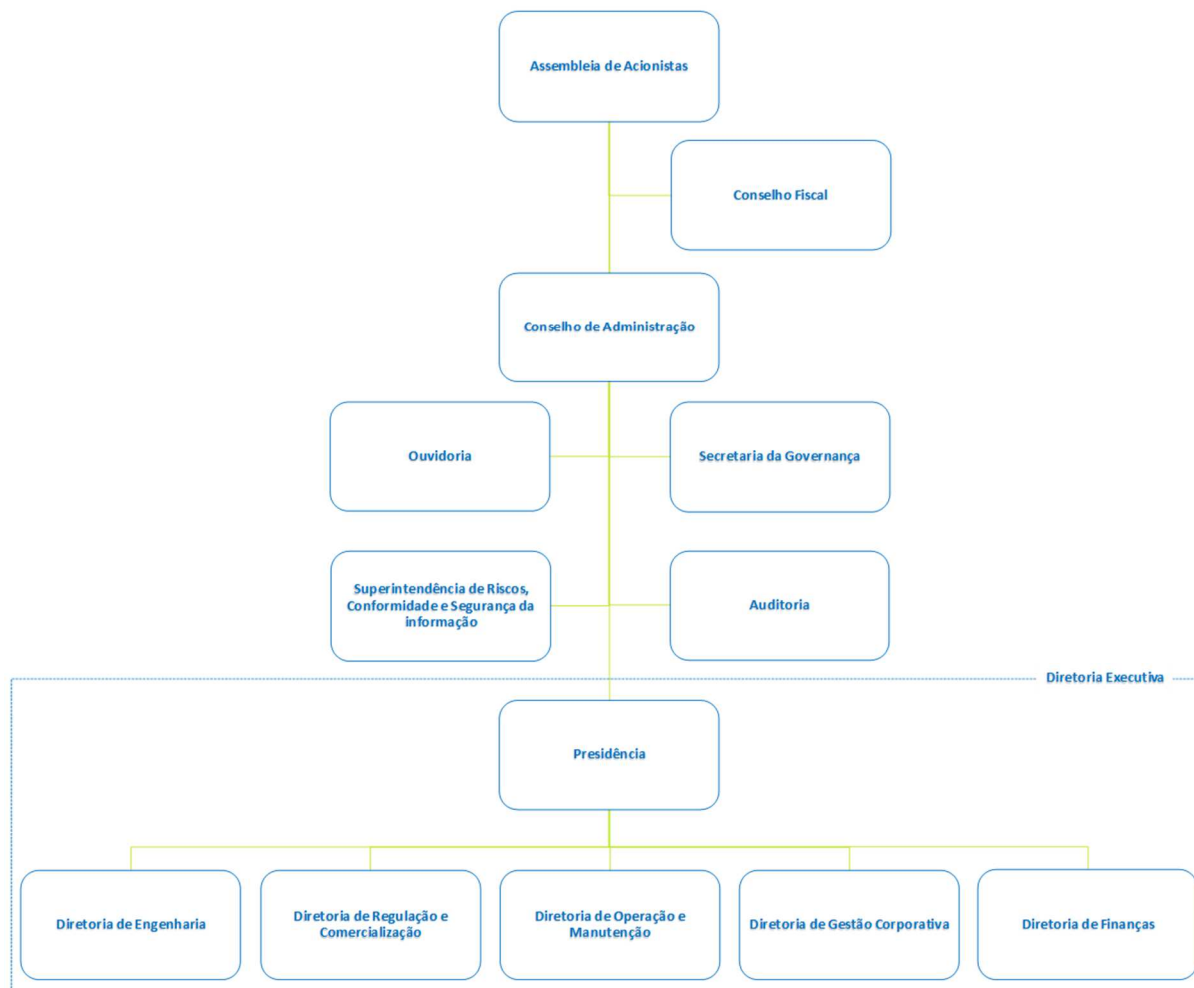
O monitoramento do PNG é atividade sistemática e institucionalizada, que permite aos gestores analisar informações de forma a subsidiar decisões para a superação dos problemas e restrições à execução do plano estratégico e/ou ao aproveitamento de

oportunidades não previstas. Seu objetivo é identificar se as metas associadas ao PNG de Furnas estão sendo alcançadas e quais são os principais entraves na execução para que se possa atuar na sua correção e superação.

Visando aprimorar as práticas de governança corporativa e integridade empresarial e, de forma a facilitar o acompanhamento das projeções, metas e projetos estratégicos definidos por Furnas em seu PNG, foi disponibilizado, no decorrer do ano de 2022, o sistema informatizado de apoio ao monitoramento estratégico, 'Portal da Estratégia', que permite o acompanhamento dos resultados e da execução do ambiente interno (indicadores estratégicos e projetos), assim como o ambiente externo à Empresa (variáveis macroeconômicas, setor elétrico e cenários).

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Obs.: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal. Em 2022 a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu, exclusivamente, de forma virtual, conforme previsto na legislação, em 22 de abril de 2022, para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2021; a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2021 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2022, foram realizadas seis Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), por meio digital, por videoconferência, em:

- 24.02.2022 – para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração;
- 14.06.2022 – para aprovar a assinatura do novo contrato de concessão o qual veicula a outorga de novas concessões de geração de energia elétrica;
- 14.07.2022 – para aprovar a Reforma do Estatuto Social de Furnas, segundo as diretrizes da Holding, para alterar o art. 1º do Estatuto Social da empresa, em decorrência do Processo de capitalização da Eletrobras;
- 09.09.2022 – para aprovar (i) a proposta de rerratificação da destinação do lucro do exercício de 2021; (ii) a proposta de integralização da totalidade do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido a Furnas com recursos ordinários da Eletrobras; e demais decisões correlatas;
- 23.10.2022 – para aprovar (i) a revisão do Estatuto Social da companhia, nos moldes fixados pela Eletrobras; (ii) a Nova Composição do Conselho de Administração, conforme o Novo Estatuto e segundo diretrizes do acionista controlador e
- 17.11.2022 – para aprovar a incorporação de Sociedade de Propósito Específico.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração (CA) é composto por cinco membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelo Estatuto, dentre os quais o

Presidente do Conselho e seu substituto que são designados pela Eletrobras, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições.

Dentre os membros, a Assembleia Geral definirá o Presidente do CA e seu substituto; um membro será eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas.

Os membros da Diretoria Executiva de Furnas não poderão ocupar cargo no CA.

O CA poderá contar com o assessoramento de comitês da Eletrobras, nos termos e limites fixados pela Eletrobras.

No exercício de 2022, este colegiado reuniu-se 41 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários (CAE)

O CAE, vinculado diretamente ao CA da Eletrobras, quando aplicável, assessora as companhias que compõem o Grupo Eletrobras, no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior, compreendendo, mas não se limitando, a análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, gestão de riscos, controles internos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões dos conselhos de administração do Grupo Eletrobras em relação aos assuntos afetos à sua área de atuação..

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, nos termos da legislação vigente, todos domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de um ano, sendo permitidas reeleições.

Em 2022, este colegiado reuniu-se 12 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até cinco diretores, respeitando o mínimo de três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições. São as seguintes as áreas de atuação: Presidência; Gestão Corporativa; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Regulação e Comercialização.

Compete à Diretoria Executiva, em reunião semanal ou extraordinária, a direção geral e a administração de Furnas, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2022, foram realizadas 82 reuniões.

Secretaria de Governança

A Secretaria de Governança tem como principais atribuições:

- coordenar reuniões prévias à reunião de Diretoria Executiva com os Assessores das demais diretorias e a área Jurídica para instruir os processos administrativos e padronizar as matérias a serem deliberadas, organizando-as por Diretoria e colocar o Presidente informado dos assuntos que serão pautados;
- agendar e participar das reuniões semanais da pré-pauta da Diretoria Executiva, e das mensais do Conselho Fiscal, transcrevendo as deliberações tomadas e os pareceres fiscais em livros próprios de atas, em observância à Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações e providenciar a distribuição dos documentos pelas diversas unidades organizacionais;
- convocar profissionais de vários órgãos da Empresa para promoverem apresentações ao Conselho Fiscal sobre projetos novos e em andamento, demonstrações contábeis e orçamentárias, processos jurídicos e societários, cogestão das empresas Distribuidoras, entre outros esclarecimentos julgados necessários;
- interagir com os Diretores e Conselheiros de modo a viabilizar a conclusão dos processos decisórios da Diretoria Executiva;
- providenciar a publicação de atas e deliberações do Conselho de Administração no órgão da imprensa oficial e em jornal de grande circulação, quando for o caso;
- publicar os Editais de Convocação das Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias e Extraordinárias no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação;
- prover o CA e os Comitês dos meios necessários ao seu adequado funcionamento;
- dar todo o suporte necessário na elaboração de documentos de apoio às reuniões do Conselho, quando solicitado;
- administrar e controlar os arquivos contendo atas, certidões registradas na Junta Comercial, Determinações e Resoluções, referentes à Diretoria Executiva, além de dados dos Diretores, Conselheiros e Contador, que somente são repassados aos órgãos federais, com atribuições de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Comissão de Valores Mobiliários, entre outros

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, realiza consultoria e avalia os controles e o cumprimento de diretrizes, de normativos internos e da legislação.

Seus principais objetivos são melhorar as operações da Empresa e das partes relacionadas com as quais mantém negócio. Para tal, adota uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento, e atuando como terceira linha no gerenciamento eficaz de riscos e controles.

Em 2022 foram cumpridas as 23 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 32 relatórios.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), a Auditoria Interna providenciou a avaliação independente dos controles internos, através dos testes da administração, a partir dos riscos corporativos considerados críticos, segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

Com o processo de desestatização concluído em 17 de junho de 2022, as Empresas Eletrobras, deixaram de ser sociedades de economia mista, e, conseqüentemente, não mais se sujeitam as normas de Auditoria Interna Governamental. Desta forma, o relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorreu até a referida data, a fim de prover atendimento as respectivas fiscalizações.

Em 2022, após os trabalhos de certificação realizados pelos consultores do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), foi emitido pelo Instituto o Relatório sobre a Avaliação Externa Completa da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna de Furnas Centrais Elétricas S.A, que opina que a Auditoria Interna possui um estatuto, políticas e processos que foram julgados como em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas) e o Código de Ética do *The Institute of Internal Auditors* (The IIA ou IIA). Dentro dos níveis aplicados, o resultado foi de conformidade geral, possibilitando a Auditoria Interna passar a usar a frase: “Em conformidade com as Normas Internacionais para a prática Profissional de Auditoria Interna” (norma 1321 do IPPF/IIA).

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010 Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, Diretores, Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento. O código foi atualizado em:

- dezembro de 2016, com a inclusão das legislações referentes à Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira;
- dezembro de 2018, recebendo o título de Código de Conduta Ética e de Integridade;
- dezembro de 2020; e
- dezembro de 2022, passando a chamar Código de Conduta Eletrobras, em fase de adesão/internalização.

O Código de Conduta Ética e Integridade está disponível na intranet e internet, e em aplicativo para smartphones, com versões em português, inglês e espanhol. Para disseminação dos princípios éticos do Código, são realizadas ações educativas com os colaboradores. Furnas tem realizado anualmente o Programa Integridade Itinerante, com a divulgação da cultura Ética e de Integridade, por meio de esquetes teatrais, apresentando situações e dilemas éticos, estimulando os colaboradores a refletirem sobre as questões éticas. A iniciativa busca também aproximar as áreas de integridade de Furnas dos empregados lotados nas unidades operacionais regionais. Anualmente são alcançados mais de 300 colaboradores. O Programa de Integridade Itinerante também promove encontros entre os gestores das áreas de integridade e os gestores regionais, reforçando as diretrizes do programa de integridade, os valores éticos defendidos pela Companhia e as principais atividades desenvolvidas.

Controles Internos

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequações aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes Oxley (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos. Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos. O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa.

Em 2022, foram selecionados 31 processos associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; *Entity Level Controls*; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

Um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (*Material Weakness – MW*), em linha com a diretriz estratégica “Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial.” Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento, Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três linhas, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Obs.: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Programa de Integridade (Compliance)

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2022-2026, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa. O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladoria Geral da União (CGU) e

pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de compliance de cada empresa, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva de Compliance (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

A partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) análise periódica de riscos; 3) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) comunicação e treinamento; 5) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades. O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras, Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras e Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras. Nesse sentido, Furnas promove anualmente a revisão da avaliação dos riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos.

Foram promovidos treinamentos para toda a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gerentes, bem como gestores de contratos e empregados que mantêm relacionamento com setor público, além de treinamento de integridade para todos os empregados.

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2022, foram realizadas mais de 200 avaliações de integridade (*due diligence*). Furnas participa ativamente de fóruns técnicos sobre compliance, destacando-se o GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, Movimento Transparência 100% do Pacto Global, o GT de Integridade do Instituto Ethos, o Instituto Compliance Rio (ICRio).

As empresas Eletrobras possuem um canal de denúncias externo e independente, contando com um departamento especializado e exclusivo para apuração e tratamento de denúncias e desvios éticos. O Programa de Integridade de Furnas é efetivo e eficaz, conforme avaliação do Instituto Ethos e CGU, permitindo a Furnas ostentar o título de Empresa Pró Ética.

Gestão de Riscos

O processo de gestão de riscos é integrado, coordenado pela Eletrobras, com o apoio das gerências de riscos das subsidiárias e do Comitê Operacional de Gestão de Riscos - CORISCO. Tem como principal objetivo reduzir a materialização de eventos que possam impactar negativamente, de forma relevante e permanente, os objetivos estratégicos. Esse processo é regido pela Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que preconiza a incorporação da visão de riscos à tomada de decisões, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e às melhores práticas de mercado.

A Matriz de Riscos Corporativa 2022-2023 é baseada nos objetivos estratégicos de Furnas. O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) contém análise do contexto externo e interno, e sua influência sobre o processo de Gestão de Riscos, a partir de forças e fraquezas e dos principais fatores de risco que podem impactar o ambiente de negócios e o conjunto de diretrizes e premissas. Na Matriz de Riscos são identificados e consolidados os riscos estratégicos do negócio, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais a Empresa se encontra exposta, para posterior avaliação, tratamento e monitoramento, além da comunicação clara e objetiva para todas as partes interessadas. A referida Matriz foi aprovada pela Diretoria Executiva e, em caráter provisório, pelo Conselho de Administração de Furnas, considerando que será adequada à Matriz consolidada das Empresas Eletrobras, tão logo seja aprovada.

Para o ciclo de 2022-2023 foram identificados 23 eventos de risco distribuídos nos pilares: Negócio, Financeiro, Operacional e Conformidade. Eventos de riscos são periodicamente monitorados, quanto às ações de tratamento, e reportados para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), quando demandado.

Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação articula ações para garantir as propriedades essenciais (disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade) que conferem valor às informações. O regramento das fases de Segurança da Informação como o manuseio, armazenamento, transporte e descarte é imprescindível para garantir o controle dos ativos que suportam os negócios, viabilizando a efetividade do processo na tomada de decisão. Um conjunto de ações e recursos protegem dados contra ameaças diversas, mitigando riscos e garantindo a continuidade das operações. Com relação às ações de conscientização, foi concluída a campanha de *Phishing* e disponibilizados diversos vídeos relativos ao tema. Durante o mês de comemoração da celebração internacional da Segurança da Informação, que ocorreu em 30 de novembro, a Eletrobras promoveu palestras. Em relação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), foram desenvolvidas atividades pelo Data Protection Officer – DPO junto aos respectivos gestores, alcançando a emissão de 171 (cento e setenta e um) Registros de Tratamento de Dados Pessoais – RTD e 51 (cinquenta e um) Relatórios de Impacto de Dados Pessoais – RPID.

Foram realizados os testes dos Planos de Continuidade de Negócios – PCN, que contemplaram os serviços críticos da “Rede Operativa e Corporativa”, respeitando o alinhamento/definição entre o Grupo de Trabalho da Gestão de Continuidade de Negócios – GCN e o corpo técnico envolvido das Diretorias de Gestão Corporativa e Diretoria de Operação e Manutenção.

O Duplo Fator de Autenticação (VPN e Office 365) foi implementado de forma faseada, primeiramente, para os colaboradores da Sede e, na sequência, nas áreas regionais. O “Sistema de Inventário de Ativos de Informação - SIAI”, que estabelece critérios que visam à identificação dos ativos, à atribuição das devidas responsabilidades por sua proteção e ao apoio aos demais processos de Segurança da Informação, entrou, parcialmente, em produção no mês de dezembro/2022, com estimativa de conclusão em março/2023.

Cibersegurança da Rede Operativa

A Rede Operativa (Tecnologia da Operação – TO) de FURNAS atua em constante aprimoramento, buscando se antecipar às ameaças que possam comprometer infraestruturas críticas. O setor elétrico, ao redor do mundo, tem sido um alvo recorrente para esse tipo de ameaça. Para lidar com a evolução das ameaças, e ainda se adequar às diretrizes dos órgãos reguladores do sistema elétrico nacional, a Empresa direciona seus esforços na adoção das ferramentas adequadas, aliadas à elaboração de protocolos e instruções operacionais que permitam a pronta atuação e correta gestão, mantendo a alta disponibilidade exigida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Destaca-se a finalização das ações para total aderência à 1ª onda da Rotina Operacional RO-CB-BR-01, do ONS, normativo específico que estabelece os requisitos mínimos de segurança cibernética da operação para os agentes do setor. Encontram-se em andamento as ações para completar os requisitos da 2ª onda, cujo prazo limite é outubro de 2023.

Além das ações de melhorias sistêmicas, há também um contínuo empenho na capacitação dos técnicos responsáveis por operar, manter e supervisionar a rede operativa em tempo real, com destaque aos treinamentos realizados no Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil e ao convite para participação no Exercício Guardião Cibernético 2022, promovido pelas Forças Armadas Brasileiras.

Em paralelo, Furnas compõe e colabora ativamente no Comitê de Tecnologia da Operação das Empresas Eletrobras (CTOEE), concebido para organizar as iniciativas de segurança cibernética em âmbito operativo. Em 2022, este Comitê elaborou um projeto – já em fase de execução - que permitirá a adoção de ferramentas de segurança cibernética de TO de última geração, além da

implantação de um SOC (*Security Operation Center*) dedicado a estruturas de alta criticidade das Empresas Eletrobras e que atuará em parceria com as equipes internas para fazer frente à complexidade inerente à proteção cibernética de TO.

Cibersegurança da Rede Corporativa

Com o intuito de promover a segurança e a disponibilidade da Rede Corporativa, Furnas investe em projetos estratégicos, com destaque para:

- Realização do Teste de Intrusão referente ao ciclo 2022 quando foram identificadas sete vulnerabilidades de baixo risco que estão sendo tratadas por planos de ação específicos;
- Utilização do Segundo Fator de Autenticação (2FA) no processo de autenticação dos usuários no acesso ao ambiente Office 365, eliminando o risco de acessos indevidos por meio de roubo e vazamento de senhas;
- Atualização do sistema operacional Windows 7 das estações de trabalho, por meio da substituição de microcomputadores obsoletos por novos equipamentos com o sistema operacional Windows 10;

Implantação de solução de Prevenção de Perda de Dados (*Data Loss Prevention – DLP*) utilizada pela Eletrobras, que protegerá as informações armazenadas na infraestrutura da Rede Corporativa;

• *Datacenter* hospedado em um serviço de *hosting* terceirizado, o qual contempla, entre outros recursos, um site secundário para a contingência dos serviços críticos e para a duplicação de todos os dados de produção e de backup armazenados no site principal. O site principal e o secundário estão instalados em infraestrutura exclusiva, protegida por uma estrutura física privada, com acesso biométrico e monitoração;

• Projeto de aquisição e implantação do pacote de segurança avançada que contempla funcionalidades de segurança, tais como: políticas de acesso condicional para a segurança do acesso ao sistema Múltiplo Fator de Autenticação estendido, sistema em nuvem (alicerce fundamental para a segurança do regime de teletrabalho), sistema de detecção avançada de ameaças cibernéticas (camada de proteção adicional aos sistemas de proteção), self-service seguro para a alteração e recuperação de senha, sistema de gerenciamento de identidade, atualização tecnológica da solução antivírus, módulo adicional de segurança do sistema VPN e tecnologia *Web Application Firewall* para proteção das aplicações Web.

Planos de Contingência

Furnas possui Política Interna de Segurança de Barragens e Regulamento Interno de Segurança de Barragens. Todas as usinas de Furnas contam com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE), que estabelece ações a serem executadas em situações de emergência. Cada usina também possui o seu Plano de Atendimento a Emergências da Central (PAEC), que estabelece responsabilidades, providências e ações efetivas a serem realizadas preventivamente e durante situações emergenciais, visando respostas rápidas e eficientes.

O PAE deve ser atualizado sempre que houver revisões significativas, não superando o prazo máximo de um ano. Após as revisões, o documento deve passar por aprovação do coordenador do PAE e ser submetido aos Superintendentes e Diretores de Engenharia e Operação. O documento deve estar disponível no site de Furnas, na usina, nos municípios e nos órgãos de defesa civil municipais e estaduais.

No âmbito do PAE, em atendimento à lei Nacional de Segurança de barragens, em todas as usinas hidrelétricas estão sendo implementados:

- (1) sistemas de comunicação e alerta em massa, em toda a Zona de Autossalvamento das usinas,
- (2) traçados de rotas de fuga, comunicação e sinalização interna,
- (3) levantamento da população possível de ser atingida e
- (4) sistema de comunicação e alerta na área industrial da Usina.

Deve ser ressaltado que atualmente todas as barragens das usinas de Furnas encontram-se em nível adequado de segurança.

São realizadas inspeções periódicas das usinas pelo corpo técnico de Furnas e o comportamento das estruturas é continuamente monitorado e analisado por instrumentação instalada. Os resultados das campanhas são disponibilizados à Aneel e consubstanciados em relatórios técnicos que fazem parte do acervo das usinas, em conformidade com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), consolidada pela Resolução Normativa nº 696/2015-Aneel.

A empresa também possui os seguintes planos, classificados como confidenciais e testados anualmente:

- Plano de Continuidade Operacional (PCO), que tem por finalidade descrever os processos alternativos que devem ser executados na falta do ativo principal, mitigando ou eliminando os impactos de uma eventual indisponibilidade;

- Plano de Recuperação de Desastres (PRD), que visa apresentar o conjunto de procedimentos alternativos a serem adotados pela área de Tecnologia de Informação e Comunicação em situação de inoperância de um ativo (sistemas, *hardwares*, equipamentos etc.) após um desastre (que pode ocorrer de forma acidental, natural ou proposital); e
- Por fim, o Plano de Gestão de Crise (PGC) tem o objetivo de estabelecer os responsáveis, a equipe envolvida e como a organização realizará a comunicação com seus colaboradores e o universo externo, reduzindo o impacto na imagem da empresa causado por um desastre.

Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e en-caminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas. Atua no diálogo com os diversos públicos de relacionamento, de modo que as manifestações induzam à contínua melhoria dos serviços prestados por Furnas e de seus processos.

O acesso é assegurado por meio de formulário eletrônico na página de Furnas na Internet – menu Ouvidoria, por e-mail, telefone, atendimento presencial ou carta. Em todas as formas de contato, o conteúdo da mensagem é tratado com seriedade, isenção e de forma reservada. Todas as manifestações, independentemente do meio de contato, são registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras e às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

No ano de 2022, foram recebidas 859 manifestações no Sistema de Ouvidoria, sendo 433 reclamações, 403 solicitações, 19 sugestões e 4 elogios. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), integrado à Plataforma Fala.BR da Controladoria Geral da União – CGU, recebeu até junho/2022, 39 pedidos de acesso à informação com base na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11).

Em junho de 2022, foram atendidas todas as condições para o processo de desestatização da Eletrobras previstas na Lei nº 14.182/21. Dessa forma, Furnas – subsidiária da Eletrobras – perdeu a condição de sociedade de economia mista, não mais integrando a Administração Pública. Portanto, Furnas passou a ser regida integralmente pelo regime de direito privado e, por conseguinte, não mais sujeita à LAI e aos normativos da Ouvidoria Geral da União - OGU e Controladoria Geral da União - CGU. No mês de setembro de 2022, a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras promoveu a racionalização do processo de tratamento de manifestações na holding, com foco em oportunidades de sinergia e de qualidade, buscando reduzir prazos no tratamento das demandas e fortalecer os reportes ao Conselho de Administração e a prestação de contas para todos os públicos.

Desse modo, as denúncias recepcionadas pelo Canal de Denúncias Eletrobras, passaram a ser geridas pelo Departamento de Tratamento de Manifestações (DCCM), vinculado à DC da holding.

O Canal de Denúncias continuou a ser operado por empresa externa especializada na captura e gestão do tratamento de denúncias, contratada para esse fim.

O Canal de Denúncias centraliza todas as denúncias que envolvam conduta antiética, irregular ou ilegal. As denúncias podem ser registradas de forma anônima, com reserva de sigilo ou identificadas (com proteção da identidade do denunciante). Ao fazer o registro, o denunciante recebe um protocolo e senha para acompanhamento do tratamento do caso até sua efetiva conclusão.

Apuração de Denúncias

O Departamento de Apuração de Denúncias – DAD.P, formalmente criado em 2019, está vinculado à Diretoria da Presidência, e tem por objetivo atender às diretrizes para gestão e tratamento de denúncias administrativas e éticas, nos termos do que dispõe o Regulamento de Gestão e Tratamento de Denúncias e de Infrações das empresas Eletrobras.

O DAD atua na orientação e execução de atividades voltadas à apuração de denúncias e infrações ao Programa de Integridade, às leis anticorrupção, aos contratos, normas e demais regulamentos internos e externos que norteiem as atribuições dos colaboradores de Furnas, excetuando denúncias que envolvam a Alta Hierarquia, que seguirá os ritos descritos no Regulamento de Gestão e Tratamento de Denúncias e Infrações das Empresas Eletrobras. É também de sua responsabilidade o monitoramento dos prazos dos trabalhos das Comissões de Sindicância Ordinária bem como da implementação das ações de remediação e de aprimoramento dos processos internos identificadas pelo departamento, como resultado da apuração de denúncias.

Em 2022 o DAD recebeu 67 denúncias para apuração que foram tratadas e finalizadas por meio de 58 (cinquenta e oito) relatórios de apuração.

SOCIAL

Gestão de Pessoas

Empregados ⁽¹⁾	2022	2021	2020
Entradas	12	10	10
Saídas	197	35	21
Total	2617	2.802	2.827
Estagiários			
Quantidade	115	74	82
Pessoas com Deficiência			
Quantidade	183 ⁽³⁾	186 ⁽²⁾	189 ⁽¹⁾

(1) Refere-se à soma de empregados na empresa, cedidos e anistiados/reintegrados. Não incluídos presidente e diretor-empregado.

(2) Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(3) Refere-se à soma de 20 empregados efetivos e 166 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(4) Refere-se à soma de 20 empregados efetivos e 163 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

Política de Teletrabalho

Em 2022 Furnas deu continuidade à Política de Teletrabalho, expressa em Normativo Interno, com foco na produtividade, melhoria da qualidade de vida, agilidade e integração interna. O teletrabalho destina-se aos empregados cujas atividades possam ser realizadas preponderantemente fora das dependências da Empresa, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

Ao longo de 2022, 171 empregados aderiram ao teletrabalho enquanto 22 empregados se desligaram, retornando ao regime presencial. No final de dezembro contávamos com 652 nesse regime de trabalho, 139 empregados a mais que em 2021.

Fortalecimento Cultural

Em 2022, Furnas deu continuidade ao projeto Fortalecimento Cultural, iniciado em 2020 para consolidar a nova Cultura de Furnas, com o firme propósito de construir, revisar e refinar as práticas culturais que viabilizam e sustentam a Cultura Organizacional.

Principais destaques de 2022:

- Semana de Valores, evento realizado de forma presencial, no Espaço Conexões (9º andar da sede da empresa) e on-line (06 a 10 de junho). O Objetivo foi fortalecer os valores presentes no DNA de Furnas: Ética e Transparência; Respeito à Vida e às Pessoas; Excelência; Inovação e Colaboração e Reconhecimento.
- Pesquisa junto aos líderes de Furnas, para levantamento dos conhecimentos considerados importantes e críticos para suas áreas, e indicação de um profissional referência para cada processo indicado; foram definidos 271 conhecimentos críticos, 627 conhecimentos importantes e 404 colaboradores indicados como referência.
- Construção do Mapa de Conhecimentos Críticos de Furnas, contemplando: os conhecimentos considerados como críticos, como importantes, os colaboradores indicados como referência, o cruzamento dos dados com os empregados educadores e a classificação dos conhecimentos por categoria.
- Construção de duas trilhas de desenvolvimento, uma para a liderança e outra para futuros líderes, tendo por base o diagnóstico realizado em 2020, com apoio de uma consultoria
- Workshops para as lideranças sobre “Felicidade Compartilhada” que abordaram a importância do reconhecimento por conquistas diárias, realizações pessoais, demonstrações de interesse genuíno e sutilezas que podem gerar encantamento.

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para a gestão de pessoas.

O PCR utiliza um modelo que vincula competências organizacionais e profissionais ao direcionamento estratégico das empresas Eletrobras de modo que o desempenho individual possa contribuir para a alavancagem do desempenho organizacional.

Em função da capitalização, a Holding iniciou a revisão do PCR, no final de 2022, com apoio de consultoria contratada para que o plano se adeque ao que é praticado no mercado.

Projeto Impulsionando Mulheres na Liderança

Tem como objetivo promover o desenvolvimento da carreira de mulheres de FURNAS, por meio de um trabalho de sensibilização, capacitação e mentoria, possibilitando que ao final desta capacitação, essas mulheres acendam a cargos de liderança na Empresa. Lançado em 2021, o projeto contempla atualmente com 75 empregadas que estão sendo preparadas para os processos de seleção de novos gerentes.

O projeto foi concebido em alinhamento ao compromisso Equidade é Prioridade/Elas Lideram 2030, estabelecido com o Pacto Global, por meio do qual a empresa se comprometeu a elevar de 21% para 30% o percentual de mulheres em cargos de liderança até o ano de 2025.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro, fruto de negociação entre as empresas do grupo Eletrobras e as entidades representativas dos seus empregados.

Remuneração Variável (RVA)

O pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas Eletrobras é atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, conforme os termos estabelecidos.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação e/ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

Educação e Desenvolvimento e de Empregados

Em 2022, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio de Furnas: Liderança, Ações Estratégicas, específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Foram ofertados cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos previstos nos eixos de aprendizagem, como contratos, compliance e legislação trabalhista, dentre outros.

Outro destaque do ano foi a participação de quase 200 empregados na 26ª edição do Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTTE), maior e mais tradicional evento do setor elétrico brasileiro, que teve coordenação de FURNAS e foi promovido pelo Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRE-Brasil). Outra ação importante foi a realização do plano de treinamentos em ações obrigatórias para empregados que atuam em áreas de risco, cujas atividades foram postergadas devido à COVID-19, no tópico Suspensão de Exigências Administrativas em SST, anteriormente divulgado para a DO como projeto piloto. Por meio deste plano, cada área da empresa pode realizar diretamente a inscrição de empregados efetivos em ações obrigatórias de acordo com suas rotinas de trabalho.

Em 2022 foi iniciada também a segunda fase do aplicativo Furnas Edu 4.0, que reforça a estratégia de implantar uma cultura de aprendizagem baseada em tecnologias digitais móveis, com foco na transformação digital na educação corporativa, e que tem como objetivo potencializar e flexibilizar a capacitação contínua dos profissionais, que poderão acessar ações educacionais, de forma simples e rápida, a partir de seus telefones celulares.

O ano de 2022 encerrou com a finalização do Projeto de capacitação em Fatores de Risco (Risk Factor), voltado à preservação da saúde e segurança dos trabalhadores. Foram organizadas 129 turmas sendo 74 na modalidade presencial com carga horária de 8 horas e 55 na modalidade online ao vivo com carga horária de 4 horas. Ainda, foram treinados 32 empregados como multiplicadores, sendo 16 para modalidade presencial e 16 para modalidade online ao vivo, com participação efetiva de 13 multiplicadores em cada modalidade. Foram treinados 1183 empregados na modalidade presencial, 1561 empregados na modalidade online ao vivo e 13 empregados na modalidade online assíncrona, totalizando 11051 horas de treinamento. A partir de 01 de novembro de 2022 foi disponibilizada modalidade EaD assíncrona do treinamento na plataforma <https://unise.eletrobras.com/>, com carga horária estimada de 2 horas, tendo sido finalizado por 13 empregados. Considerando a base de empregados efetivos de 30 de setembro de 2022, dos 2.813 funcionários de Furnas, 150 não finalizaram a capacitação obrigatória, desconsiderando aqueles que se encontravam em licença médica.

O ano de 2022 finalizou com os seguintes números para participações em Iniciativas de Gestão do Conhecimento:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento
413	2.576	14.020	131.392

Avaliação de Desempenho

Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado das Empresas Eletrobras, Furnas adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), que contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas.

A contratação de metas individuais contribui para dirimir a subjetividade do processo avaliativo, proporcionando uma apuração direta dos resultados atingidos por cada colaborador. Os resultados da avaliação são utilizados como subsídio para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Segurança e Saúde Ocupacional

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas, alinhada à política das Empresas Eletrobras, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados, com foco na prevenção. Os empregados estão representados por 26 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), além de 12 Unidades de Segurança (Usegs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Em 2022, o foco foi a continuidade e manutenção dos protocolos de prevenção à Covid-19, buscando assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável. Neste ano, algumas instalações da empresa voltaram a realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat) de forma presencial. Entretanto, outras instalações ainda mantiveram a realização do evento no formato online.

Diversas ações foram implementadas visando a promoção da preservação da segurança e saúde do trabalhador, com resultados positivos para a força de trabalho, tendo em vista que mesmo ainda em meio à pandemia, os programas de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) foram disponibilizados e implementados no âmbito de toda Empresa. Dentre eles destacamos:

- manutenção do enfrentamento à pandemia, no qual foram estabelecidos diversos protocolos e procedimentos com requisitos de segurança do trabalho e saúde ocupacional que devem ser cumpridos, tendo em vista não só a preservação da segurança e saúde dos empregados, mas também garantindo a manutenção e a operacionalidade do sistema elétrico operado por Furnas;
- continuidade na implantação do Programa Energia, Segurança e Saúde Ocupacional, parceria entre a Eletrobras e a DuPont Sustainable Solutions (DSS), em resposta à necessidade de criação de um Programa de Saúde e Segurança e Transformação Cultural em Segurança, previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2020-2024. Nesse sentido, a metodologia para formação da cultura SSO foi aplicada em todas as Diretorias da empresa, abrangendo todas as suas instalações.

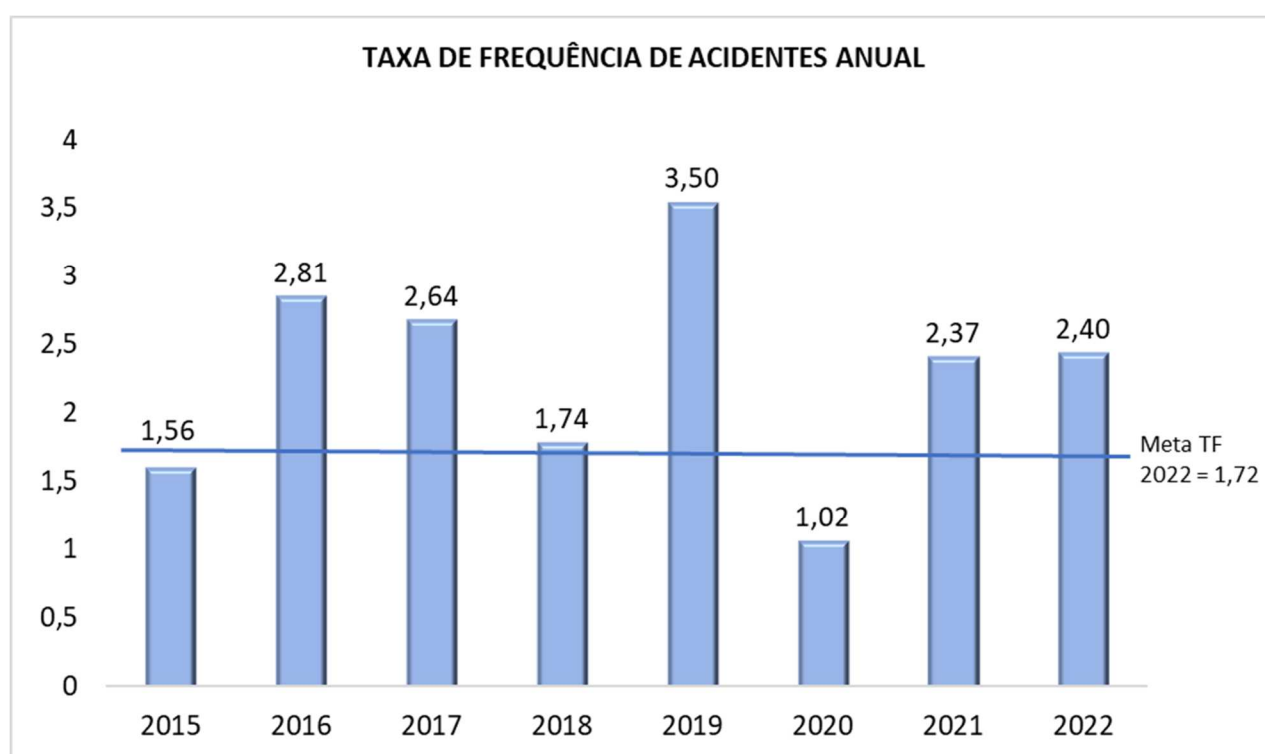
Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho.

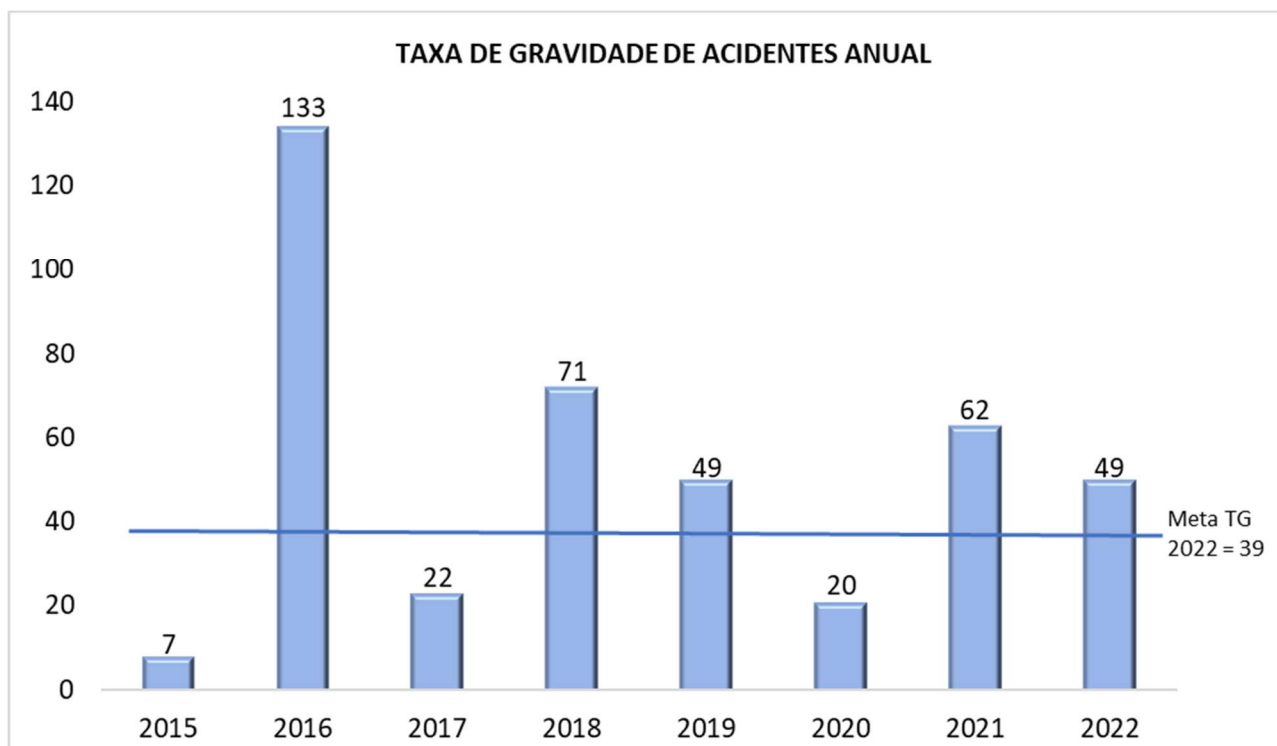
Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas humanas em exposição a risco. A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas Empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas/ano, conforme a norma NBR 14.280.

Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2015.



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal Empregados Próprios	Jan	Fev	Mar	Abr.	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	0,00	0,00	6,14	2,08	10,42	0,00	2,05	0,00	2,06	2,05	0,00	4,11



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal Empregados Próprios	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	74	98	113	90	104	4	43	0	21	2	0	41

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

Ao final de 2022, do total de 11.110 participantes dos dois planos administrados pela FRG, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), 8.326 eram filiados ao plano BD, sendo 402 ativos, 5.811 aposentados, 136 inválidos, 1.950 pensionistas, e 27 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o Plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria.

Os demais 2.784 participantes, filiados ao plano CD, dividem-se em 2.274 ativos, 390 aposentados, 16 inválidos, 69 pensionistas, 10 autopatrocinados e 25 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2022, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 51.960.790,85. Para cobrir despesas administrativas e riscos da FRG, Furnas destinou à FRG R\$ 44.852.155,54.

A FRG ficou em 10º lugar entre 243 Entidades Fechadas de Previdência Complementar com o maior patrimônio, segundo a revista nº 443 da ABRAPP (período novembro/dezembro de 2022) e entre os 15 maiores planos, o BD classificou-se em 4º lugar.

Atuação Social de Furnas

A atuação social se pauta em uma série de ações de promoção da redução das desigualdades e de proteção dos direitos humanos, alinhadas às políticas corporativas da empresa, às políticas públicas municipais, estaduais e federais e aos diversos compromissos voluntários assumidos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da ONU. Um dos compromissos é o Equidade é Prioridade/Elas Lideram 2030, estabelecido com o Pacto Global, detalhado no item “Gestão de Pessoas”.

O relacionamento com as comunidades dos territórios onde Furnas está presente visa manter uma comunicação clara e eficiente, mitigar os impactos das atividades e operações da Empresa e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações. Dessa forma, os projetos desenvolvidos ou apoiados por Furnas promovem a cidadania, a educação, a diversidade, a geração de trabalho e renda, a saúde e segurança alimentar, o esporte, o lazer e a cultura, além dos direitos da criança, adolescente e idoso, especialmente nas comunidades do entorno dos empreendimentos.

Editais

Editais Sociais

Por meio do Edital Furnas Social, foram selecionados projetos de impacto social de organizações da sociedade civil, com foco em capacitação profissional, reforço escolar, formação de agentes juvenis e inclusão tecnológica. No ciclo 2021/2022, foram selecionados os seguintes projetos: Cidadania Criativa - Formação de Agentes Juvenis de Desenvolvimento Local (MG), Maker Space IOT (internet das coisas) para estudantes de escolas públicas paulistas (SP), Ação Pedagógica de Apoio à Educação (RJ), Programa de Germinação de Impacto (RJ) e Projeto pesquisador Curumim (RJ).

Editais Socioambientais

Por meio de editais socioambientais são selecionadas iniciativas que unem proteção do meio ambiente e impacto social, contribuindo para que a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos se efetive como uma ferramenta de redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno dos empreendimentos de Furnas.

Ao longo de 2022, foram selecionados oito projetos os quais realizaram plantios, campanhas, e outros eventos de conscientização e campanhas de soltura e monitoramento de espécies ameaçadas.

Informações sobre os editais socioambientais encontram-se no item Gestão da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos.

Projetos de Continuidade

Núcleos de Integração Comunitária: Promovem o desenvolvimento e a emancipação de comunidades vulneráveis, a partir da formação de lideranças e elaboração de diagnósticos sociais participativos, planos de ação de desenvolvimento comunitário e projetos de referência, escolhidos pelas comunidades, dando voz aos atores sociais locais. Os núcleos buscam qualificar, integrar e dinamizar as relações entre grupos comunitários, poder público local e sociedade civil. No ciclo atual, as áreas beneficiadas são vizinhas aos seguintes empreendimentos: SE Angra dos Reis/RJ, UHE Funil/RJ, SE Foz do Iguaçu/PR, SE Mogi das Cruzes/SP e UHE Mascarenhas de Moraes/MG, atendendo cerca de 25 mil pessoas. Desde o início do projeto já foram implantados 19 núcleos beneficiando mais de 54 mil pessoas.

Curso de Cuidador: Criado há mais de 20 anos, o Curso de Cuidador oferece capacitação no cuidado de crianças, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Como possibilidade de ampliar as oportunidades para os refugiados, são disponibilizadas regularmente vagas para este público, oferecendo uma alternativa para que o migrante reinicie sua vida no país. Em 2022 foram capacitadas mais de 100 pessoas, incluindo 14 refugiados de diversas nacionalidades. Desde o início do projeto já foram capacitadas mais de 4 mil pessoas.

Projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang: Reconhecendo os impactos causados pela instalação das linhas de transmissão Ivaiporã/Itaberá 1 e 2, localizadas no município de Ortigueira/PR, uma série de estudos e iniciativas vêm sendo conduzidos, com a definição de ações mitigadoras e compensatórias para as 300 famílias da etnia Kaingang, residentes da Terra Indígena (TI) de Queimadas. O Projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang tem por objetivo a construção de espaços de socialização comunitária para o fortalecimento da identidade e da cultura indígena, além da oferta de oportunidades para geração de renda e qualificação profissional. Em 2022 foram entregues a cozinha comunitária e o espaço multiuso, usados para

celebrações, cursos e apoio a atividades diversas. Está em fase final de construção a terceira obra prevista no projeto, um campo de futebol com vestiário, arquibancada e área de convivência.

Além disso, há mais de 5 anos são desenvolvidas atividades socioculturais e distribuídas cestas alimentícias.

Direitos da criança, do adolescente e da pessoa idosa

Furnas firmou vários pactos e compromissos pela promoção da cidadania, do desenvolvimento humano e dos direitos de crianças, adolescentes e idosos.

Além da realização dos editais para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Furnas há 12 anos participa do Programa Na Mão Certa, mobilizando governos, empresas e organizações da sociedade civil para o enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Desde 2021, Furnas é uma das empresas mantenedoras do programa, na categoria Bronze.

Em relação aos direitos da pessoa idosa, em 2021, foi lançado o Edital para os Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa. Os projetos selecionados foram realizados ao longo do ano de 2022.

Ainda em 2022, foi desenvolvida uma metodologia de priorização de municípios dos fundos da infância e adolescência e da pessoa idosa, construída a partir de indicadores referentes a trabalho infantil, gravidez precoce, taxa de abandono no ensino e envelhecimento da população. Após a definição dos municípios prioritários foram identificados aqueles cujos conselhos apresentam situação regular, comprovada a partir de documentação completa e atualizada, e desta forma capazes de receber e comprovar o uso adequado dos recursos destinados por Furnas.

Programa Furnas de Voluntariado

O programa, criado em 2002, incentiva, mobiliza, organiza e reconhece o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias nas comunidades do entorno dos empreendimentos. Dentre as ações desenvolvidas em 2022 estão:

- **Mentoria Virtual:** os voluntários de Furnas passam por uma capacitação para se tornarem mentores de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, participantes do programa Jovem Aprendiz e de outras iniciativas sociais da empresa, com o objetivo de compartilhar experiências e dar insumos e ferramentas para que consigam desenvolver seu plano de ação pessoal e profissional. Até o momento foram realizadas 3 turmas on line da mentoria, atendendo cerca de 150 jovens.
- **Projeto IARA (Intervenção Ambiental para Recuperação das Águas):** o Iara tem como objetivo a limpeza e a recuperação de rios e córregos que atravessam as unidades de operação da empresa, com a destinação dos resíduos para as cooperativas de reciclagem. Em 2022 foram realizadas ações na SE Jacarepaguá (RJ), na UHE Marimbondo (MG) e no Parque Estadual da Pedra Branca (RJ), através de mutirões de limpeza e de reflorestamento, além da instalação de barreiras ecológicas. No total foram recolhidos mais de 500 quilos de resíduos, e plantadas 600 mudas nativas do Cerrado e da Mata Atlântica, contando com a participação de cerca de 400 voluntários, entre colaboradores de Furnas, familiares, estudantes e parceiros.

Patrocínio Cultural

O investimento de Furnas em cultura fundamenta-se na convicção de que sua valorização é capaz de desenvolver capacidades cognitivas, criatividade, pensamento crítico e fortalecer a identidade da sociedade. O Programa Cultural das Empresas Eletrobras, beneficiado pela Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313/91, apoia a cultura brasileira, patrocinando produções teatrais, difundindo manifestações culturais tradicionais e viabilizando publicações.

O Edital desse programa no Ciclo 2021/2022 permitiu que Furnas patrocinasse os seguintes projetos: Orquestra Violões do Forte de Copacabana (RJ), Plano Bianual de Atividades do Instituto Baccarelli (SP), Bourbon Festival Paraty (RJ), Instituto Ciranda - Música e Cidadania (MT), Meu Primeiro Festival (RJ), Orquestra Sinfônica Aprendiz (RJ), Grupo Corpo (SP), Plano Anual de Atividades MAM (RJ), Plano Plurianual de Manutenção do Museu de Sant'Ana (MG), Banda Vale do Sapucaí - EnCantos de Minas (MG), Projeto Meu Jardim - Teatro para Bebês (RO), Molière (RJ), O Boi e o Burro no Caminho de Belém (RJ), Meu Pai é um Homem Pássaro (RJ).

No final de 2022 foi realizada mais uma edição do edital, contemplando projetos com execução prevista ao longo de 2023.

Patrocínio Socioesportivo

Acreditando no potencial do esporte como ferramenta de transformação, Furnas patrocina projetos desportivos e paradesportivos voltados à valorização do respeito à diversidade, da empatia, do senso de coletividade e do fortalecimento da autoestima de seus participantes. Por meio do Edital do Programa Socioesportivo das Empresas Eletrobras foram patrocinados projetos Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) e pela Lei Pelé (Lei 9.615/1998), nas suas diversas modalidades, nos territórios do entorno de nossos empreendimentos.

Projetos patrocinados no Ciclo 2021/2022: Futsal Feminino como Forma de Empoderamento (DF), Flamengo Olímpico IV - Aquáticos e Artísticos (RJ), Jogo Aberto Caju 6 (RJ), Pulsar - Ano II (on line), Excelência no Esporte V (MG), Projeto Praia - Atletas

Inteligentes (RJ), AUVB Formando Campeões (MG). No final de 2022 foi realizada mais uma edição do edital, contemplando projetos com execução prevista ao longo de 2023.

Indicadores Sociais Externos	Valores Realizados - Exercício de 2022 (R\$)
ATUAÇÃO SOCIAL	3.074.731,77
Projetos Sociais e Socioambientais	
Educação	854.979,06
Promoção da Cidadania e dos Direitos	864.436,67
Geração de Trabalho e Renda	124.833,09
Meio Ambiente	1.148.682,51
Programa de Desenvolvimento Territorial	81.800,44
ATUAÇÃO ESPORTIVA	701.538,99
Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06)	701.538,99
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIVERSIDADE	1.912.273,60
Ações em Promoção aos Direitos humanos	101.300,77
Ação em Promoção aos Direitos da Criança e do Adolescente	3.800,00
Ações em Promoção de Equidade de Gênero	16.148,50
Doações ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA (Lei nº 8.069/90)	799.910,00
Doações ao Fundo da Pessoa Idosa (Lei nº 12.213/10)	991.114,33
ATUAÇÃO CULTURAL	4.100.000,00
Patrocínios Culturais Incentivados (Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313/91)	4.100.000,00
PATROCÍNIO A EVENTOS	530.600,00
Patrocínios a Eventos Técnicos e Promoção Institucional	190.000,00
Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico	340.600,00
ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA	85.816,79
Investimento na mobilização/capacitação de voluntários	44.798,88
Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	41.017,91
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	1.569.534,91
Apoio a Projetos Institucionais	1.567.485,06
Programa Setorial (Coleta Seletiva Solidária)	2.049,85
Total de Investimentos	11.974.496,06

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/182/responsabilidade-social?culture=pt>

AMBIENTAL

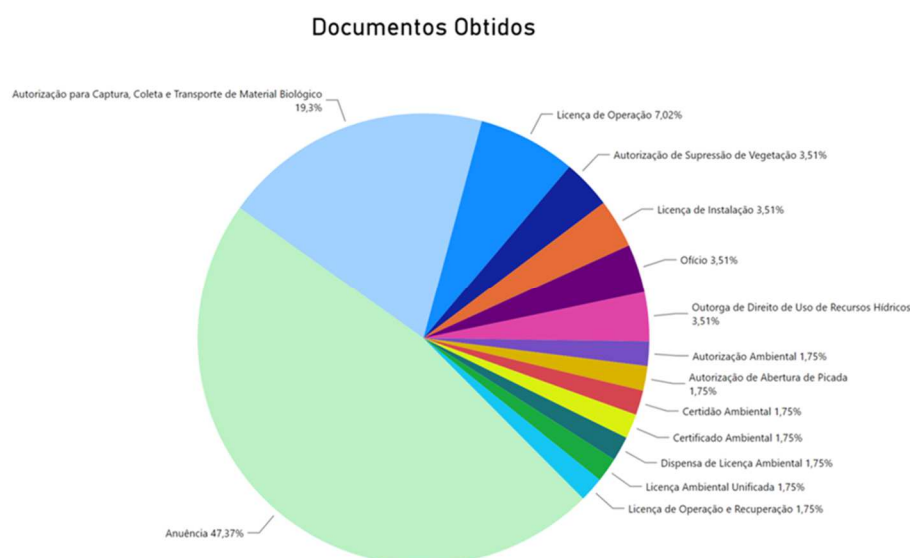
Furnas mantém seu compromisso de conduzir ações e políticas de respeito ao meio ambiente e à biodiversidade, utilizando práticas sustentáveis em suas atividades diárias e no aproveitamento dos recursos naturais. Nesse modelo de negócio, a Empresa reconhece a sua responsabilidade ambiental investindo, em 2022, cerca de 116,6 milhões em ações de proteção e conservação do meio ambiente.

Licenciamento Ambiental

A gestão ambiental de novos projetos, reforços, melhorias e modernizações pressupõe a elaboração de estudos para viabilização do licenciamento ambiental, indispensável à execução das obras e à operação e manutenção dos empreendimentos de geração e transmissão.

Os estudos e relatórios são elaborados de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental.

Atualmente, 4.661 condicionantes estão sendo atendidas, sendo que em 2022, 338 novas condicionantes foram acrescentadas e 57 documentos ambientais emitidos, possibilitando diversas ações relativas à implantação, melhorias, reforços e manutenção dos empreendimentos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.



Foram emitidos - pelo IBAMA, IAT, ICMBIO, INEA, CETESB, IBRAM, DAEE, SEMAD/GO, SEMAD/MG entre outras instituições - documentos ambientais para os seguintes empreendimentos:

- Usinas Hidrelétricas (UHEs): Batalha, Funil, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimondo, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia, Serra da Mesa e Furnas - Canal de Piumhi. Ressaltam-se, ainda, as Autorizações obtidas junto ao IBAMA para a implantação, na UHE Funil e na UHE Furnas, do Sistema de Alerta de Emergência na Zona de Autossalvamento (ZAS) de Hidrelétricas, parte integrante do Plano de Segurança de Barragem (ver Planos de Contingência).
- Subestações (SEs): Adrianópolis, Brasília Geral, Campos, Foz do Iguaçu, Itumbiara, Ivaiporã, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Serra da Mesa, Vitória, Zona Oeste, Angra, Araraquara, Bandeirantes, Brasília Sul, Campinas, Foz do Iguaçu, Ibiúna - Elevadora (60Hz), Marimondo, Niquelândia e Rio Verde;
- Linhas de Transmissão (LTs): Adrianópolis-Cachoeira Paulista I, Adrianópolis – Itutinga I e II, Adrianópolis - Resende, Angra – Angra, Itaberá – Tijuco Preto 2 - variante, Adrianópolis - Macaé 1 e 2, Macaé - Campos III, Angra - São José, Bateias - Ibiúna I e II, Mascarenhas – Linhares, São José- Magé e Xavantes – Pirineus;
- Usina Termelétrica (UTE) Santa Cruz: Licença de Instalação para o Ciclo Combinado, Licença Ambiental Unificada para atividade de dragagem do material sedimentado na bacia de captação da tomada d'água da UTE e do bota-fora, Autorização de Manejo de Fauna e Parecer Técnico de Renovação de Licença de Instalação da Usina.

Foi realizado o Workshop: Licenciamento Ambiental de Transmissão e Geração de Energia - Integração Furnas & IBAMA, no qual FURNAS apresentou os principais conceitos de Linhas de Transmissão, Subestações e Usinas Hidrelétricas para os técnicos do IBAMA. Trata-se de relevante ação institucional, visando propiciar maior integração e melhoria dos processos, além de agilização na avaliação dos documentos apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, trazendo ganhos de prazo e qualidade de resposta pelo IBAMA.

Além disto, conjuntamente com órgãos ambientais intervenientes, em especial o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente/Rio de Janeiro (INEA/RJ), Furnas participa em conselhos consultivos das seguintes unidades de conservação:

- Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba;
- Área de Proteção Ambiental do Maciço Gericinó Mendanha;
- Parque Estadual da Pedra Branca;
- Parque Estadual do Cunhambebe;
- Parque Estadual do Mendanha e
- Reserva Biológica do Tinguá.

Mudanças Climáticas e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As Empresas Eletrobras assumiram Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, instituindo metas de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir de 2013. Atualmente, essas metas estão contempladas no Plano de Negócios e Gestão - PNG, atreladas aos Indicadores da Agenda 2030.

Destacamos que, em 2022, Furnas recebeu o Selo Ouro pelo décimo ano consecutivo no âmbito do Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)*, atribuído às empresas que tiveram seu inventário de emissões de GEE verificado por terceira parte e publicado no Registro Público de Emissões.

O projeto “Estudo de Vulnerabilidade dos Empreendimentos de Geração de Furnas frente às Mudanças Climáticas”, iniciado em dezembro de 2021, tem como principal objetivo identificar riscos e oportunidades relacionados à mudança climática para 7 empreendimentos: seis UHEs (Funil, Furnas, Itumbiara, Marimbondo, Serra da Mesa e Simplício) e uma UTE (Santa Cruz). Os resultados deste estudo, que teve cerca de 70% de sua execução realizada em 2022, permitirão a identificação de medidas adaptativas para a otimização dos ativos de geração e a minimização de riscos.

Programa de Ecoeficiência / Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Este programa visa melhorar o desempenho ambiental por meio do atingimento de objetivos e metas estabelecidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a ser certificado em conformidade com a Norma NBR ISO 14001:2015, em linha com a política ambiental de Furnas e o planejamento estratégico.

Na SE Foz do Iguaçu, além da auditoria interna, foi realizada a 1ª Semana Ambiental, como parte das atividades de comunicação e conscientização para a recertificação do seu SGA e que incluiu:

- treinamento da Política Ambiental da Empresa,
- plantio de mudas e oficina de compostagem,
- palestra sobre Gestão de Áreas Protegidas e Reserva da Biosfera (ministrada por um representante da Itaipu Binacional) e
- palestra sobre os benefícios do SGA e sua interação com a estratégia corporativa.

Em 2022, também foi criado um grupo de trabalho para implantar o SGA em outras unidades da Empresa.

Relacionamento com a Comunidade e Territórios

Com a redução dos índices epidemiológicos e o avanço da vacinação contra Covid 19, os programas de Educação Ambiental e Comunicação Social foram plenamente retomados.

Os Programas de Educação Ambiental (PEA) objetivam facilitar a produção e a aquisição de conhecimentos e habilidades, visando a articulação e a integração comunitária na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local. São medidas compensatórias de atendimento legal que visam ao empoderamento das comunidades da área de influência dos empreendimentos da empresa, a partir do fortalecimento de suas potencialidades e oportunidades de solução das fragilidades identificadas. Foi dada continuidade ao PEA nas seguintes UHEs: Serra da Mesa, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto, Batalha, Funil, Simplício e Porto Colômbia.

Já os Programas de Comunicação Social (PCS) objetivam manter um canal de comunicação com as populações que vivem nos municípios atingidos, divulgando fatos relevantes sobre o empreendimento, os impactos, reais e potenciais, as respectivas medidas de mitigação, bem como a contribuição para a ampliação do alcance de políticas públicas e para o desenvolvimento regional. Moradores do entorno, estudantes e empregados são os principais públicos-alvo das campanhas e palestras.

Foram realizados PCS nos seguintes empreendimentos: LT 750 kV Itaberá-Tijuco Preto II - Variante; LT 750 kV Itaberá-Tijuco Preto III; LT 230kV Mascarenhas-Linhares; UHE Porto Colômbia; UHE Serra da Mesa; vi); UHE Itumbiara; LT 138 kV Batalha Paracatu; UHE Funil, LT 345 kV Tijuco Preto-Itapeti Nordeste, LT 500 kV Bateias-Ibiúna e LT 345kV Ouro Preto-Vitória.

Foi também realizado o diagnóstico social participativo na LT 138 KV Angra - Angra para subsidiar as ações do PEA e do PCS. Foram realizadas atividades em apoio ao Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores - PEAT nos empreendimentos SE Zona Oeste e SE Foz do Iguaçu.

Gestão da Questão Indígena

Desde 1992, por meio da implementação do Programa de Gestão da Questão Indígena na UHE Serra da Mesa, Furnas assumiu compromissos com a preservação do modo de vida da Comunidade Avá-Canoeiro e de seu habitat tradicional. As ações socioambientais definidas nesse Programa estavam, até maio de 2022, sob a responsabilidade da FUNAI, ainda que com os recursos financeiros repassados por Furnas àquela Instituição. A partir desse período, no entanto, esse convênio foi encerrado, ficando a cargo de Furnas a execução de todas as ações definidas, incluindo o monitoramento contínuo da Terra Indígena Avá-Canoeiro e o repasse bimestral dos royalties em benefício da Comunidade.

Monitoramento Socioeconômico

Em atendimento às premissas do processo de licenciamento ambiental, foi dada continuidade ao levantamento socioeconômico da população invasora da área de preservação permanente (APP) da Usina Hidrelétrica de Manso. As atividades incluíram uma campanha de campo, com aplicação de entrevistas com intuito de avaliar as condições de vida dos ocupantes da APP e sua relação com o entorno.

Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA)

Em atendimento aos ditames do licenciamento ambiental, foram realizadas 4 Reuniões Públicas para apresentação do PACUERA da UHE Batalha.

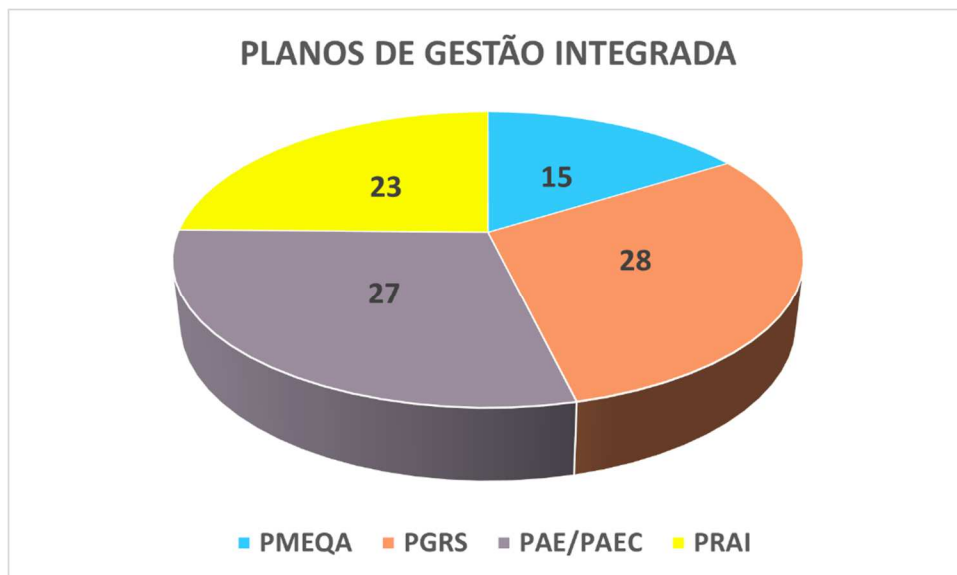
Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização de 93 Planos de Gestão Integrada, sendo eles: Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA), Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Planos de Atendimento as Emergências (PAE) / Plano de Atendimento às Emergências da Central (PAEC) e Planilha de Identificação de Perigos, Riscos, Aspectos e Impactos (PRAI) nos empreendi-mentos relacionados a seguir.

	PMEQA	PGRS	PAE/PAEC	PRAI
Subestação (SE)	Campinas, Macaé, Rocha Leão, Iriri, Itaberá, Ivaiporã, Jacarepaguá, Adrianópolis, Campos, Foz do Iguaçu, Resende, Barro Branco, Ouro Preto 2, Baixada Fluminense	Adrianópolis, Zona Oeste, Rio Verde, Linhares, Mascarenhas, São José, Imbariê, Barro Branco, Ouro Preto 2, Iriri, Ivaiporã, Foz do Iguaçu, Poços de Caldas, Gurupi, Itutinga, Resende, Barro Alto, Niquelândia, Baixada Fluminense	Brasília Geral, Brasília Sul, São José, Tijuco Preto, Mogi das Cruzes, Poços de Caldas, Samambaia, Adrianópolis, Imbariê, Foz do Iguaçu, Ibiúna, Resende, Campos, Vitória, Rio Verde, Niquelândia, Barro Alto	São José; Imbariê; Campos; Rocha Leão; Ibiúna; Rio Verde; Mascarenhas; Linhares; Viana; Vitória; Macaé; Iriri; Cachoeira Paulista; Barro Alto; Niquelândia; Baixada Fluminense; Itutinga; Terminal Rio; Zona Oeste; Resende e Araraquara
Usina Hidrelétrica (UHE)	Furnas, Funil, Manso, Simplício (Anta)	Serra da Mesa, Estreito, Mascarenhas de Moraes, Furnas, Itumbiara, Corumbá, Batalha, Manso, Funil	Mascarenhas de Moraes, Furnas, Jaguari, Serra da Mesa, Itumbiara, Funil, Manso, Corumbá,	
Usina Termelétrica (UTE)	-	-	Santa Cruz, Campos	Santa Cruz, Campos

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e às políticas ambientais da Empresa, 442 colaboradores foram capacitados em gestão de resíduos sólidos, entre empregados e terceirizados, das áreas de operação, manutenção, logística e serviços compartilhados, que atuam na cadeia de gerenciamento de resíduos sólidos de diferentes empreendimentos de FURNAS.

O gráfico, a seguir, ilustra a quantidade de Planos elaborados ao longo de 2022.



Gestão da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos

Reflorestamento

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2022, foram reflorestados cerca de 127 hectares com espécies nativas.

Ictiofauna

Uma importante ação visando a conservação da ictiofauna foi a soltura de alevinos das espécies migradoras, destacando-se a Piracanjuba (*Brycon orbignyannus*) que é uma espécie de peixe criticamente ameaçada de extinção. Em 2022, foram soltos cerca de 214.960 alevinos de espécies migradoras nos rios Sapucaí Paulista e Pardo, afluentes dos reservatórios das UHEs Porto Colômbia e Marimbondo. A seguir, são apresentadas as quantidades de alevinos soltos, por espécie:

Número de Alevinos soltos em 2022

Espécie	UHE Porto Colômbia	UHE Marimbondo
Curimbatá (<i>Prochilodus lineatus</i>)	-	12.600
Dourado (<i>Salminus brasiliensis</i>)	29.400	7.380
Pacu (<i>Piaractus mesopotamicus</i>)	21.500	28.000
Piracanjuba (<i>Brycon orbignyannus</i>)	50.400	57.280
Piapara (<i>Megaleporinus obtusidens</i>)	-	8.400

Na Tabela a seguir são indicados os empreendimentos em cujos reservatórios ocorreram monitoramentos das comunidades ícticas, visando verificar o resultado dos peixamentos realizados, quando indicado, bem como a composição das espécies e sua abundância relativa.

Monitoramento da Ictiofauna

Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca
Simplício	X	X	
Funil	X	X	-
Batalha	X	X	-
Porto Colômbia	X	X	X
Marimbondo	X	X	X
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	X	X	X

Fauna Terrestre e demais Grupos da Fauna Aquática

Foi iniciada a segunda fase do monitoramento das populações do mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e do aracuã paulista (*Ortalis remota*), no entorno da UHE Marimbondo. São duas aves que estão em risco de extinção sendo o aracuã paulista criticamente ameaçado. O projeto foi selecionado como destaque para participar do primeiro fórum de programas de fauna do Ibama.

Destacam-se, ainda, programas específicos para a conservação de espécies, com foco nas ameaçadas e endêmicas. Em 2022, teve continuidade os Programas de Conservação de Pequenos Felinos na UHE Batalha e o de Conservação da Avifauna, na área de influência da LT 750 kV Itaberá-Tijuco Preto III, visando a conservação das espécies de aves endêmicas, raras e ameaçadas do domínio da Mata Atlântica.

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2022:

Monitoramento e Conservação da Fauna Terrestre e de Águas Continentais

Empreendimento	Fauna Terrestre	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracuã	Pequenos felinos	Avifauna	Répteis e Mamíferos Aquáticos	Lobo-Guará
UHE Batalha				x			
UHE Porto Colômbia	x	x					
UHE Marimbondo			x				
UHE Itumbiara						x	
UHE Serra da Mesa							x
LT Bom Despacho - Ouro Preto	x						
LT Ouro Preto - Vitória					x		
LT Itaberá - Tijuco Preto II (Variante)	x						
LT Itaberá - Tijuco Preto III					x		

Editais Socioambientais

Os projetos socioambientais selecionados realizaram plantios, campanhas, e outros eventos de conscientização e campanhas de soltura e monitoramento de espécies ameaçadas, nos seguintes municípios: Cachoeira de Macacu – RJ, Sapucaia – RJ, Acaiaca – MG, Chiador – MG, Além Paraíba – MG, Alfenas - MG, Niquelândia – GO, Caldas Novas – GO, Minaçu – GO, Água Limpa - GO, Alto Paraíso de Goiás – GO, Colinas do Sul – GO, Brasília – DF. São eles:

- Projetos selecionados no Edital Furnas Socioambiental - ciclo 2021/2022: Restaura-Ação (GO), Suçuaranas no Quintal (GO), O que Realmente Importa na Paisagem? (RJ e MG), Mergus para Sempre (GO e DF), Educação Ambiental, Sustentabilidade e Inclusão Social na Produção de Mudanças de Espécies Florestais (MG), Pesquisa Aliada à Prática (DF e GO).
- Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras – ciclo 2021-2022: Antologia (RJ) e Água Limpa - Famílias Tradicionais e Quilombolas (MG).

Dentre eles, os seguintes projetos tiveram foco na conservação e monitoramento da fauna ameaçada:

- O que realmente importa na paisagem? Um estudo de seleção e manejo de habitat para persistência de *Jacamaralcyon tridactyla* (Aves: Galbulidae), ave endêmica e ameaçada de extinção (área de Influência da UHE Simplício); Suçuaranas no quintal: coexistência e engajamento na conservação da biodiversidade no sudeste de Goiás (espécie-alvo: Suçuarana - *Puma concolor*) - área de influência da UHE Corumbá;
- Mergus Para Sempre: Evitando a extinção do Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) no Corredor Veadeiros-Pouso Alto-Kalunga, Chapada dos Veadeiros - Goiás (GO) - área de influência da UHE Serra da Mesa;
- Antologia (espécie-alvo: Anta - *Tapirus terrestris*) - área de influência de 5 LTs no estado do Rio de Janeiro.

RECONHECIMENTOS

V Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias

Furnas foi uma das instituições vencedoras do V Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU). A companhia obteve o terceiro lugar na categoria “Promoção de mecanismos de tratamento de manifestações e de proteção ao denunciante de boa-fé” pela série de treinamentos que realizou em 2021 sobre registro de denúncias e manifestações. O concurso tem o objetivo de estimular, reconhecer e premiar iniciativas desenvolvidas pelas

ouvidorias públicas em todos os níveis da Federação, que promovam o aprimoramento do controle social, a ampliação de espaços e canais de participação social na gestão e a melhoria na prestação de serviços públicos por meio de ouvidorias.

Prêmio IIA May Brasil

Pelo quarto ano consecutivo, Furnas conquistou o prêmio IIA May Brasil 2022, por promover em seus canais de comunicação o reconhecimento do papel das auditorias internas e de seus profissionais na condução das organizações para um caminho de excelência. O prêmio é promovido pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA), principal entidade mundial na área de auditoria interna e reconhece as corporações que atuam na valorização dos profissionais da área durante o Mês Internacional de Conscientização da Auditoria Interna. O IIA é representado no país pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

Selo Empresa Amiga da Criança

Pelo sexto ano consecutivo, Furnas foi reconhecida como 'Empresa Amiga da Criança'. O selo, conferido pela Fundação Abrinq, é direcionado às empresas que aderem ao Programa Empresa Amiga da Criança e realizam boas práticas no enfrentamento do trabalho infantil e na proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Melhor escritório de Projetos de 2022

Furnas conquistou o *Project Manager Office 2022* (Melhor Escritório de Projetos), prêmio oferecido pela Revista MundoPM, em parceria com o Project Manager Institute São Paulo e com a *International Project Management Association* (IPMA), com o apoio de diversas entidades e associações ligadas à gestão de projetos. A companhia concorreu com outras 28 empresas – inclusive da área de energia. O PMO tem a atribuição de fazer a gestão do portfólio de empreendimentos da empresa, a gestão orçamentária e da documentação técnica de cada projeto. De 2008 a 2022, a atuação do PMO possibilitou a energização de 272 equipamentos de grande porte e quase seis mil equipamentos de pequeno porte.

Top 10 como uma das empresas mais inovadoras do Brasil

Furnas conquistou o sexto lugar no ranking das 100 Empresas mais Inovadoras no Uso de TI de 2022, segundo o IT Forum Itaqui. A companhia foi destaque entre as corporações que melhor utilizam a tecnologia para executar projetos inovadores. Furnas concorreu com o case RECFY - certificado de energia renovável emitido por plataforma própria que opera por meio de tecnologia *blockchain* de ponta a ponta.

Estadão Empresas Mais 2022

Furnas conquistou o Prêmio Estadão Empresas Mais 2022 e marcou presença entre as 100 melhores empresas de 27 setores da economia brasileira. No ranking do Coeficiente de Impacto Estadão (CIE), dividido por setor e serviços financeiros, a empresa ficou em terceiro lugar na categoria Utilidades e Serviços Públicos, ao lado de Eletronorte (1º) e Comgás (2º). Fruto da parceria entre a agência classificadora de riscos Austin Rating e a Fundação Instituto de Administração (FIA), o Prêmio Estadão Empresas Mais é considerado um dos rankings mais confiáveis no que se refere aos setores da economia. Essa foi a segunda vez que Furnas obteve posição de destaque no ranking. Em 2018, a empresa obteve a segunda colocação na mesma categoria.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2022 (%)			2021 (%)		
Geração e distribuição de riqueza						
Distribuição do Valor Adicionado	Governo	20		Governo	35	
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis	Acionistas	21		Acionistas	6	
	Empregados	18		Empregados	11	
	Financiadores	32		Financiadores	43	
	outros	8		outros	5	
▪ RECURSOS HUMANOS						
1.1 Remuneração (R\$mil)	2022			2021		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.404.869			1.218.062		
- empregados	1.352.751			1.210.773		
- administradores	52.118			7.288		
Relação entre a maior e a menor remuneração						
- empregados	23			25		
- administradores	1			1		
1.2 Benefício Concedido	2022			2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	273.057	19,44	2,18	249.851	23,50	2.30
Alimentação	58.640	4,17	0,47	49.538	4,66	0,46
Transporte	381	0,03	0,00	453	0,04	0,00
Previdência privada	96.813	6,89	0,77	91.212	8,58	0,84
Saúde	188.782	13,44	1,51	138.156	12,99	1,27
Segurança e medicina do trabalho	5.548	0,39	0,04	4.739	0,45	0,04
Educação ou auxílio creche	16.679	1,19	0,13	14.589	1,37	0,13
Cultura	890	0,06	0,01	735	0,07	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	19.217	1,37	0,15	11.820	1,11	0,11
Participação nos lucros ou resultados	(47.328)	-3,37	-0,38	85.443	8,03	0,79
Outros	71.192	5,07	0,57	50.686	4,77	0,47
Total	683.871	48,68	5,45	697.222	65,57	0,42
1.3 Composição do Corpo Funcional	2022			2021		

Nº Empregados no final do exercício	2.617	2.802
Nº Admissões	12	10
Nº Demissões	197	35
Nº Estagiários no final do exercício	115	74
Nº Empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	183 (*)	186 (*)
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-	-
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.131	2.292
- Feminino	486	510
Nº de empregados por faixa etária:		
Menores de 18 anos	0	-
- De 18 a 35 anos	101	142
- De 36 a 60 anos	2.306	2.432
- Acima de 60 anos	210	228
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
Analfabetos	0	-
- Com ensino fundamental	33	39
- Com ensino médio	155	237
- Com ensino técnico	793	811
- Com ensino superior	873	919
- Pós-graduados	763	796
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	77,62	78,87
- Feminino	22,38	21,13
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas	2022	2021

Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	331			415		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	37			61		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	173			48		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 28.402			R\$ 54.824		
II - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO	2022			2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
2.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	14.748			12.287	0,31	0,11
Cultura	9.200			7.405	0,19	0,07
Saúde e infraestrutura	–			–	–	–
Esporte e lazer	1.211			3.290	0,08	0,03
Alimentação	15			–	–	–
Geração de trabalho e renda	215			822	0,02	0,01
Outros	8.684			11.273	0,29	0,10
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.210.134			2.220.586	56,86	20,57
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	161.319			119.423	3,06	1,11
Total - Relacionamento com a Comunidade	1.405.526			2.375.086	60,82	22,00
2.2 - Interação com os Fornecedores						
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores: Todos os contratos celebrados por Furnas possuem cláusulas de sustentabilidade e os fornecedores se obrigam a apresentar declaração de que conhecem e que adotarão os preceitos estabelecidos no “Código de Ética das Empresas Eletrobras” e no “Guia de Conduta para Fornecedores das Empresas Eletrobras”. Para mais informações, ver o item “Fornecedores” em Principais Relacionamentos desta publicação.						
III - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	2022			2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos	58.964	3,50	0,47	56.569	1,45	0,52

operacionais para a melhoria do meio ambiente						
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	51.903	3,08	0,41	62.647	1,60	0,58
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	836	0,05	0,01	474	0,01	0,00
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.923	0,29	0,04	4.678	0,12	0,04
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	116	0,01	0,00	0	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	63.841	3,78	0,51	106.943	2,74	0,99
Total da Interação com o meio ambiente	180.583	10,71	1,44	231.311	5,92	2,14
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	2			0		
IV - OUTRAS INFORMAÇÕES	2022			2021		
Receita Operacional Líquida (ROL) (**)	12.458.062			12.858.500		
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	1.686.874			5.923.587		

(*) Refere-se à soma de 20 empregados efetivos e 166 profissionais (em 2021) e 163 profissionais (em 2022) vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro de Assistência e Pesquisa (IBAP).

(**) Refere-se à soma da Receita Operacional Líquida com o Efeito da Revisão Tarifária Periódica na Demonstração do Resultado do Período findo em 31 de dezembro de 2020.

10 AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos e conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações

financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa às práticas contábeis adotadas no Brasil – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

Furnas informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2022.

Diretoria de Gestão Corporativa - DG
Departamento de Desempenho e Sustentabilidade – DSU.G

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, estão disponíveis no website **www.furnas.com.br**.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

A T I V O	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800
Títulos e valores mobiliários	7	6.718.885	2.208.058	6.718.885	2.208.058
Clientes	8	1.304.052	1.123.071	1.771.246	1.129.389
Remuneração das participações societárias	11	117.409	117.586	117.409	117.586
Ativo Contratual de Transmissão	9	4.145.344	3.111.428	4.145.344	3.124.010
Tributos a recuperar		-	-	5.148	4.325
Imposto de renda e contribuição social	12	566.715	168.254	592.381	168.130
Cauções e depósitos vinculados	27	-	-	137.708	-
Outros		323.144	290.363	576.979	291.872
		16.942.008	7.033.164	18.829.403	7.160.170
NÃO CIRCULANTE					
Caixa restrito	6	5.555	-	5.555	4.857
Títulos e valores mobiliários	7	897.225	554.123	897.225	554.123
Clientes	8	238.051	263.295	238.051	263.295
Cauções e depósitos vinculados	27	1.080.726	937.689	1.131.005	937.696
Ativo Contratual de Transmissão	9	20.618.273	21.253.224	20.618.273	21.370.408
Tributos a recuperar		-	-	12.125	-
Concessões de geração	10	-	1.449.680	-	1.449.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	2.077.784	-
Outros		135.447	132.567	209.087	159.789
		22.975.277	24.590.578	25.189.105	24.739.848
Investimentos	13	5.867.941	5.526.875	5.076.612	5.121.806
Imobilizado	14	6.533.501	6.530.644	24.725.671	7.082.100
Intangível	15	21.220.758	979.276	22.525.941	1.175.872
		56.597.477	37.627.373	77.517.329	38.119.626
TOTAL DO ATIVO		73.539.485	44.660.537	96.346.732	45.279.796

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	851.363	667.040	1.068.576	668.272
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.427.306	1.551.697	2.617.176	1.586.273
Tributos a recolher	19	243.642	236.444	296.767	237.332
Remuneração aos acionistas	20	742.797	894.133	742.797	894.133
Concessões a pagar	26	1.980	1.860	29.943	1.860
Provisões para litígios	27	-	-	62.450	-
Obrigações com pessoal	22	487.257	408.446	511.151	409.251
Encargos setoriais	23	117.584	82.509	186.837	82.806
Benefício aos empregados	25	36.815	14.776	36.815	14.776
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	28	405.668	-	405.668	-
Outros	24	25.734	40.666	324.068	58.517
		4.340.146	3.897.571	6.282.248	3.953.220
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	6.557.188	5.325.881	25.900.525	5.795.779
Impostos e contribuições sociais diferidos	12	4.040.376	4.130.621	4.242.878	4.135.512
Tributos a recolher	19	144.934	156.204	202.010	159.384
Concessões a pagar	26	37.439	37.202	327.256	37.202
Provisões para litígios	27	2.491.221	2.410.282	2.706.968	2.411.542
Benefício aos empregados	25	127.291	172.290	127.291	172.290
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	28	9.966.484	-	9.966.484	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	21	-	66.216	-	72.065
Contratos Onerosos	1.1.1	-	280.528	-	280.528
Encargos setoriais	23	196.963	189.887	221.777	189.887
Provisão para passivo a descoberto	13	-	705.864	-	705.864
Outros	24	387.664	466.164	885.933	544.487
		23.949.560	13.941.139	44.581.122	14.504.540
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 29					
Capital social		15.439.373	6.531.154	15.439.373	6.531.154
Reservas de capital		5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		8.400.000	-	8.400.000	-
Reservas de lucros		18.054.370	17.071.392	18.054.370	17.071.392
Dividendos adicionais propostos		299.121	160.458	299.121	160.458
Outros resultados abrangentes		(1.996.130)	(1.994.222)	(1.996.130)	(1.994.222)
		45.249.779	26.821.827	45.249.779	26.821.827
Participação dos acionistas não controladores			-	233.583	209
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.249.779	26.821.827	45.483.362	26.822.036
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		73.539.485	44.660.537	96.346.732	45.279.796

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Receita Operacional Líquida	30	10.270.771	11.393.457	12.438.188	11.493.936
Custos operacionais	31	(5.019.281)	(3.923.042)	(6.521.383)	(3.985.802)
RESULTADO BRUTO		5.251.490	7.470.415	5.916.805	7.508.134
Despesas Operacionais	31	(1.798.127)	(2.102.424)	(1.829.307)	(2.124.694)
Remensuração regulatórias - Contratos de transmissão	9	19.874	1.364.564	19.874	1.364.564
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.473.237	6.732.555	4.107.372	6.748.004
Resultado Financeiro	32	(989.796)	(442.319)	(1.719.913)	(502.472)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		2.483.441	6.290.236	2.387.459	6.245.532
Resultado das participações societárias	13	556.907	(367.570)	638.397	(321.945)
Outras despesas	1.1.2	(1.338.982)	-	(1.338.982)	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		1.701.366	5.922.666	1.686.874	5.923.587
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(137.427)	(1.102.186)	(138.593)	(1.102.860)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	94.304	(787.543)	98.309	(787.935)
		(43.123)	(1.889.729)	(40.284)	(1.890.795)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.658.243	4.032.937	1.646.590	4.032.792
Parcela atribuída aos controladores		1.658.243	4.032.937	1.658.243	4.032.937
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(11.653)	(145)
RESULTADO POR AÇÃO		0,025	0,060	0,024	0,060

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício:	1.658.243	4.032.937	1.646.590	4.032.792
Outros componentes do resultado abrangentes:				
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(2.891)	892.516	(2.891)	892.516
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	983	(303.455)	983	(303.455)
Total do resultado abrangente do exercício	1.656.335	4.621.998	1.644.682	4.621.853
Parcela atribuída aos controladores	1.656.335	4.621.998	1.633.029	4.621.708
Parcela atribuída aos não controladores	-	-	11.653	145
Total do resultado abrangente do exercício	1.656.335	4.621.998	1.644.682	4.621.853

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Dividendos Adicional Proposto	Lucro Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	6.531.154	-	5.053.045	14.119.110	706.536	-	(2.583.283)	23.826.562	1.659	23.828.221
AFAC - SPE Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	(436)	(436)
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	892.516	892.516	-	892.516
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	-	(303.455)	(303.455)	-	(303.455)
Ajustes de exercícios anteriores - SPEs	-	-	-	-	-	49.345	-	49.345	-	49.345
Lucro do Exercício:	-	-	-	-	-	4.032.937	-	4.032.937	(1.014)	4.031.923
Constituição de reservas (Vide nota 29.2)	-	-	-	3.112.740	-	(3.112.740)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	(969.542)	-	(969.542)	-	(969.542)
Dividendo Adicional Proposto (Vide nota 29.2)	-	-	-	(160.458)	(546.078)	-	-	(706.536)	-	(706.536)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	6.531.154	-	5.053.045	17.071.392	160.458	-	(1.994.222)	26.821.827	209	26.822.036
Reversão de dividendos (Vide nota 29.2)	-	-	-	160.458	(160.458)	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos (Vide nota 29.2)	-	-	-	337.277	-	-	-	337.277	-	337.277
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) (Vide nota 29.3)	-	17.308.219	-	-	-	-	-	17.308.219	-	17.308.219
Integralização de capital (Vide nota 29.3)	8.908.219	(8.908.219)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(2.891)	(2.891)	-	(2.891)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	-	983	983	-	983
Ajuste de participação junto à não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	245.027	245.027
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.658.243	-	1.658.243	(11.653)	1.646.590
Constituição de reservas (Vide nota 29.2)	-	-	-	784.364	-	(784.364)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	(393.833)	-	(393.833)	-	(393.833)
Dividendo Adicional Proposto (Vide nota 29.2)	-	-	-	(299.121)	299.121	(480.046)	-	(480.046)	-	(480.046)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	15.439.373	8.400.000	5.053.045	18.054.370	299.121	-	(1.996.130)	45.249.779	233.583	45.483.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12	1.701.366	5.922.666	1.686.874	5.923.587
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	31	432.030	294.578	927.427	344.926
Variações cambiais e monetárias líquidas	32	(88.574)	7.889	(149.831)	8.695
Encargos financeiros	32	1.078.370	434.430	1.869.744	493.777
Resultado da equivalência patrimonial	13	(556.907)	367.570	(638.397)	321.945
Receitas do ativo contratual - transmissão	30	(5.964.018)	(7.093.137)	(5.938.201)	(7.119.991)
Receita de construção - geração	30	(7.324)	(82.205)	(7.324)	(82.205)
Custo de construção - transmissão		312.221	257.412	312.222	257.412
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	9	(19.874)	(1.364.564)	(19.874)	(1.364.564)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico		-	(864.086)	-	(864.086)
Provisões (reversões) operacionais	31	247.863	889.709	306.606	894.871
Baixa (reversão) do intangível		-	-	12.756	(10.697)
Baixa de ativo imobilizado	14	283.632	1.617	284.858	10.005
Baixa de investimentos		282	29.283	282	29.283
Baixa de ativo financeiro	1.1.2	1.067.028	-	1.067.028	-
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego		(46.567)	18.665	(46.567)	18.665
Participação de acionistas não controladores		-	-	11.653	145
		(1.560.472)	(1.180.173)	(320.744)	(1.138.232)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		(122.536)	342.791	(138.994)	343.456
Títulos e valores mobiliários		(4.538.950)	(1.573.229)	(4.538.950)	(1.573.229)
Cauções e depósitos vinculados		(75.777)	(24.398)	(219.331)	(27.543)
Tributos a recuperar		(52.397)	309.021	(68.147)	309.043
Créditos com fornecedores		(2.891)	(66.553)	(2.891)	(66.552)
Desativações e alienações em curso		2.603	58.562	2.603	58.562
Despesas pagas antecipadamente		(5.069)	7.475	14.885	7.475
Outros ativos		(43.892)	43.362	(140.620)	45.100
		(4.838.909)	(902.969)	(5.091.445)	(903.688)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		264.690	53.055	358.659	41.764
Encargos setoriais		16.346	(81.220)	17.629	(81.198)
Obrigações com pessoal		78.811	130.498	90.690	130.452
Tributos a recolher		(97.522)	(101.390)	(126.928)	(102.280)
Credores diversos		(5.843)	(33.979)	(5.843)	(33.979)
Outros passivos		18.017	(15.023)	(952.129)	(11.620)
		274.499	(48.059)	(617.922)	(56.861)
Caixa proveniente das atividades operacionais					
Recebimento da RAP e indenizações		5.719.527	6.020.510	5.688.876	6.034.506
Recebimento de encargos financeiros	8	23.887	23.622	23.887	23.622
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias		682.859	361.580	682.859	361.580
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)		(15.979)	(14.553)	(15.979)	(14.553)
Pagamento de previdência complementar		(96.813)	(91.212)	(96.813)	(91.212)
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	18	(765.207)	(365.571)	(1.284.502)	(425.696)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(508.883)	(1.340.758)	(508.883)	(1.340.758)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		(28.818)	(29.324)	(28.818)	(29.324)
Pagamento pelo uso do bem público	26	(2.940)	(2.674)	(2.940)	(2.674)
		5.007.633	4.561.620	4.457.687	4.515.491
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades operacionais		(1.117.249)	2.430.419	(1.572.424)	2.416.710
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos e debentures obtidas	18	2.500.000	1.606.057	2.500.000	1.606.057
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal	18	(1.546.596)	(2.097.672)	(1.796.604)	(2.098.271)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(599.151)	(1.163.859)	(599.151)	(1.163.859)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	21	(71.562)	-	(71.562)	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	29	8.400.000	-	8.400.000	266
Recebimento pela integralização de capital	29	8.030.659	-	8.030.659	-
Pagamento de arrendamentos - principal		(27.592)	(21.526)	(30.063)	(21.526)
Pagamento de obrigações Lei nº 14.182/2021		(10.239)	-	(10.239)	-
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento		16.675.519	(1.677.000)	16.423.040	(1.677.333)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de empréstimos e financiamentos	8	40.201	8.327	40.201	8.327
Aquisição de ativo imobilizado	14	(368.630)	(407.405)	(397.041)	(407.430)
Aquisição de ativo intangível	15	(9.570.045)	(4.074)	(9.594.457)	(9.379)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual		(312.221)	(257.412)	(312.222)	(257.412)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(1.605.719)	(51.718)	(23.854)	(54.933)
Caixa líquido na combinação de negócios	13	-	-	180.191	-
Aumento de caixa com uso restrito	6	(5.555)	-	(698)	(168)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		-	(20.600)	-	-
Outros investimentos		15.754	(15.183)	(95.233)	(13.271)
Caixa líquido usados nas atividades de investimento		(11.806.215)	(748.065)	(10.203.113)	(734.266)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		3.752.055	5.354	4.647.503	5.111
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	14.404	9.050	116.800	111.689
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800
		3.752.055	5.354	4.647.503	5.111

Para informações sobre transações não envolvendo caixa e equivalente de caixa, vide nota explicativa 36.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	11.585.216	13.654.340	14.061.576	13.768.011
Receita de construção	487.436	847.009	487.436	847.009
Outras receitas e despesas operacionais	(447.622)	(163.035)	(85.625)	(172.530)
PECLD - Consumidores e Revendedores	(85.625)	(104.469)	(352.192)	(104.469)
Efeito da Lei nº 14.182/2021	(1.338.982)	-	(1.338.982)	-
	10.200.423	14.233.845	12.772.213	14.338.021
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(795.847)	(693.248)	(955.181)	(707.711)
Energia comprada para revenda	(1.695.429)	(646.174)	(2.197.557)	(646.174)
Encargos de uso da rede elétrica	(836.995)	(764.046)	(1.177.689)	(764.175)
Custos de construção	(319.545)	(339.617)	(319.545)	(339.617)
Combustível para produção de energia elétrica	(611.060)	(937.447)	(611.060)	(937.447)
Perda / Recuperação de valores ativos	(209.566)	(785.240)	(268.309)	(791.032)
	(4.468.442)	(4.165.772)	(5.529.341)	(4.186.156)
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.731.981	10.068.073	7.242.872	10.151.865
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(432.030)	(294.578)	(927.427)	(344.926)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.299.951	9.773.495	6.315.445	9.806.939
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	556.907	(367.570)	638.397	(321.945)
Receitas financeiras	604.119	336.100	719.926	340.088
	1.161.026	(31.470)	1.358.323	18.143
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.460.977	9.742.025	7.673.768	9.825.082
PESSOAL				
Remuneração direta	1.142.918	1.056.040	1.202.349	1.062.750
Benefícios	107.238	99.727	117.245	99.983
FGTS	82.269	55.006	85.275	55.329
	1.332.425	1.210.773	1.404.869	1.218.062
TRIBUTOS				
Federal	1.099.685	2.973.286	1.341.421	2.983.397
Estadual	190.038	188.649	195.454	188.649
Municipal	11.389	9.599	11.804	9.871
	1.301.112	3.171.534	1.548.679	3.181.917
ENCARGOS SETORIAIS	584.270	540.508	646.478	541.754
TERCEIROS				
Juros	1.566.693	762.879	2.407.310	827.020
Aluguéis	18.234	23.394	19.842	23.537
	1.584.927	786.273	2.427.152	850.557
ACIONISTAS				
Participações de acionistas não controladores	-	-	(11.653)	13.334
Lucros retidos	784.364	3.063.395	784.364	3.049.916
Dividendos e JCP	873.879	969.542	873.879	969.542
	1.658.243	4.032.937	1.646.590	4.032.792
	6.460.977	9.742.025	7.673.768	9.825.082

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Furnas Centrais Elétricas S.A**Notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022****(Em milhares de Reais)****NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas ou Empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Av. Graça Aranha, 26, Centro, Rio de Janeiro. A Empresa é controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia).

Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional. Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, conforme demonstrada na nota explicativa 3 – Concessões e Autorizações, nos segmentos de geração e transmissão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2023.

1.1 – Capitalização Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu a oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R\$ 42,00 perfazendo o montante total de R\$ 29.294.028, sendo:

- (a) Oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R\$ 26.362.364 de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS), representados por *American Depositary Receipts* (ADR), sendo:
 - No Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e
 - No exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADS, representados por ADR, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.
- (b) Secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R\$ 2.931.664 de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil; e
- (c) Em julho de 2022, a Eletrobras realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% das ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações conforme previsto na Instrução da CVM nº 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletrobras compreendeu uma distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Eletrobras incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.



O preço por ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil, em conformidade com os artigos 23, § 1º, e 44 da Instrução CVM nº 400/2003, e no exterior pelos coordenadores da Oferta Internacional (procedimento de *BookBuilding*), tendo como parâmetro:

- (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Eletrobras na B3;
- (ii) a cotação dos ADS na NYSE (*New York Stock Exchange*); e
- (iii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda por ações coletadas perante investidores institucionais por meio do procedimento de *Bookbuilding*. O preço por ação no valor de US\$ 8,63 por ADS corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC (*Securities and Exchange Commission*).

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletrobras foi pulverizado. A União, que em 31 de dezembro de 2021 detinha 72,33% das ações ordinárias com direito a voto (ON) passou a deter em 30 junho de 2022 45,00% dessas ações e 40,94% do total do capital social, configurando a desestatização da Eletrobras e de suas controladas Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte, Eletropar e Furnas. Após a emissão do lote suplementar de ações (*Green Shoe*), o percentual de ações ordinárias passou a ser de 42,67%.

Impactos decorrentes da capitalização

1.1.1 – Impactos em Furnas

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletrobras à celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos anteriores, para as usinas hidrelétricas que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas e não cotistas).

Furnas, em conjunto com a Eletrobras, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, vide nota explicativa 3. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração para produção independente das usinas cotistas (descotização), nos termos da Lei nº 9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível de Furnas no montante de R\$ 20.398.739 vide nota explicativa 15, originado pelo direito de regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas, bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos.

Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Empresa assumiu compromisso de pagamento à União, (i) a título de bônus de outorga, (ii) de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e de (iii) pagamentos para revitalização dos recursos hídricos de bacias hidrográficas.

Impacto em Furnas		
	31/12/2022	14/06/2022
Bônus de outorga (a)	-	8.038.255
Obrigações com CDE (b) (Vide nota explicativa 28.1)	8.557.397	9.723.379
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas (c) (Vide nota explicativa 28.1)	1.814.755	1.759.545
Total	10.372.152	19.521.179

- (a) O valor do bônus de outorga registrado em 14 de junho de 2022 no montante de R\$ 8.038.255, é referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica. Em 20 de junho de 2022 foi efetivado o pagamento total do montante corrigido pela Taxa Selic, no montante de R\$ 8.042.197. O pagamento foi realizado com os recursos provenientes do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizado pela Eletrobras em junho de 2022;
- (b) Obrigação, ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R\$ 9.723.379 em junho de 2022 e no montante de R\$ 8.557.397 em dezembro de 2022, vide nota explicativa 28.1; e
- (c) Desenvolvimento de projetos para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, no montante de R\$ 1.759.545 em junho de 2022 e no montante de R\$ 1.814.755 em dezembro de 2022, vide nota explicativa 28.1.

Valores adicionados ao ativo intangível por usinas em 14 junho de 2022, conforme nota explicativa 15:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo Intangível
Marimbondo	4.416.843
Furnas	4.025.234
Estreito (Luís Carlos B. de Carvalho)	3.177.816
Itumbiara	2.958.106
Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	2.476.008
Corumbá I	1.431.622
Porto Colômbia	1.322.485
Funil - RJ (a)	590.624
	<u>20.398.738</u>

a) A provisão para contratos onerosos de R\$ 280.528 em dezembro de 2021 era referente ao contrato de concessão da UHE Funil – RJ, tal provisão foi integralmente revertida em decorrência da Lei nº 14.182/2021 que culminou no novo contrato nº 003/2022 – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) constituindo um valor no ativo intangível de R\$ 590.624.

1.1.2 – Impactos no resultado de Furnas

Com a assinatura dos novos contratos de concessão e nos termos da resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 15/2021, as concessionárias passaram a não fazer jus às indenizações por investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os investimentos ainda não amortizados, relativos às concessões não renovadas pela Lei nº 12.783/2013, foram considerados pelo CNPE para utilização na aquisição dos novos contratos de concessão, porém, de acordo com os cálculos do CNPE, para as UHEs Itumbiara e Mascarenhas de Moraes não foram previstos valores a indenizar, visto que na data base 1º de janeiro de 2022, as máquinas e equipamentos dessas usinas encontravam-se 100% depreciados. Os valores residuais dessas concessões mantidos até a assinatura dos novos contratos, em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE, foram baixados contra o resultado do exercício.

A seguir os efeitos no resultado da Empresa por empreendimento:

Usinas Hidrelétricas	Resultado
Usinas Cotistas	
Corumbá I	(4.497)
Estreito	479.561
Funil - RJ	8.110
Furnas	566.098
Marimbondo	15.844
Porto Colômbia	1.912
Usinas não cotistas	
Itumbiara	62.492
Mascarenhas de Moraes	209.462
Impacto Total	1.338.982

1.2 – Jornada Ambiental, Social e Governança (EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*)

Furnas adota práticas sustentáveis e inovadoras desde a sua fundação, há 66 anos. 97% da energia gerada é proveniente de fontes de energia limpa. Nossa visão é ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.

A sustentabilidade em Furnas é transversal e está inserida em políticas, estratégias, processos e projetos. Tem como proposta de valor ser a forma como a empresa conduz seu negócio. Visa articular, mobilizar e organizar, de forma sinérgica, produtos e iniciativas com parceiros internos e externos. Abrange, ainda, desde a análise da tomada de decisão aderente à sustentabilidade, passando por projetos de inovação e chegando na inserção do tema nas metas corporativas.

A empresa foi a primeira do grupo Eletrobras a registrar, em 1998, sua Política Ambiental. Há 20 anos somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas, maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial e, como empresa do grupo Eletrobras, priorizamos 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, em nosso planejamento estratégico. Há 10 anos temos o Selo Ouro no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, com o reporte de nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa, mostrando o compromisso em combater os efeitos das mudanças climáticas.

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em andamento em Furnas priorizam a sustentabilidade e novas fontes limpas de geração de energia elétrica. O objetivo principal é transformar os estudos realizados em produtos ou serviços patenteados e, com isso, agregar vantagem competitiva à empresa. Entre eles está o projeto de Hidrogênio Verde, em segunda fase de desenvolvimento, e a criação do primeiro coletor termossolar do tipo calha cilindro-parabólica nacional.

Em 2021, implantamos o RECFY, uma plataforma inovadora que utiliza a tecnologia *blockchain* para a emissão e comercialização de certificados de energia renovável. Em pouco mais de um ano, Furnas comercializou mais de 2 milhões de RECFYs. Lançamos também o Edital Socioambiental, com a seleção de 8 projetos de até R\$ 200 com foco em conservação da biodiversidade, aliada ao engajamento e geração de benefícios para as comunidades no entorno dos empreendimentos. Outra iniciativa socioambiental que podemos destacar é o Projeto Iara, desenvolvido por voluntários de Furnas e seus familiares para recuperar rios, lagos e córregos de áreas próximas a nossas operações. Em 2022, o grupo recolheu mais de 500 quilos de resíduos, que foram destinados à reciclagem, e plantou mais de 600 mudas de espécies nativas.

A gestão de risco em Direitos Humanos ocorre de forma estratégica com plano de ação para mitigação de fatores como assédio moral, sexual e discriminação. Disponibilizamos cursos e momentos de valor sobre Direitos Humanos para funcionários e líderes. Em 2022 inserimos nova cláusula de sustentabilidade nos contratos de bens e serviços para garantir que os fornecedores tenham respeito aos direitos humanos e incentivar ações afirmativas para minorias.

Além disso, especialmente em relação à igualdade de gênero, temos a meta de elevar para 30% a presença de mulheres em cargos de liderança até 2025, como parte do compromisso com o Movimento Elas Lideram 2030, do Pacto Global. Para isso, implementamos o Programa Impulsionando Mulheres, oferecendo capacitação e mentoria para o fortalecimento de competências de liderança para as funcionárias.

Em governança, destacamos o amadurecimento de nossos sistemas de controle e conformidade, reconhecidos pelo mercado. O Projeto Integridade Itinerante, por meio de palestras e esquetes teatrais, sensibiliza o público interno sobre o tema.

Por fim, alcançamos a maior nota geral de Furnas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) ciclo 2022-2023, obtendo 80,3% de pontuação, acima da meta estabelecida pela Eletrobras (75,81%), o que mostra que estamos no caminho certo da gestão da sustentabilidade. Além disso, todas as notas dos questionários respondidos cresceram, com destaque para a Dimensão Capital Humano, cujo aumento de pontuação foi de 15,92% em relação ao ano anterior e para a Dimensão Ambiental, que obteve a maior nota da sua história (77,04%).

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2022

2.1 – Encerramento Inambari Geração de Energia – Inambari

Em março de 2022, a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Inambari encerrou as suas atividades, sem impacto significativo de perda para Furnas. Essa operação está no escopo da iniciativa de racionalização das participações societárias da Eletrobras, nos termos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2022-2026.

2.2 – Captação de recursos

Furnas realizou a captação de recursos no montante de R\$ 2.500.000, por meio de 3 operações junto às seguintes instituições financeiras:

- (i) Banco Itaú, no valor de R\$ 500.000, realizada em maio de 2022;
- (ii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000, realizada em maio de 2022; e
- (iii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.500.000, realizada em junho de 2022.

Os recursos obtidos por meio dessas captações foram destinados ao cumprimento do programa de investimentos, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa de Furnas. Para maiores detalhes, conforme demonstrado na nota explicativa 18.1.

2.3 – Aquisição de controle da Madeira Energia S.A (MESA)

Em maio de 2022, Furnas subscreveu 5.494.950.237 ações ordinárias, no valor de R\$ 681.374, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, emitidas pela investida, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R\$ 901.177 em junho de 2022.

Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%. Mesmo com elevada participação, Furnas se tornou a controladora da MESA somente em julho de 2022, após a aprovação do distrato do acordo de acionistas.

2.4 – Integralização de Capitalização de Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC)

Em setembro de 2022, foi deliberada a proposta de integralização da totalidade do AFAC concedido a Furnas com recursos ordinários da Eletrobras, no valor de R\$ 8.908.219, acrescido de atualização monetária, para o pagamento do bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, celebrados em junho de 2022. Este AFAC foi integralizado ao Capital Social da Empresa em dezembro de 2022.

2.5 – Incorporação Transenergia Goiás (TGO)

Em novembro de 2022, houve a incorporação da TGO por Furnas. A incorporação não acarretou aumento de capital da Empresa nem, tampouco, qualquer alteração nas participações acionárias dos acionistas da Empresa. O impacto da incorporação da TGO na Controladora foi de R\$ 157.696, maiores detalhes na nota explicativa 4.7.

2.6 – Plano de Demissão Voluntária (PDV)

Em novembro de 2022, a Empresa lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2022), que abrangeu empregados aposentados pela previdência oficial e aposentáveis até 30 de abril de 2023, considerando critérios do INSS exigidos para os anos de 2022 e 2023. O montante total reconhecido no resultado com o lançamento do plano foi de R\$ 254.043. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 31.3.

2.7 – AFAC

Em dezembro de 2022, foi aprovado a Furnas, pela Eletrobras, um AFAC o reforço de caixa e refinanciamento de passivos. O montante realizado e reconhecido no AFAC no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.400.000. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 29.3.

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Furnas detém, diretamente ou por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão ou participações em SPEs que também atuam nestes mesmos segmentos.

3.1 – Concessões e Autorizações de Geração

Contrato	Usinas	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Término da Concessão
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
003/2022	Itumbiara	2.082	GO/MG	2052
003/2004	Marimbondo	1.440	SP/MG	2052
005/2004	Serra da Mesa	1.275	TO	2046
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
003/2022	Luiz Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP	2052
003/2022	Mascarenhas de Moraes	476	ES	2052
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
003/2006	Simplicio/Anta	334	MG/RJ	2043
003/2022	Porto Colômbia	320	MG	2052
003/2006	Funil	216	BA	2052
010/2000	Manso	210	MT	2037
002/2006	Batalha	52,5	GO/MG	2043
Usinas Termelétricas (UTE)				
004-2004	Campos (Roberto Silveira) ¹	25	RJ	2027
	Santa Cruz ²	500	RJ	

(*) Não examinado pelos auditores independentes;

¹ A UTE Roberto Silveira (Campos - RJ) encontra-se fora de operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 25,00 MW conforme despacho ANEEL 484/2016; e

² A potência de 500 MW exclui as UGCs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme Despacho Aneel nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido às obras de expansão da usina, ao final das quais as UGCs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGCs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Contrato	Empreendimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Término da Concessão
	Hidrelétricas em Operação			
001/2008-MME	Santo Antônio	3.568	RO	2047
002/2011-MME	Teles Pires	1.820	PA/MT	2047
128/2001-ANEEL	Foz do Chapecó	855	SC	2036
002/2014-MME	São Manoel	736	MT	2049
130/2001-ANEEL	Peixe Angical	499	TO	2042
129/2001-ANEEL	Serra do Facão	213	GO	2036
001/2006-MME	Baguari	140	MG	2046
007/2006-MME	Retiro Baixo	82	MG	2041
	Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas			
003/2014-MME	Três Irmãos	808	SP	2044
	Empreendimento Suspendido			
Portaria MME nº 459/2012	Fortim - Nossa Senhora de Fátima	30	CE	2047
Portaria MME nº 458/2012	Fortim - Jandaia	27	CE	2047
Portaria MME nº 409/2012	Fortim - Jandaia I	24	CE	2047
Portaria MME nº 446/2012	Fortim - São Clemente	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	Fortim - São Januário	21	CE	2047

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

3.2 – Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão encontram-se discriminados a seguir:

Contrato	Transmissoras	UF	Início da Concessão	Prazo da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	30 anos
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 2.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	01.01.2013	30 anos
006/2005	LT Macaé-Campos C3	RJ	04.03.2005	30 anos
007/2006	LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	30 anos
003/2009	LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 500 kV	MG	28.01.2009	30 anos
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV - 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	30 anos
014/2011	LT Xavantes-Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	30 anos
006/2010	LT Mascarenhas-Linhares 230 kV CS; SE Linhares - 230/138 kV - 150 MVA	ES	12.07.2010	30 anos

3.2.1 – Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV)* e duas linhas em corrente contínua ($\pm$ 600 kV)*. Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu - PR, Ivaiporã - PR, Itaberá - SP e Tijuco Preto - SP. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km*.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

3.2.2 - Empreendimentos de transmissão em regime de SPE

Investida	Participação (%)	KM ¹ (*)	Capacidade de Transformação em operação / reserva (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Interligação Elétrica do Madeira	24,50	4.859	7.440 / 1.240	26.02.2009	30 anos
Belo Monte Transmissora de Energia	24,50	4.264	9.412,80 / 1.568,8	16.06.2014	30 anos
Paranaíba Transmissora de Energia	24,50	953	-	02.05.2013	30 anos
Mata de Santa Genebra Transmissão	49,90	886	3.600 / 400	14.05.2014	30 anos
Transenergia Renovável	49,00	708	975 / -	23.04.2009	30 anos + 399 dias
Goiás Transmissão	49,00	479	1.600 / 133,33	12.07.2010	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00	298	-	14.08.2013	30 anos
MGE Transmissão	49,00	270	1.800 / 300	12.07.2010	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	39,00	163	1.080 / 180	09.10.2013	30 anos
Madeira Energia	72,36	95	4.130 / 1.570	13.06.2008	35 anos + 1.587 dias
Lago Azul Transmissão	49,90	69	-	14.05.2014	30 anos
Brasil Ventos Energia - Fortim	100,00	68	140 / -	26.07.2012	35 anos
Serra do Facão Energia	43,03	66	237 / 118,5	07.11.2001	35 anos
Retiro Baixo Energética	49,00	45	100 / -	15.08.2006	35 anos
Empresa de Energia São Manoel	33,33	40	780 / 390	10.04.2014	35 anos
Enerpeixe	40,00	20	525 / 175	07.11.2001	35 anos
Teles Pires Participações	24,50	19	2.025 / -	07.06.2011	35 anos + 235 dias
Chapecoense Geração	40,00	6	-	07.11.2001	35 anos
Consórcio UHE Baguari	15,00	2	-	15.08.2006	35 anos + 1.678 dias
Transenergia São Paulo ²	49,00	0	1.200 / 133,34	19.11.2009	30 anos
Caldas Novas Transmissão ²	49,90	0	150 / -	16.06.2011	30 anos

(*) Não examinado pelos auditores independentes;

¹ Potência estabelecida no Contrato de Concessão; e

² As SPEs Transenergia São Paulo S.A., e Caldas Novas Transmissão S.A. são subestações, portanto não possuem linha de transmissão associadas.

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa compreendem as demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração de Furnas.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Empresa optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Empresa, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada

entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de Furnas. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 – Adoção de novas normas e interpretações

A Empresa não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	01/01/2023

4.5 – Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento, inicialmente, pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP). Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Empresa e é interrompido a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Empresa.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão domiciliadas no Brasil.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem informações de Furnas e das seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Madeira Energia S.A. (MESA) (a)	72,36%	-	43,06%	-
Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)	-	72,36%	-	43,06%
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Complexo Eólico FORTIM	-	100,00%	-	100,00%
Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I	-	98,00%	-	98,00%
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	-	90,00%	-	90,00%
Complexo Eólico Famosa I	-	49,00%	-	49,00%
Complexo Eólico Baleia	-	49,00%	-	49,00%
Transenergia Goiás S.A (TGO) (b)	-	-	100,00%	-
Coligadas				
Serra do Facão Energia S.A.	54,01%	-	54,01%	-
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	-	49,90%	-
Caldas Novas Transmissão S.A.	49,90%	-	49,90%	-
Lago Azul Transmissão S.A.	49,90%	-	49,90%	-
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	49,90%	-	49,90%	-
Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	49,90%	-
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	49,00%	-	49,00%	-
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	-	49,00%	-
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00%	-	49,00%	-
MGE Transmissão S.A.	49,00%	-	49,00%	-
Transenergia Renovável S.A.	49,00%	-	49,00%	-
Transenergia São Paulo S.A.	49,00%	-	49,00%	-
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	-	40,00%	-
Enerpeixe S.A.	40,00%	-	40,00%	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39,00%	-	39,00%	-
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33%	-	33,33%	-
Baguari Energia S.A.	30,61%	-	30,61%	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	-	24,50%	-
Inambari Geração de Energia S.A.	-	-	19,60%	-
Controladas em conjunto				
Belo Monte Transmissora S.A.	24,50%	-	24,50%	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	-	24,50%	-
Teles Pires Participações S.A.	24,72%	-	24,72%	-

- (a) Em julho de 2022, Furnas passou a ser controladora da MESA após assinatura do Distrato do Acordo de Acionistas de MESA. (vide nota explicativa 13.2); e
- (b) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Empresa são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Empresa tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 – Reclassificação das demonstrações contábeis

A administração de Furnas avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras. Em sua análise, não foi identificado efeitos que ensejassem na reapresentação retrospectiva, segundo CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Os reflexos destas reclassificações no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir:

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado	Divulgado		Reclassificado
Circulante						
Títulos e valores mobiliários	2.762.181	(554.123) (a)	2.208.058	2.762.181	(554.123) (a)	2.208.058
Tributos a Recuperar	-	-	-	-	4.325 (b)	4.325
Demais ativos	4.825.106	-	4.825.106	4.947.787	-	4.947.787
Total ativo circulante	7.587.287	(554.123)	7.033.164	7.709.968	(549.798)	7.160.170
Não Circulante						
Títulos e valores mobiliários	-	554.123 (a)	554.123	-	554.123 (a)	554.123
Demais ativos	24.036.455	-	24.036.455	24.185.725	-	24.185.725
Total ativo não circulante	24.036.455	554.123	24.590.578	24.185.725	554.123	24.739.848
Investimentos	5.526.875	-	5.526.875	5.121.806	-	5.121.806
Imobilizado	6.530.644	-	6.530.644	7.082.100	-	7.082.100
Intangível	979.276	-	979.276	1.175.872	-	1.175.872
	13.036.795	-	13.036.795	13.379.778	-	13.379.778
Total do Ativo	44.660.537	-	44.660.537	45.275.471	4.325	45.279.796

DRE	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado	Divulgado		Reclassificado
Receita Operacional Líquida	11.377.916	15.541 (d)	11.393.457	11.478.395	15.541 (d)	11.493.936
Custo Operacional	(3.645.146)	(277.896) (c)	(3.923.042)	(3.708.183)	(277.619) (c)	(3.985.802)
Custo de Construção	(339.617)	339.617 (c)	-	(339.617)	339.617 (c)	-
Resultado Bruto	7.393.153	77.262	7.470.415	7.430.595	77.539	7.508.134
Despesas Operacionais	(2.040.703)	(61.721) (c)	(2.102.424)	(2.062.696)	(61.998) (c)	(2.124.694)
Remensuração regulatórias - Contratos de transmissão	1.364.564	-	1.364.564	1.364.564	-	1.364.564
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	6.717.014	15.541	6.732.555	6.732.463	15.541	6.748.004
Resultado Financeiro	(426.780)	(15.539) (d)	(442.319)	(486.933)	(15.539) (d)	(502.472)
Resultado antes das Participações Societárias	6.290.234	2	6.290.236	6.245.530	2	6.245.532
Resultado das participações societárias	(367.569)	(1)	(367.570)	(321.944)	(1)	(321.945)
Resultado Operacional antes dos Tributos	5.922.665	1	5.922.666	5.923.586	1	5.923.587
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(1.889.728)	(1)	(1.889.729)	(1.890.794)	(1)	(1.890.795)
Lucro Líquido do Exercício	4.032.937	-	4.032.937	4.032.792	-	4.032.792

DFC	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado	Divulgado		Reclassificado
Atividades Operacionais						
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.381.512	(951.093) (e)	2.430.419	3.370.946	(954.236) (e)	2.416.710
Atividades de Financiamento						
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(1.677.000)	-	(1.677.000)	(1.677.333)	-	(1.677.333)
Atividades de Investimento						
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(1.702.302)	954.237 (e)	(748.065)	(1.688.503)	954.237 (e)	(734.266)
Acréscimo (Redução) no caixa e equivalente de caixa	2.210	(3.144) (e)	5.354	5.110	(1) (e)	5.111

DVA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2021 Divulgado	Ajuste	31/12/2021 Reclassificado	31/12/2021 Divulgado	Ajuste	31/12/2021 Reclassificado
Receitas (despesas)	14.652.969	(419.124) (f)	14.233.845	14.763.739	(425.718) (f)	14.338.021
Insumos adquiridos de terceiros	(4.424.445)	258.673 (f)	(4.165.772)	(4.446.403)	260.247 (f)	(4.186.156)
Valor adicionado bruto	10.228.524	(160.451)	10.068.073	10.317.336	(165.471)	10.151.865
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	9.750.101	23.394 (f)	9.773.495	9.783.402	23.537 (f)	9.806.939
Valor adicionado total a distribuir	9.718.631	23.394	9.742.025	9.801.545	23.537	9.825.082

- (a) Furnas realizou a análise de liquidez dos instrumentos financeiros, foi identificado que parte do saldo de Títulos e Valores Mobiliários (nota 7) registrado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2021, deveria ser classificado como ativo não circulante, no montante de R\$ 554.123;
- (b) Em linha com os requerimentos das normas contábeis CPC 32/IAS 12- Tributos sobre o Lucro, houve reclassificação entre as linhas de Tributos a Recuperar e Tributos a Recolher no que tange os impostos retidos, reclassificando o saldo com o efeito líquido dos tributos segregado por cada entidade legal;
- (c) Furnas avaliou a segregação adequada entre os custos e despesas de atividades operacionais, gerando a necessidade de reclassificação nas rubricas de pessoal, material, serviços, depreciação e amortização entre Custo Operacional, Custo de Construção e Despesas Operacionais, conforme demonstrado no quadro acima;
- (d) Furnas que anteriormente apresentava PIS e COFINS sobre receita financeira nas deduções da Receita Operacional Líquida, avaliou a natureza e realizou a reclassificação para Resultado Financeiro, conforme demonstrado nas notas explicativas 30 e 32. Os montantes reclassificados de PIS e COFINS sobre receita financeira são de R\$15.541 para Controladora e Consolidado, respectivamente; e
- (e) Furnas reclassificou: (i) o Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias entre o grupo de atividades de investimento e o grupo de atividades de operacionais (R\$ 361.580); (ii) Custo de construção no segmento de transmissão entre o grupo de atividades operacionais e o grupo de atividades de investimento (R\$ 257.412); e (iii) Títulos e valores mobiliários entre atividades de investimento e atividades operacionais (R\$ 1.573.229).
- (f) Furnas avaliou as classificações realizadas em sua DVA e alinhou as premissas de distribuição do valor adicionado em conjunto com as definidas pela controladora Eletrobras, conforme os termos do CPC 09-Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

4.7 – Incorporação TGO

Em 22 de novembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras a incorporação da Transenergia Goiás por Furnas, de acordo com os termos do PDNG 2022-2026, cujo efeitos ocorreram a partir do dia 01 de novembro de 2022 em Furnas, que passou a deter todos os direitos e obrigações da extinta controlada. A operação foi aprovada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 12.984.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, bem como maximizar sua eficiência, através da racionalização das participações societária de acordo com o PDNG 2022-2026. Como resultado desta incorporação, a TGO foi extinta de pleno direito e Furnas tornou-se sua sucessora.

A posição da Furnas em novembro de 2022 está demonstrada abaixo:

ATIVO	Furnas	Transenergia Goiás	Controladora
	30/11/2022	30/11/2022	30/11/2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.756	436	8.192
Títulos e valores mobiliários	1.788.604	23.063	1.811.667
Clientes	1.364.665	1.348	1.366.013
Impostos e contribuições sociais	266.645	-	266.645
Ativo de contrato	3.905.388	14.258	3.919.646
Outros ativos	402.832	214	403.046
	7.735.890	39.319	7.775.209
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	886.372	5.420	891.792
Cauções e depósitos vinculados	1.048.726	7	1.048.733
Ativo de contrato	20.657.228	120.342	20.777.570
Outros ativos	364.105	-	364.105
	22.956.432	125.768	23.082.200
Investimentos	5.944.528	-	5.944.528
Imobilizado	6.472.397	4.790	6.477.187
Intangível	21.239.892	14	21.239.906
	33.656.817	4.804	33.661.621
TOTAL DO ATIVO	64.349.139	169.891	64.519.030

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Furnas	Transenergia Goiás	Controladora
	30/11/2022	30/11/2022	30/11/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	607.806	1.359	609.165
Impostos e contribuições sociais	55.855	286	56.141
Obrigações estimadas	374.874	359	375.233
Encargos setoriais	113.492	354	113.846
Outros passivos	1.852.053	-	1.852.053
	3.004.080	2.358	3.006.438
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições sociais	4.038.233	8.398	4.046.631
Provisões para litígios	2.451.568	1.438	2.453.006
Outros	17.457.281	-	17.457.281
	23.947.081	9.837	23.956.918
TOTAL DO PASSIVO	26.951.161	12.195	26.963.356
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.555.674	-	37.555.674
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.506.835	12.195	64.519.030

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração de Furnas deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Empresa, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Empresa

pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração de Furnas e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Notas	Estimativas e julgamentos significativos
8	Cientes	Avaliação de perda esperada de créditos
9	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsões dos fluxos caixa
12	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
13.2	Combinação de negócios	Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios
13.1/16	Perdas em investimentos e Valor recuperável dos ativos a longo prazo	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Empresa
25	Benefício aos empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego
27	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas sobre processos judiciais

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

6.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	16.383	14.404	19.429	14.524
Aplicações Financeiras (a)	3.750.076	-	4.744.874	102.276
Total circulante	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Em dezembro de 2022, foi realizada a integralização de R\$ 8.400.000 do AFAC concedido pela Eletrobras que impactou as Aplicações Financeiras de Furnas em R\$ 3.750.076, causando uma variação significativa em Caixa e Equivalente de Caixa. Para maiores detalhes do AFAC, vide nota 29.3

6.2 – Caixa restrito

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa restrito (a)	5.555	-	5.555	4.857
Total não circulante	5.555	-	5.555	4.857

(a) Valor se refere a aplicação financeira no Paraná Banco oferecida como cobertura colateral do Seguro Garantia Judicial contratado pela TGO., incorporada em novembro de 2022 por Furnas, perante a Seguradora Junto S.A. para cobertura de processo movido contra a ANEEL.

Prática Contábil

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e para investimentos ou outros propósitos.

Admite-se que uma aplicação financeira é de curto prazo quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa restrito

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Empresa possa movimentá-los livremente.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Empresa aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Circulante		
Fundos de Renda Fixa (a)	6.538.295	2.042.452
Nota do Tesouro Nacional - série P	38	35
Títulos restritos - convênio Itaipu	180.552	165.571
	<u>6.718.885</u>	<u>2.208.058</u>
Não Circulante		
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (b)	897.225	554.123
	<u>897.225</u>	<u>554.123</u>
Total	<u>7.616.110</u>	<u>2.762.181</u>

(a) Fundos de Renda Fixa

Em dezembro de 2022, foi realizada a integralização de R\$ 8.400.000 do AFAC concedido pela Eletrobras que impactou Fundos de Renda Fixa de Furnas, causando uma variação significativa em Títulos e Valores Mobiliários. Para maiores detalhes do AFAC, vide nota 29.3

(b) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Prática Contábil

Os títulos e valores mobiliários da Empresa referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa 6. A Empresa, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Empresa apresentadas no grudo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 8 – CLIENTES

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	404.465	3.808	19.265	-	427.538	434.275
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	18.289	115.481	26.432	-	160.202	74.662
Uso da Rede Elétrica (c)	559.175	2.727	26.391	-	588.293	457.799
Consumidores industriais	110.836	-	100	-	110.936	107.677
Serviços de engenharia	-	-	-	-	-	11.167
Parcelamento (e)	-	-	-	51.894	51.894	49.644
(-) PECLD (d)	-	-	(23.698)	(11.113)	(34.811)	(12.153)
	1.092.765	122.016	48.490	40.781	1.304.052	1.123.071
Não Circulante						
Parcelamento (e)	-	-	-	780.442	780.442	759.506
Comercialização de energia	-	-	280.138	-	280.138	293.560
Suprimento de energia (a)	-	-	9.548	-	9.548	9.548
Uso da rede elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (d)	-	-	(294.034)	(542.391)	(836.425)	(803.667)
	-	-	-	238.051	238.051	263.295
Total Clientes	1.092.765	122.016	48.490	278.832	1.542.103	1.386.366

	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	871.659	3.808	19.265	-	894.732	434.275
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	18.289	115.481	26.432	-	160.202	74.662
Uso da Rede Elétrica (c)	559.175	2.727	26.391	-	588.293	464.117
Consumidores industriais	110.836	-	100	-	110.936	107.677
Serviços de engenharia	-	-	-	-	-	11.167
Parcelamento (e)	-	-	-	51.894	51.894	49.644
(-) PECLD (d)	-	-	(23.698)	(11.113)	(34.811)	(12.153)
	1.559.959	122.016	48.490	40.781	1.771.246	1.129.389
Não Circulante						
Parcelamento (e)	-	-	-	780.442	780.442	759.506
Comercialização de energia	-	-	280.138	-	280.138	293.560
Suprimento de energia (a)	-	-	9.548	-	9.548	9.548
Uso da rede elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (d)	-	-	(294.034)	(542.391)	(836.425)	(803.667)
	-	-	-	238.051	238.051	263.295
Total Clientes	1.559.959	122.016	48.490	278.832	2.009.297	1.392.684

(a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

O aumento do saldo de Suprimentos decorreu principalmente devido à obtenção de controle da Mesa por Furnas em julho de 2022, que impactou em R\$ 474.234 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

(c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

(d) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	(815.820)	(741.607)
(-) Constituição	(69.737)	(76.357)
(+) Reversão	14.321	2.144
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	(871.236)	(815.820)

O total provisionado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 871.236 (R\$ 815.820 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 542.391 (R\$ 496.211 em 31 de dezembro de 2021) se referem à Companhia Energética de Goiás (CELG D), atualmente Enel Distribuição Goiás, conforme descrito abaixo.

(e) Créditos Renegociados

Os créditos renegociados são decorrentes de créditos de energia financiados, os quais foram renegociados e parcelados, com os seguintes intervenientes:

	31/12/2021	Provisão de Juros	Recebimentos	Variações Monetárias	Transferências de LP para CP	Provisionado para perda	31/12/2022
Circulante							
CEA	11.113	-	-	-	-	(11.113)	-
Eletronuclear ⁽¹⁾	38.531	23.887	(64.089)	9.132	33.320	-	40.781
	49.644	23.887	(64.089)	9.132	33.320	(11.113)	40.781
Não circulante							
Celg D	496.211	-	-	46.180	-	(542.391)	-
Eletronuclear ⁽¹⁾	263.295	-	-	8.076	(33.320)	-	238.051
	759.506	-	-	54.256	(33.320)	(542.391)	238.051
Total	809.150	23.887	(64.089)	63.388	-	(553.504)	278.832

⁽¹⁾ Refere a confissão de dívidas entre a Eletronuclear e Furnas. O contrato possui o prazo de 10 anos e reajuste mensal do saldo devedor com base na variação do IPCA.

Prática Contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Empresa adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Empresa e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, Furnas, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual do cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico do cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

NOTA 9 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Empresa registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.927.461	22.044.369
Receita de Construção	764.804	764.804
Receita Financeira	4.213.701	4.238.573
Amortização	(3.905.878)	(3.917.892)
Remensuração Regulatória	1.364.564	1.364.564
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.364.652	24.494.418
Incorporação TGO	134.600	-
Receita de Construção	480.112	480.112
Receita Financeira	3.236.626	3.252.503
Amortização	(3.472.247)	(3.483.290)
Remensuração Regulatória	19.874	19.874
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	24.763.617

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	4.145.344	3.111.428	4.145.344	3.124.010
Não Circulante	20.618.273	21.253.224	20.618.273	21.370.408
Total Ativo Contratual	24.763.617	24.364.652	24.763.617	24.494.418

A Empresa utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital (WACC - *Weighted Average Cost of Capital*) da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Empresa compara o saldo do ativo de cada contrato com fluxo previstos de Receita Anual Permitida (RAP) futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita Financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 7,70% ao ano, para os contratos renovados, e 7,02% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exceto para os contratos 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo Indicador Geral de Preços do Mercado (IGPM).

Em 2022, as RAPs das duas concessões de Furnas foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica (RTP), impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Empresa em R\$ 19.874, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em junho de 2022, a Superintendência de Gestão Tarifária/ANEEL (SGT/ANEEL) publicou a Nota Técnica (NT) nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa NT depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Empresa continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs da Empresa para o ciclo 2022/2023, R\$ 5.439.877.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 18.157.339 (R\$18.641.678 em 31 de dezembro de 2021) correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), quando das renovações das concessões em 2012, nos termos

da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Empresa para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado no quadro a seguir:

23-24	24-25	25-26	26-27	27-28	Total
4.213.298	4.213.298	4.213.298	4.213.298	4.213.298	21.066.490

Em 2021, o acréscimo da receita financeira, foi impulsionado pela elevação dos índices de inflação, do acréscimo da receita de construção no período, adicionalmente a remensuração do ativo de concessão referente à RBSE, pelo reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021, a decisão provocou redução na curva de pagamentos dos valores relativos à revisão periódicas das RAPs associadas às instalações de transmissão para os ciclos de 2021/2022 e 2022/2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028. Assim como o reconhecimento complementar do custo de capital próprio (Ke).

Prática Contábil

Os ativos de transmissão da Empresa são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Empresa identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Empresa é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Empresa, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção (O&M).

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Empresa reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL (RTP), que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações

nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Empresa remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Empresa cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Empresa reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

NOTA 10 – CONCESSÕES DE GERAÇÃO

De acordo com os novos contratos de concessão assinados em junho de 2022, não há previsão para as indenizações por investimentos ainda não amortizados referentes aos projetos básicos e investimentos vinculados a bens reversíveis das usinas hidrelétricas, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Desta forma os ativos que possuíam pendências de indenização foram baixados via resultado (Outras despesas) da Empresa, vide nota explicativa 1.1.2.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
Nome da Usina	31/12/2022	31/12/2021
UHE Furnas	-	762.191
UHE Luiz Carlos de Barreto de Carvalho	-	505.410
UHE Marimbondo	-	85.449
UHE Funil	-	49.449
UHE Porto Colômbia	-	43.701
UHE Corumbá	-	3.480
Total	-	1.449.680

NOTA 11 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e JCP a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Empresa.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Controladas em conjunto		
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	25.058	30.119
Belo Monte Transmissora	20.949	18.982
Coligadas		
Mata de Santa Genebra	13.280	13.560
Goiás Transmissão	19.783	10.594
MGE Transmissão	9.631	10.498
Retiro Baixo	5.761	7.072
Baguari Energia	2	6.511
Tijoa Participações e Investimentos	-	6.487
Paranaíba	9.668	4.997
Transenergia Renovável	2.787	3.435
Transenergia São Paulo	8.275	2.691
Caldas Novas Transmissão	1.317	1.840
Lago Azul Transmissão	898	800
Total	117.409	117.586

Prática Contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Empresa no capital social de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vide nota 13, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e JCP aos seus acionistas.

NOTA 12 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 – Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				
Imposto de Renda Corrente	524.825	945.811	548.219	945.811
Contribuição Social Corrente	196.451	355.803	198.723	355.803
	<u>721.276</u>	<u>1.301.614</u>	<u>746.942</u>	<u>1.301.614</u>
Passivo Circulante				
Imposto de Renda Corrente	(111.242)	(828.795)	(111.242)	(828.851)
Contribuição Social Corrente	(43.319)	(304.565)	(43.319)	(304.633)
	<u>(154.561)</u>	<u>(1.133.360)</u>	<u>(154.561)</u>	<u>(1.133.484)</u>
Ativo Circulante líquido	<u>566.715</u>	<u>168.254</u>	<u>592.381</u>	<u>168.130</u>

12.2 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não Circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	-	-	2.077.784	-
Passivo não Circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	<u>(4.040.376)</u>	<u>(4.130.621)</u>	<u>(4.242.878)</u>	<u>(4.135.512)</u>

12.2.1 – Composição imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por empresa					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Efetos Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efetos Líquido ativo (passivo)
Ativo Fical Diferido Não Circulante						
SAESA	2.078.629	(845)	2.077.784	-	-	-
Passivo Fical Diferido Não Circulante						
MESA	-	(202.502)	(202.502)	-	-	-
Furnas	2.342.486	(6.382.862)	(4.040.376)	2.195.559	(6.326.180)	(4.130.621)
	<u>2.342.486</u>	<u>(6.585.364)</u>	<u>(4.242.878)</u>	<u>2.195.559</u>	<u>(6.326.180)</u>	<u>(4.130.621)</u>
	<u>4.421.115</u>	<u>(6.586.209)</u>		<u>2.195.559</u>	<u>(6.326.180)</u>	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	882.287	853.600	882.287	853.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	539.175	510.062	539.175	510.062
Provisão para Impairment SPES	474.231	380.652	474.231	380.652
Provisão para Impairment (UTE e UHE)	226.138	152.164	226.138	152.164
Provisão para Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE)	62.908	2.167	62.908	2.167
Custo de Construção e Operação UTE Sta Cruz	-	1.263	-	1.263
Provisão PLR	29.050	29.051	29.051	29.051
Passivo atuarial	42.867	57.717	42.867	57.717
Provisão GAG Melhorias	41.072	68.745	41.072	68.745
Provisão para perda Acordo de Leniência	30.641	30.641	30.641	30.641
Provisão para perda PAES a recuperar	9.866	9.866	9.866	9.866
Provisão para perda na realização de imobilizado	4.251	4.251	4.251	4.251
Prejuízo fiscal - MESA (a)	-	-	2.067.377	-
Direito de Outorga - UBP - MESA	-	-	10.704	-
Amortização de Terrenos e Servidões - MESA	-	-	547	-
Provisão para perda - contrato oneroso	-	95.380	-	95.380
Total Ativo	2.342.486	2.195.559	4.421.115	2.195.559
Tributos diferidos passivos				
Ativo de Contrato	(5.961.592)	(5.888.679)	(5.961.592)	(5.888.679)
Risco Hidrológico - GSF	(271.310)	(287.448)	(271.310)	(287.448)
Fim de RTT - Adoção IN RFB nº 1.515/14	(142.872)	(150.053)	(142.872)	(150.053)
Amortização de encargos financeiros capitalizados	-	-	(203.347)	-
Custo de Construção e Operação UTE Sta Cruz	(7.088)	-	(7.088)	-
Total Passivo	(6.382.862)	(6.326.180)	(6.586.209)	(6.326.180)

(a) Prejuízo Fiscal - MESA

Em decorrência da aquisição de controle da MESA houve um acréscimo na rubrica de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2022, a MESA possui o montante de R\$ 2.067.377 referente ao saldo do ativo fiscal diferido. Furnas está desenvolvendo um plano de reestruturação que tem como objetivo a aceleração do uso desse crédito tributário.

Furnas e sua Controlada, estão desenvolvendo plano conjunto que contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais *intercompany* que possibilitarão a reestruturação da Controlada e, por conseguinte, a aceleração da realização dos tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

Furnas e sua controlada possuem tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Tributos Diferidos Líquidos	Furnas	MESA	Total
2023	(834.023)	(8.077)	(842.100)
2024	(890.972)	(7.783)	(898.755)
2025	(911.508)	(7.637)	(919.145)
2026	(911.508)	(7.637)	(919.145)
2027	(911.508)	(7.637)	(919.145)
Após 2027	419.143	1.914.052	2.333.195
Total	(4.040.376)	1.875.281	(2.165.094)

12.3 – Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA	
	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	1.701.366	5.922.666
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(578.464)	(2.013.706)
Efeitos de adições e exclusões:		
Receita Financeira – Ativo de Contrato	-	(78.823)
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	294.096	443.515
Ajustes Lei nº 12.973/2014	(7.182)	(7.182)
Resultado das participações societárias	189.349	(124.973)
Provisões Operacionais	(278.380)	(477.844)
Indenização – Ativo de Contrato	(210.969)	-
Ajustes INRFB nº 1771/2017	91.538	104.199
Impairment / GAG Melhorias	(46.301)	87.146
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	94.304	(787.543)
Incentivos Fiscais	9.041	17.196
Demais adições e exclusões permanentes	(19.345)	(19.303)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	6.758	463.952
Indébitos Tributários - Vlr a Recup. Não incidência de IRPJ / CSLL atualiz. SELIC	8.238	-
JCP	297.119	214.970
Contrato Oneroso	95.380	(18.632)
Benefício pós-emprego / Atuarial	15.833	(6.346)
Outros	11.998	26.200
Recup. custos-Repactuação Risco Hidrológico	(16.136)	287.445
Total das despesas do IRPJ e CSLL	(43.123)	(1.889.729)
Alíquota efetiva	3%	32%

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	1.686.874	5.923.587
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(573.537)	(2.014.020)
Efeitos de adições e exclusões:		
Receita Financeira – Ativo de Contrato		(78.823)
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	294.096	443.515
Ajustes Lei nº 12.973/2014	(7.182)	(7.182)
Resultado das participações societárias	189.349	(124.973)
Provisões Operacionais	(278.380)	(477.843)
Indenização – Ativo de Contrato	(210.969)	-
Ajustes INRFB nº 1771/2017	91.538	104.199
Impairment / GAG Melhorias	(46.301)	87.146
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	94.304	(787.544)
Incentivos Fiscais	9.041	17.196
Demais adições e exclusões permanentes	(19.345)	(19.303)
JCP	297.119	214.970
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	6.758	463.952
Indébitos Tributários - Vlr a Recup. Não incidência de IRPJ / CSLL atualiz. SELIC	8.238	-
Benefício pós-emprego / Atuarial	15.833	(6.346)
Contrato Oneroso	95.380	(18.632)
Outros	11.998	26.200
Recup. custos-Repactuação Risco Hidrológico	(16.136)	287.446
SPEs	(2.088)	(753)
Total das despesas do IRPJ e CSLL	(40.284)	(1.890.795)
Alíquota efetiva	2%	32%

Prática Contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do período, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre

o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do período.

O resultado com Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido representa, basicamente, o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de Imposto de Renda e a Contribuição Social na apuração do período, mas que poderão ser utilizadas em períodos seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do período.

Os créditos de Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Participação Furnas (%)	CONTROLADORA	
		31/12/2022	31/12/2021
Controladas			
Brasil Ventos	100,00%	187.611	267.164
Transenergia Goiás (a)	100,00%	-	146.919
Madeira Energia S.A (MESA) (b)	72,36%	604.377	-
Subtotal		791.988	414.083

- (a) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7; e
(b) Furnas realizou a aquisição de controle de MESA em julho de 2022, vide nota explicativa 13.2.

	Participação Furnas (%)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controlada em conjunto					
Belo Monte Transmissora	24,50%	1.002.903	947.456	1.002.903	947.456
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	24,50%	867.833	704.990	867.833	704.990
Teles Pires Participações	24,72%	157.682	394.986	157.682	394.986
Subtotal		2.028.418	2.047.432	2.028.418	2.047.432
Coligadas					
Mata de Santa Genebra	49,90%	548.104	634.284	548.104	634.284
Chapecoense	40,00%	253.633	454.259	253.633	454.259
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	588.913	428.168	588.913	428.168
Enerpeixe	40,00%	261.789	266.309	261.789	266.309
Paranaíba	24,50%	222.169	188.675	222.169	188.675
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	199.746	182.828	199.746	182.828
Goiás Transmissão	49,00%	206.773	177.274	206.773	177.274
Retiro Baixo	49,00%	155.470	168.726	155.470	168.726
MGE Transmissão	49,00%	196.954	168.273	196.954	168.273
Transenergia Renovável	49,00%	96.112	97.461	96.112	97.461
Vale do São Bartolomeu	39,00%	89.860	79.406	89.860	79.406
Baguari Energia	30,61%	71.987	67.797	71.987	67.797
Transenergia São Paulo	49,00%	45.604	42.462	45.604	42.462
Caldas Novas Transmissão	49,90%	25.654	30.481	25.654	30.481
Lago Azul Transmissão	49,90%	22.044	29.068	22.044	29.068
Tijoa Participações e Investimentos	49,90%	28.527	24.077	28.527	24.077
Serra do Facão	54,01%	17.003	7.899	17.003	7.899
Centro de Soluções Estratégicas	-	-	201	-	201
Demais Investimentos	49,00%	-	-	659	9.014
Subtotal		3.030.342	3.047.648	3.031.001	3.056.662
Outros Investimentos					
Investimentos pelo custo de aquisição		17.193	17.712	17.193	17.712
Subtotal		17.193	17.712	17.193	17.712
Total do Investimento		5.867.941	5.526.875	5.076.612	5.121.806

13.1 – Perdas estimadas em investimentos

A Empresa estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas e Controladas em Conjunto com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Teles Pires Participações	(234.239)	-	(234.239)	-
Mata de Santa Genebra	(141.393)	(73.868)	(141.393)	(73.868)
IE Madeira	(46.096)	(155.206)	(46.096)	(155.206)
Lago Azul Transmissão	(16.652)	(7.020)	(16.652)	(7.020)
Empresa de Energia São Manoel	-	(177.516)	-	(177.516)
Inambari Geração de Energia	-	(93)	-	(93)
Total	(438.380)	(413.703)	(438.380)	(413.703)

Após Furnas obter o controle em MESA, o passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864 foi integralmente liquidado.

Provisão para Passivo a Descoberto	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2021	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Madeira Energia S.A. (MESA)	(705.864)	705.864	-
Total	(705.864)	705.864	-

13.2 – Combinação de Negócios: aquisição de controle da MESA

Em razão das divergências entre a SAESA e o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), em novembro de 2015, a SAESA, buscando declarar a responsabilidade do CCSA em relação aos custos de recomposição de lastro aos contratos de compra e venda de energia celebrados pela SAESA no âmbito da antecipação do cronograma contratual, instaurou processo de arbitragem contra o CCSA na "International Chamber of Commerce - ICC". Em fevereiro de 2022, a Corte Internacional de Arbitragem proferiu sentença desfavorável, gerando obrigações de desembolsos à SAESA.

Para atender as obrigações financeiras decorrentes da perda imposta à Santo Antônio Energia S.A (SAESA), controlada integral da MESA, Furnas, em junho de 2022, integralizou 5.494.950.237 ações ordinárias no valor de R\$ 681.374, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de

capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R\$ 901.177, totalizando o montante de R\$ 1.582.551. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%.

Em 08 de julho de 2022, foi assinado o distrato do Acordo de Acionistas da MESA, com esse ato, Furnas, que detém 72,36% do capital social, passou a ter os direitos de dirigir as atividades relevantes da Companhia, se tornando, portanto, a controladora da MESA.

A assunção do controle por Furnas, a partir do distrato do Acordo de Acionistas, se configura combinação de negócios, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios.

Com a finalidade de classificar a contraprestação da combinação de negócios, R\$ 1.582.551, valor correspondente a integralização do capital social, o patrimônio da MESA foi avaliado a valor justo, conforme quadro abaixo:

Balanco Patrimonial - MESA	Valor contábil 30/06/2022	Ajustes a valor justo	Valor justo (100,00%)	Valor justo - participação atual (72,36%)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.762.742	-	1.762.742	1.275.591
IR e CSLL diferidos	2.077.704	-	2.077.704	1.503.510
Outros Ativos	758.493	-	758.493	548.876
Imobilizado e intangível	18.991.316	1.213.000	20.204.316	14.620.651
	23.590.255	1.213.000	24.803.255	17.948.628
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	19.979.063	-	19.979.063	14.457.649
Outros Passivos	2.687.907	58.026	2.745.933	1.987.067
	22.666.970	58.026	22.724.996	16.444.716
Ativos (passivos) líquidos	923.285	1.154.974	2.078.259	1.503.912

Apesar do valor líquido de R\$ 1.503.912, destacado acima, o laudo de avaliação da Empresa demonstrou a necessidade de registro de provisão para perda, pois o valor adicionado ao ativo, resultado dos investimentos adicionais, foi inicialmente considerado parcialmente irrecuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o investimento em MESA estava com o saldo zero e com provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864, relativa ao processo de arbitragem, que foi assumida pela Empresa. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado da Empresa foi impactado em R\$ 250.551, referente a provisão para perda do investimento, reconhecida na rubrica perdas estimadas de investimento. Vide nota 31.1.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de investimento em MESA é de R\$ 604.377.

A Eletrobras estuda os planos que poderão permitir a recuperabilidade completa do valor investido, considerando, inclusive, possíveis alterações no plano de negócios da investida.



13.3 – Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Empresa:

Participações societárias e outros investimentos	CONTROLADORA							Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Incorporação TGO (b)	Aumento/ Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Participações societárias	Reversão/(Provisão) para Perda	Mais/ menos valia (c)	
Brasil Ventos	267.164	-	-	-	(79.553)	-	-	187.611
Transenergia Goiás	146.919	(157.697)	-	-	10.778	-	-	-
Belo Monte Transmissora	947.456	-	-	(33.199)	88.646	-	-	1.002.903
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	704.990	-	-	(61.799)	115.532	109.110	-	867.833
Teles Pires Participações	394.986	-	23.168	-	(26.233)	(234.239)	-	157.682
Mata de Santa Genebra	634.284	-	-	(74.570)	55.915	(67.525)	-	548.104
Chapecoense	454.259	-	-	(369.709)	169.083	-	-	253.633
Empresa de Energia São Manoel	428.168	-	-	-	(16.771)	177.516	-	588.913
Enerpeixe	266.309	-	-	-	(4.520)	-	-	261.789
Madeira Energia S.A. (MESA) (a)	-	-	668.125	-	(21.758)	-	(41.990)	604.377
Paranaíba	188.675	-	-	(10.433)	43.927	-	-	222.169
Triângulo Mineiro Transmissora	182.828	-	-	(5.145)	22.063	-	-	199.746
Goiás Transmissora	177.274	-	-	(9.188)	38.687	-	-	206.773
Retiro Baixo	168.726	-	-	(37.513)	24.257	-	-	155.470
MGE Transmissão	168.273	-	-	(8.934)	37.615	-	-	196.954
Transenergia Renovável	97.461	-	-	(13.514)	12.165	-	-	96.112
Vale de São Bartolomeu	79.406	-	-	(6.240)	16.694	-	-	89.860
Baguari Energia	67.797	-	-	(6.512)	10.702	-	-	71.987
Transenergia São Paulo	42.462	-	-	(8.720)	11.862	-	-	45.604
Caldas Novas Transmissão	30.481	-	-	(309)	(4.518)	-	-	25.654
Lago Azul Transmissão	29.068	-	-	(898)	3.506	(9.632)	-	22.044
Tijoa Participações e Investimentos	24.077	-	-	(35.274)	39.724	-	-	28.527
Serra do Facão	7.899	-	-	-	9.104	-	-	17.003
Centro de Soluções Estratégicas	201	-	(189)	(12)	-	-	-	-
Subtotal	5.509.163	(157.697)	691.104	(681.969)	556.907	(24.770)	(41.990)	5.850.748
Investimentos pelo Custo de aquisição	17.712	-	(519)	-	-	-	-	17.193
Total	5.526.875	(157.697)	690.585	(681.969)	556.907	(24.770)	(41.990)	5.867.941

(a) O saldo final do investimento em MESA está refletindo a participação de Furnas no patrimônio líquido ajustado da investida, no montante de R\$ 893.217;

(b) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7; e

(c) Refere-se ao valor excedente do passivo registrados na contabilidade da MESA, no processo de combinação de negócios, na proporção atual da participação de Furnas, referente a remensuração das provisões para litígio, com base no histórico de decisões desfavoráveis em causas que se considerava como de risco de perda possível.



Participações societárias e outros investimentos	CONTROLADORA							
	Saldo em 31/12/2020	Capitalização de AFAC	Aumento/ Redução de Capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Participações societárias	Reversão/ Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2021
Brasil Ventos	309.990	20.600	-	-	-	(63.426)	-	267.164
Transenergia Goiás	129.144	-	1.304	-	-	16.471	-	146.919
Belo Monte Transmissora	829.732	-	-	1.095	(18.982)	79.924	55.687	947.456
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	687.658	-	-	-	(66.461)	133.953	(50.160)	704.990
Teles Pires Participações	373.398	-	19.340	-	-	2.248	-	394.986
Mata de Santa Genebra	534.167	-	-	-	(13.559)	62.921	50.755	634.284
Chapecoense	373.740	-	-	-	(93.861)	174.380	-	454.259
Empresa de Energia São Manoel	434.379	-	-	-	-	(26.162)	19.951	428.168
Enerpeixe	265.711	-	-	-	1.725	(1.127)	-	266.309
Madeira Energia S.A. (MESA)	906.289	-	-	-	-	(972.661)	66.372	-
Paranaíba	173.434	-	-	-	(5.732)	20.973	-	188.675
Triângulo Mineiro Transmissora	126.654	-	-	34.220	(3.920)	25.874	-	182.828
Goiás Transmissão	212.431	-	-	-	(79.724)	44.567	-	177.274
Retiro Baixo	157.183	1.225	-	-	(3.214)	13.532	-	168.726
MGE Transmissão	137.148	-	-	-	(7.332)	38.457	-	168.273
Transenergia Renovável	116.397	-	-	-	(33.401)	14.465	-	97.461
Vale do São Bartolomeu	64.019	-	-	-	-	15.387	-	79.406
Baguari Energia	68.700	-	-	-	(16.070)	15.167	-	67.797
Transenergia São Paulo	59.320	-	-	-	(27.621)	10.763	-	42.462
Caldas Novas Transmissão	12.516	-	-	13.551	(1.375)	5.789	-	30.481
Lago Azul Transmissão	32.461	-	-	478	(2.168)	3.060	(4.763)	29.068
Tijoa Participações e Investimentos	22.630	-	-	-	(33.827)	35.274	-	24.077
Serra do Facão	22.952	-	2.106	-	-	(17.159)	-	7.899
Centro de Soluções Estratégicas	784	-	-	-	(343)	(240)	-	201
Subtotal	6.050.837	21.825	22.750	49.344	(405.865)	(367.570)	137.842	5.509.163
Investimentos pelo custo de aquisição	16.393	-	1.319	-	-	-	-	17.712
Total de Investimentos	6.067.230	21.825	24.069	49.344	(405.865)	(367.570)	137.842	5.526.875



Participações societárias e outros investimentos	CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2021	Capitização AFAC	Aumento/ Redução de Capital	Combinação de Negócios	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Participações societárias	Reversão/ Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2022
Belo Monte Transmissora	947.456	-	-	-	(33.199)	88.646	-	1.002.903
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	704.990	-	-	-	(61.799)	115.532	109.110	867.833
Teles Pires Participações	394.986	-	23.168	-	-	(26.233)	(234.239)	157.682
Mata de Santa Genebra	634.284	-	-	-	(74.570)	55.915	(67.525)	548.104
Chapecoense	454.259	-	-	-	(369.709)	169.083	-	253.633
Empresa de Energia São Manoel	428.168	-	-	-	-	(16.771)	177.516	588.913
Enerpeixe	266.309	-	-	-	-	(4.520)	-	261.789
Madeira Energia S.A. (MESA) (vide nota 13.2)	-	-	1.582.551	(1.582.551)	-	-	-	-
Paranaíba	188.675	-	-	-	(10.433)	43.927	-	222.169
Triângulo Mineiro Transmissora	182.828	-	-	-	(5.145)	22.063	-	199.746
Goiás Transmissão	177.274	-	-	-	(9.188)	38.687	-	206.773
Retiro Baixo	168.726	-	-	-	(37.513)	24.257	-	155.470
MGE Transmissão	168.273	-	-	-	(8.934)	37.615	-	196.954
Transenergia Renovável	97.461	-	-	-	(13.514)	12.165	-	96.112
Vale do São Bartolomeu	79.406	-	-	-	(6.240)	16.694	-	89.860
Baguari Energia	67.797	-	-	-	(6.512)	10.702	-	71.987
Transenergia São Paulo	42.462	-	-	-	(8.720)	11.862	-	45.604
Caldas Novas Transmissão	30.481	-	-	-	(309)	(4.518)	-	25.654
Lago Azul Transmissão	29.068	-	-	-	(898)	3.506	(9.632)	22.044
Tijoa Participações e Investimentos	24.077	-	-	-	(35.274)	39.724	-	28.527
Serra do Facão	7.899	-	-	-	-	9.104	-	17.003
Centro de Soluções Estratégicas	201	-	(189)	-	(12)	-	-	-
Demais investidas	9.014	688	-	-	-	(9.043)	-	659
Subtotal	5.104.094	688	1.605.530	(1.582.551)	(681.969)	638.397	(24.770)	5.059.419
Investimentos pelo custo de aquisição	17.712	-	(519)	-	-	-	-	17.193
Total	5.121.806	688	1.605.011	(1.582.551)	(681.969)	638.397	(24.770)	5.076.612



Participações societárias e outros investimentos	CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2020	Capitalização de AFAC	Aumento/Redução de capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Participações societárias	Reversão/ Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2021
Belo Monte Transmissora	829.732	-	-	1.095	(18.982)	79.924	55.687	947.456
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	687.658	-	-	-	(66.461)	133.953	(50.160)	704.990
Teles Pires Participações	373.398	-	19.340	-	-	2.248	-	394.986
Mata de Santa Genebra	534.167	-	-	-	(13.559)	62.921	50.755	634.284
Chapecoense	373.740	-	-	-	(93.861)	174.380	-	454.259
Empresa de Energia São Manoel	434.379	-	-	-	-	(26.162)	19.951	428.168
Enerpeixe	265.711	-	-	-	1.725	(1.127)	-	266.309
Madeira Energia S.A. (MESA)	906.289	-	-	-	-	(972.661)	66.372	-
Paranaíba	173.434	-	-	-	(5.732)	20.973	-	188.675
Triângulo Mineiro Transmissora	126.654	-	-	34.220	(3.920)	25.874	-	182.828
Goiás Transmissão	212.431	-	-	-	(79.724)	44.567	-	177.274
Retiro Baixo	157.183	1.225	-	-	(3.214)	13.532	-	168.726
MGE Transmissão	137.148	-	-	-	(7.332)	38.457	-	168.273
Transenergia Renovável	116.397	-	-	-	(33.401)	14.465	-	97.461
Vale do São Bartolomeu	64.019	-	-	-	-	15.387	-	79.406
Baguari Energia	68.700	-	-	-	(16.070)	15.167	-	67.797
Transenergia São Paulo	59.320	-	-	-	(27.621)	10.763	-	42.462
Caldas Novas Transmissão	12.516	-	-	13.551	(1.375)	5.789	-	30.481
Lago Azul Transmissão	32.461	-	-	478	(2.168)	3.060	(4.763)	29.068
Tijoa Participações e Investimentos	22.630	-	-	-	(33.827)	35.274	-	24.077
Serra do Facão	22.952	-	2.106	-	-	(17.159)	-	7.899
Centro de Soluções Estratégicas	784	-	-	-	(343)	(240)	-	201
Demais investidas	5.825	4.519	-	-	-	(1.330)	-	9.014
Subtotal	5.617.528	5.744	21.446	49.344	(405.865)	(321.945)	137.842	5.104.094
Investimentos pelo custo de aquisição	16.393	-	1.319	-	-	-	-	17.712
Total	5.633.921	5.744	22.765	49.344	(405.865)	(321.945)	137.842	5.121.806



13.4 – Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	31/12/2022									
	Chapecoense	Enepeixe	Madeira Energia S.A. (MESA)	Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total	Demais Investidas (a)	Total
Balancos Patrimoniais										
Caixa e equivalente de caixa	381.282	47.165	923.600	35	342.073	157.938	64.826	1.916.919	451.750	2.368.669
Outros ativos circulantes	161.307	76.426	895.228	365.760	55.440	132.231	290.034	1.976.426	539.887	2.516.313
Ativo financeiro e Contratual, intangível e imobilizado	2.622.923	1.522.736	18.775.964	6.703.711	1.713.031	4.137.558	8.302.060	43.777.983	12.406.180	56.184.163
Outros ativos não circulantes	62.617	147.678	2.173.174	112.908	177.120	446.247	163.528	3.283.272	816.121	4.099.393
Total Ativo	3.228.129	1.794.005	22.767.966	7.182.414	2.287.664	4.873.974	8.820.448	50.954.600	14.213.938	65.168.538
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	235.203	320.521	1.154.265	223.740	-	243.788	458.458	2.635.975	402.918	3.038.893
Outros passivos circulantes	342.475	73.720	1.416.574	410.926	225.509	137.280	127.983	2.734.467	386.585	3.121.052
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	877.391	274.228	18.887.183	1.228.829	-	2.570.228	2.546.118	26.383.977	5.019.617	31.403.594
Outros passivos não circulantes	1.138.980	471.065	1.171.397	1.588.596	2.030.675	320.243	1.594.403	8.315.359	1.219.412	9.534.771
Patrimônio Líquido	634.080	654.471	138.547	3.730.323	31.480	1.602.435	4.093.486	10.884.822	7.185.406	18.070.228
Total Passivo	3.228.129	1.794.005	22.767.966	7.182.414	2.287.664	4.873.974	8.820.448	50.954.600	14.213.938	65.168.538
Demonstrações dos Resultados										
(+) Receita Líquida	1.203.128	289.224	4.137.130	735.154	385.005	916.260	954.985	8.620.886	1.974.517	10.595.403
(-) Custo da Operação	(382.528)	(184.963)	(3.450.424)	(35.361)	(165.628)	(763.587)	(127.544)	(5.110.035)	(631.084)	(5.741.119)
Lucro Bruto	820.600	104.261	686.706	699.793	219.377	152.673	827.441	3.510.851	1.343.433	4.854.284
(-/+) Despesas / receitas operacionais	(7.364)	(6.064)	(160.228)	8.646	(5.083)	(19.813)	(18.031)	(207.937)	(85.916)	(293.853)
(+) Receita financeira	58.616	14.654	361.215	59.733	32.140	36.652	40.058	603.068	125.070	728.138
(-) Despesa financeira	(234.195)	(129.960)	(3.601.327)	(167.427)	(227.192)	(294.652)	(333.521)	(4.988.274)	(600.042)	(5.588.316)
Lucro antes dos impostos	637.657	(17.109)	(2.713.634)	600.745	19.242	(125.140)	515.947	(1.082.292)	782.545	(299.747)
(-) Impostos sobre o lucro	(214.949)	5.808	(222.408)	(129.188)	(2.392)	19.019	(155.925)	(700.035)	(183.050)	(883.085)
Lucro Líquido (Prejuízo)	422.708	(11.301)	(2.936.042)	471.557	16.850	(106.121)	360.022	(1.782.327)	599.495	(1.182.832)
Outras informações:										
Depreciação e amortização	(143.505)	(60.355)	(872.657)	(1.023)	(40.395)	(182.622)	(1.482)	(1.302.039)	(57.566)	(1.359.605)

(a) Saldo de Ativo financeiro e contratual, intangível e imobilizado composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R\$ 3.064.404), Mata de Santa Genebra (R\$ 3.193.169) e Paranaíba (R\$ 1.713.204).



	31/12/2021									
	Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia S.A. (MESA)	Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total	Demais Investidas	Total
Balancos Patrimoniais										
Caixa e equivalente de caixa	209.790	31.419	179.644	33	204.522	83.423	43.086	751.917	332.477	1.084.394
Outros ativos circulantes	281.247	104.699	748.095	362.179	56.788	123.923	289.347	1.966.278	807.472	2.773.750
Ativo financeiro e Contratual, intangível e imobilizado	2.699.904	1.582.649	19.372.838	6.522.199	1.808.978	4.311.630	8.032.607	44.330.805	12.135.618	56.466.423
Outros ativos não circulantes	60.963	148.207	3.913.258	132.750	157.988	395.256	146.861	4.955.283	620.103	5.575.386
Total Ativo	3.251.904	1.866.974	24.213.835	7.017.161	2.228.276	4.914.232	8.511.901	52.004.283	13.895.670	65.899.953
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	137.959	116.566	657.478	251.667	-	147.926	439.287	1.750.883	387.401	2.138.284
Outros passivos circulantes	303.512	93.519	1.651.905	358.355	214.309	145.897	106.880	2.874.377	399.256	3.273.633
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	642.698	528.916	18.033.021	1.387.238	-	2.695.923	2.676.660	25.964.456	5.059.039	31.023.495
Outros passivos não circulantes	1.032.089	462.200	2.379.394	1.508.892	1.999.343	309.282	1.421.899	9.113.099	1.012.457	10.125.556
Patrimônio Líquido	1.135.646	665.773	1.492.037	3.511.009	14.624	1.615.204	3.867.175	12.301.468	7.037.517	19.338.985
Total Passivo	3.251.904	1.866.974	24.213.835	7.017.161	2.228.276	4.914.232	8.511.901	52.004.283	13.895.670	65.899.953
Demonstrações dos Resultados										
(+) Receita Líquida	1.068.277	421.390	3.757.969	920.715	384.502	833.258	896.974	8.283.085	1.941.719	10.224.804
(-) Custo da Operação	(168.460)	(275.559)	(2.291.671)	(32.251)	(105.510)	(625.440)	(82.719)	(3.581.610)	(650.204)	(4.231.814)
Lucro Bruto	899.817	145.831	1.466.298	888.464	278.992	207.818	814.255	4.701.475	1.291.515	5.992.990
(-) Despesas operacionais	(21.451)	(7.822)	(80.547)	(19.245)	(4.832)	(24.738)	(15.660)	(174.295)	(62.633)	(236.928)
(+) Receita financeira	18.592	13.791	265.048	25.551	(7.528)	7.913	16.000	339.367	38.949	378.316
(-) Despesa financeira	(240.055)	(182.455)	(3.475.505)	(185.910)	(321.643)	(155.012)	(324.403)	(4.884.983)	(565.293)	(5.450.276)
Lucro antes dos impostos	656.903	(30.655)	(1.824.706)	708.860	(55.011)	35.981	490.192	(18.436)	702.538	684.102
(-) Impostos sobre o lucro	(220.952)	27.838	1.812.320	(162.114)	23.236	(26.887)	(163.971)	1.289.470	(151.577)	1.137.893
Lucro Líquido (Prejuízo)	435.951	(2.817)	(12.386)	546.746	(31.775)	9.094	326.221	1.271.034	550.961	1.821.995
Outras informações:										
Depreciação e amortização	(162.453)	(65.004)	(869.997)	(5.336)	(44.024)	(170.817)	(805)	(1.318.436)	(131.282)	(1.449.718)

13.5 – Capital Circulante Líquido de controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas

- (a) MESA – Tem por objetivo principal a geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2022, apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 752.011 (R\$ 1.381.644 em 31 de dezembro de 2021).

Controladas em conjunto e coligadas

- (b) Furnas detém participações nas empresas Enerpeixe, Teles Pires Participações e Chapecoense, que apresentaram em 31 de dezembro de 2022 capital circulante líquido negativo de R\$ 271.746, R\$ 90.899 e R\$ 35.089, respectivamente (R\$ 73.967, R\$ 86.477 negativos, e R\$ 49.566 positivo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

13.6 – Ajuste de política contábil na SPE Serra do Facão Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2022, Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Facão Energia S.A., no montante de R\$ 103.340 (R\$ 110.105 em 31 de dezembro de 2021), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa entidade para a elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

Prática Contábil

A Empresa avalia seus investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, vide nota 4.5, e os outros investimentos em participações societárias pelo valor justo.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Empresa são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos, vide nota 4.5.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2021	Incorporação TGO (a)	Adição/Constituição	Baixas/Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Aquisição MESA (b)	Adição/Constituição	Baixas/Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço														
Barragens, reservatórios e adutoras	2.899.326	-	-	(66.205)	(85.756)	58.864	2.806.229	2.899.326	6.506.951	-	(122.856)	(275.487)	302.773	9.310.708
Edificações, obras civis e benfeitorias	483.177	-	-	(13.331)	(40.725)	44.380	473.501	484.409	3.532.292	-	(13.415)	(110.321)	44.601	3.937.566
Máquinas e equipamentos	2.061.744	15	-	(132.696)	(125.168)	1.207.771	3.011.666	2.664.927	7.329.149	-	(138.218)	(320.642)	1.216.128	10.751.344
Outros (d)	625.779	13	-	(71.400)	(4.347)	6.739	556.784	623.271	348.979	3.122	(69.660)	(11.578)	31.114	925.249
Perda estimada por irrecurperabilidade de ativos (Impairment)	(447.541)	-	(285.230)	70.302	-	-	(662.469)	(520.893)	-	(287.874)	75.967	-	-	(732.800)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(289.268)	-	-	-	6.667	-	(282.601)	(289.268)	-	-	-	6.667	-	(282.601)
	5.333.217	28	(285.230)	(213.330)	(249.329)	1.317.754	5.903.110	5.861.772	17.717.371	(284.752)	(268.182)	(711.360)	1.594.616	23.909.465
Imobilizado em curso	1.109.518	4.762	368.630	-	-	(933.898)	549.012	1.132.419	141.896	674.224	(9.713)	-	(1.205.971)	732.855
Direito de Uso	1.109.518	4.762	368.630	-	-	(933.898)	549.012	1.132.419	141.896	674.224	(9.713)	-	(1.205.971)	732.855
Imobilizado em serviço														
Edificações, obras civis e benfeitorias	87.909	-	-	-	(15.328)	(2.103)	70.478	87.909	2.023	-	(84)	(15.267)	(2.103)	72.478
Máquinas e equipamentos	-	-	13.294	-	(4.496)	2.103	10.901	-	-	13.294	-	(4.496)	2.075	10.873
	87.909	-	13.294	-	(19.824)	-	81.379	87.909	2.023	13.294	(84)	(19.763)	(28)	83.351
Total	6.530.644	4.790	96.694	(213.330)	(269.153)	383.856 (c)	6.533.501	7.082.100	17.861.290	402.766	(277.979)	(731.123)	388.617 (c)	24.725.671

(a) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7;

(b) Furnas realizou a aquisição de controle de MESA em julho de 2022, vide nota explicativa 13.2;

(c) O montante se refere a recomposição do ativo de geração, que deixou de ser tratado como Ativo Financeiro e passou a ser Ativo Imobilizado em função da descotização; e

(d) Outros é composto por: terrenos, veículos e móveis e utensílios.

	CONTROLADORA					CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2020	Adição/Constituição	Baixas/Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Adição/Constituição	Baixas/Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2021	
Imobilizado em serviço													
Barragens, reservatórios e adutoras	2.955.275	-	-	(84.870)	28.921	2.899.326	2.955.275	-	-	(84.870)	28.922	2.899.327	
Edificações, obras civis e benfeitorias	519.704	-	-	(40.300)	3.773	483.177	519.704	-	-	(40.379)	5.084	484.409	
Máquinas e equipamentos	2.141.759	-	(1.529)	(116.934)	38.448	2.061.744	2.141.762	117	(1.532)	(165.261)	689.813	2.664.899	
Outros	625.929	-	(85)	(4.059)	3.994	625.779	625.950	-	(85)	(4.100)	3.777	625.542	
Perda estimada por irreversibilidade de ativos (<i>Impairment</i>)	(720.036)	-	272.495	-	-	(447.541)	(791.306)	(4.726)	272.495	-	-	(523.537)	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(308.616)	-	12.670	6.678	-	(289.268)	(308.616)	-	12.670	6.678	-	(289.268)	
	5.214.015	-	283.551	(239.485)	75.136	5.333.217	5.142.769	(4.609)	283.548	(287.932)	727.596	5.861.372	
Imobilizado em curso	776.071	407.405	-	-	(73.958)	1.109.518	1.462.019	407.430	(8.389)	-	(728.241)	1.132.819	
Direito de Uso	776.071	407.405	-	-	(73.958)	1.109.518	1.462.019	407.430	(8.389)	-	(728.241)	1.132.819	
Imobilizado em serviço													
Máquinas e equipamentos	97.271	-	5.291	(14.653)	-	87.909	97.291	-	5.292	(14.654)	(20)	87.909	
	97.271	-	5.291	(14.653)	-	87.909	97.291	-	5.292	(14.654)	(20)	87.909	
Total	6.087.357	407.405	288.842	(254.138)	1.178	6.530.644	6.702.079	402.821	280.451	(302.586)	(665)	7.082.100	

14.1 – Taxa média de depreciação e custo histórico

CONTROLADORA										
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	31/12/2022			Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	31/12/2021		
			Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido			Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido
Barragens, reservatórios e adutoras	2,69%	4.098.406	(1.292.177)	-	2.806.229	1,79%	4.602.799	(1.703.473)	-	2.899.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,97%	1.308.532	(835.031)	-	473.501	1,95%	1.369.299	(886.122)	-	483.177
Máquinas e equipamentos	4,65%	4.300.059	(1.288.393)	-	3.011.666	4,94%	3.789.502	(1.727.759)	-	2.061.743
Outros		604.709	(47.925)	-	556.784		700.336	(74.556)	-	625.780
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)		-	-	(662.469)	(662.469)		-	-	(447.541)	(447.541)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão		(308.197)	25.596	-	(282.601)		(289.268)	-	-	(289.268)
		10.003.509	(3.437.930)	(662.469)	5.903.110		10.172.668	(4.391.910)	(447.541)	5.333.217
Imobilizado em curso		549.012	-	-	549.012		1.109.518	-	-	1.109.518
Direito de Uso		549.012	-	-	549.012		1.109.518	-	-	1.109.518
Imobilizado em serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,20%	115.095	(44.617)	-	70.478	12,20%	120.110	(32.201)	-	87.909
Máquinas e equipamentos	14,78%	18.309	(7.408)	-	10.901		-	-	-	-
		133.404	(52.025)	-	81.379		120.110	(32.201)	-	87.909
Total		10.685.925	(3.489.955)	(662.469)	6.533.501		11.402.296	(4.424.111)	(447.541)	6.530.644

CONSOLIDADO										
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	31/12/2022			Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	31/12/2021		
			Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido			Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido
Barragens, reservatórios e adutoras	3,07%	13.078.989	(3.768.282)	-	9.310.708	1,79%	4.602.799	(1.703.473)	-	2.899.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,40%	6.076.203	(2.138.637)	-	3.937.566	1,95%	1.370.610	(886.201)	-	484.409
Máquinas e equipamentos	4,28%	14.956.113	(4.204.769)	-	10.751.344	4,94%	4.440.394	(1.775.467)	-	2.664.927
Outros		899.653	25.596	-	925.249		698.105	(74.834)	-	623.271
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos		-	-	(732.800)	(732.800)		-	-	(520.893)	(520.893)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão		(143.221)	(139.381)	-	(282.601)		(289.268)	-	-	(289.268)
		34.867.737	(10.225.472)	(732.800)	23.909.465		10.822.640	(4.439.975)	(520.893)	5.861.772
Imobilizado em curso		732.855	-	-	732.855		1.132.419	-	-	1.132.419
Direito de Uso		732.855	-	-	732.855		1.132.419	-	-	1.132.419
Imobilizado em serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	14,78%	117.214	(44.736)	-	72.478		-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	14,78%	18.281	(7.408)	-	10.873	12,20%	120.110	(32.201)	-	87.909
		135.495	(52.144)	-	83.351		120.110	(32.201)	-	87.909
Total		35.736.087	(10.277.616)	(732.800)	24.725.671		12.075.169	(4.472.176)	(520.893)	7.082.100

Prática Contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Empresa. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. Furnas considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Empresa não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide nota 9.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Em junho de 2022, a Empresa celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021.

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2021	Incorporação da TGO (a)	Adição/ Constituição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Aquisição da MESA (b)	Adição/ Constituição	Baixas/ Reversões	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço													
Concessões (c)	-	-	20.398.738	(90.567)	-	20.308.171	-	880.584	20.398.738	-	(107.989)	-	21.171.333
Uso do Bem Público	29.476	-	-	(1.349)	-	28.127	29.478	134.741	-	-	(4.009)	-	160.210
Servidões	-	-	-	-	-	-	6.776	8.054	-	-	(159)	-	14.671
Software	37.736	-	-	(14.592)	6.488	29.632	37.751	463	3	-	(14.769)	6.708	30.156
Repactuação do Risco Hidrológico	898.254	-	-	(57.772)	-	840.482	898.253	-	-	-	(57.772)	-	840.481
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.914)	-	-	-	(31.914)
Outros	-	181	-	-	-	181	32.979	101.740	10.723	(7.754)	(12.691)	9.531	134.528
	965.466	181	20.398.738	(164.280)	6.488	21.206.593	1.005.237	1.125.582	20.377.550	(7.754)	(197.389)	16.239	22.319.465
Intangível em curso													
Software	13.810	-	3.534	-	(3.012)	14.332	13.816	4.448	15.839	-	-	(12.720)	21.383
Outros	-	(167)	-	-	-	(167)	156.819	-	33.276	(5.002)	-	-	185.093
	13.810	(167)	3.534	-	(3.012)	14.165	170.635	4.448	49.115	(5.002)	-	(12.720)	206.476
Total	979.276	14	20.402.272	(164.280)	3.476	21.220.758	1.175.872	1.130.030	20.426.665	(12.756)	(197.389)	3.519	22.525.941

(a) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7;

(b) Furnas realizou a aquisição de controle de MESA em julho de 2022, vide nota explicativa 13.2; e

(c) Foram celebrados novos contratos de concessão em decorrência da Lei nº 14.182/2021, que possibilitaram a alteração do regime de exploração para produção independente das usinas cotistas (descotização), nos termos da Lei nº 9.074/1995.



CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA

	CONTROLADORA					CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço											
Uso do Bem Público	28.342	2.276	(1.140)	-	29.478	28.342	2.276	-	(1.140)	-	29.478
Servidões	-	-	-	-	-	6.776	-	-	-	-	6.776
Software	46.228	-	(14.454)	5.960	37.734	21.064	51	(1.342)	(9.061)	27.039	37.751
Repactuação do Risco Hidrológico	59.015	864.084	(24.846)	-	898.253	59.015	864.084	-	(24.846)	-	898.253
Outros	-	-	-	-	-	18.401	45	(1.172)	(7.915)	23.621	32.980
	133.585	866.360	(40.440)	5.960	965.465	133.598	866.456	(2.514)	(42.962)	50.660	1.005.238
Intangível em curso											
Software	14.365	4.074	-	(4.628)	13.811	14.365	4.074	-	-	(4.628)	13.811
Outros	-	-	-	-	-	183.103	18.420	-	-	(44.700)	156.823
	14.365	4.074	-	(4.628)	13.811	197.468	22.494	-	-	(49.328)	170.634
Total	147.950	870.434	(40.440)	1.332	979.276	331.066	888.950	(2.514)	(42.962)	1.332	1.175.872

15.1 – Taxa média de amortização e custo histórico

	CONTROLADORA							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Intangível em serviço								
Concessões (a)	3,33%	20.398.740	(90.569)	20.308.171	-	-	-	-
Uso do Bem Público	3,30%	40.812	(12.685)	28.127	3,30%	40.814	(11.336)	29.478
Software	24,21%	217.282	(187.469)	29.813	20,00%	210.612	(172.877)	37.735
Repactuação do Risco Hidrológico	3,52%	987.838	(147.356)	840.482	8,18%	987.838	(89.585)	898.253
		21.644.672	(438.079)	21.206.593		1.239.264	(273.798)	965.466
Intangível em curso								
Software		14.165	-	14.165		13.810	-	13.810
		14.165	-	14.165		13.810	-	13.810
Total		21.658.837	(438.079)	21.220.758		1.253.074	(273.798)	979.276



CONSOLIDADO

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Intangível em serviço								
Concessões (a)	3,33%	21.305.176	(133.846)	21.171.330	-	-	-	-
Uso do Bem Público	3,30%	240.153	(79.943)	160.210	3,30%	40.814	(11.336)	29.478
Servidões	3,07%	17.002	(2.331)	14.671	3,07%	8.948	(2.172)	6.776
Software	24,21%	248.112	(217.956)	30.156	20,00%	205.833	(176.201)	29.632
Repactuação do Risco Hidrológico	3,52%	987.837	(147.356)	840.481	8,18%	987.838	(98.584)	889.254
Outros	18,34%	175.828	(41.297)	134.531	18,34%	29.186	20.912	50.098
Perda estimada por irrecoverabilidade de ativos (Impairment)	-	-	-	(31.914)	-	-	-	-
		22.974.108	(622.729)	22.319.465		1.272.619	(267.381)	1.005.238
Intangível em curso								
Software		21.383	-	21.383		170.634	-	170.634
Outros		185.093	-	185.093		-	-	-
		206.476	-	206.476		170.634	-	170.634
Total		23.180.584	(622.729)	22.525.941		1.443.253	(267.381)	1.175.872

(a) A taxa de amortização aplicada para os ativos vinculadas a lei da privatização segue os seguintes parâmetros: Usinas não cotistas - Linear até o fim do contrato e Usinas cotistas - Na proporção de descotização conforme CNPE no 015/2021.

O fluxo de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
289.971	398.804	507.638	616.472	725.305	362.653

Prática Contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

O intangível da Empresa é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica além dos prazos originais das concessões, que foram adquiridos no processo de repactuação do risco hidrológico, ocorrido em 2021, e no processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

O custo inicial dos intangíveis provenientes da repactuação do risco hidrológico foi formado com base no valor presente líquido, calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, originado pelo prazo estendido para as concessões. A amortização desse custo será linear, considerando o prazo estendido para as concessões.

O custo inicial dos intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras foi formado com base no valor das obrigações e indenizações determinadas pela Lei 14.182/2021, vide nota 1.1.1. Os intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras serão amortizados de forma progressiva, de acordo com a projeção de evolução das receitas associadas.



NOTA 16 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Empresa estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Unidades Geradoras de Caixa (UGC): Definido pela Empresa que cada contrato de concessão é uma UGC;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,82% e 5,58% para o segmento de geração, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 5,16% e 7,93%;
- Receitas: Projeção preparado pelo órgão Departamento de Risco e Estratégia de Comercialização de Energia (DEN.R) para o cenário vinculado as bases contratuais, normas regulatórias, fatos inerentes ao negócio com a comercialização de energia e efeitos da Lei nº 14.182/21;
- Investimentos: Projeção com base no plano de investimento tendo como destaque CAPEX (*Capital Expenditure*) de manutenção corrigidos com o indexador IPCA;
- Impostos sobre receita: Aplicação dos impostos sobre a receita (ICMS, PIS e COFINS), os encargos do setor (Reserva de Reversão Global - RGR, Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, Encargo de Uso do Sistema de Transmissão - EUST, Taxa de fiscalização, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D);
- Uso do Bem Público (UBP): Aplicação da obrigação contratual para as UGC de UHE Batalha e UHE Simplício;
- PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros): Aplicação com projeção com base no orçamento de 2022;
- Capital de Giro – Aplicação no fluxo projeção do uso do capital de giro por UGC com base no balanço de 30/07/2022;
- Depreciação: Aplicação da taxa da ANEEL;
- Amortização: Aplicação para ativos GSF efeitos das Resoluções Homologatórias - REH's nº 2.919/2021 e 2.932/2021, e para ativos da Lei nº 14.182/2021 os parâmetros do Anexo II da resolução CNPE nº 30 21/12/2021; e
- Imposto sobre lucro: Aplicação do imposto de lucro e contribuição social sobres resultados apurados de cada UGC.

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irrecoverabilidade de ativos (*impairment*) no exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado	(662.469)	(444.897)	(732.800)	(520.893)
Intangível	-	-	(31.914)	-
Total	(662.469)	(444.897)	(764.714)	(520.893)

A movimentação das perdas estimadas por irrecoverabilidade de ativos é como segue:



CONTROLADORA				
Unidade geradora de caixa	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
UTE Santa Cruz	(279.379)	(287.874)	-	(567.253)
UHE Batalha	(148.953)	-	70.302	(78.651)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	-	(16.565)
Total	(444.897)	(287.874)	70.302	(662.469)

CONTROLADORA			
Unidade geradora de caixa	31/12/2020	Reversões	31/12/2021
UTE Santa Cruz	(402.769)	123.390	(279.379)
UHE Batalha	(298.058)	149.105	(148.953)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
Total	(717.392)	272.495	(444.897)

CONSOLIDADO				
Unidade geradora de caixa	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
UTE Santa Cruz	(279.379)	(287.874)	-	(567.253)
UHE Batalha	(148.953)	-	70.302	(78.651)
Brasil Ventos	(75.996)	(31.914)	5.665	(102.245)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	-	(16.565)
Total	(520.893)	(319.788)	75.967	(764.714)

CONSOLIDADO			
Unidade geradora de caixa	31/12/2020	Reversões	31/12/2021
UTE Santa Cruz	(402.769)	123.390	(279.379)
UHE Batalha	(298.058)	149.105	(148.953)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
Brasil Ventos	(75.996)	-	(75.996)
Total	(793.388)	272.495	(520.893)

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Empresa em 31 de dezembro de 2022:

a) principais efeitos no resultado das UGC's nos comparativos entre exercício atual e anterior:

- I. Variação positiva em todas as UGC das UHE's prorrogadas pela lei 14.182/2021;
- II. Pequeno aumento para UGC UHE Batalha reflexo da queda na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e aumento na receita por extensão na concessão;
- III. O aumento do *Impairment*, é devido ao aumento de investimento na UTE Santa Cruz. Os demais impactos foram ocasionados pelo atraso na operação comercial do ciclo combinado e aumento do custo variável unitário em função do aumento expressivo do gás, impactando no despacho da usina; e
- IV. A controlada Brasil Ventos constituiu um *Impairment* na UGC do projeto geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. por falta de expectativa de geração de receitas na unidade, ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica. Houve também uma reversão de *Impairment* na controlada, devido a atualização das premissas de cálculo do Plano de Negócios do Complexo Eólico Fortim.

b) Conclusão com a aplicabilidade do teste:

- I. Contabilização da reversão no valor R\$ 70.302 para UGC UHE Batalha;
- II. Contabilização da provisão no valor de R\$ 287.874 para UGC UTE Santa Cruz, montante adicionado de *impairment* refere-se principalmente ao aumento expressivo do gás, impactando assim o seu custo variável unitário (CVU) e, por consequência, o despacho da usina pelo ONS;
- III. Consolidação de provisão no valor de R\$ 31.914 para a UGC Eólica Ventos de Angelim S.A. (Brasil Ventos), devido a avaliação da unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Eólica



Ventos de Angelim S.A., quanto aos aspectos do *impairment* e, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, constituiu provisão no montante de R\$ 31.914; e

- IV. Consolidação da reversão no valor de R\$ 5.665 para as UGCs que compõe o Complexo Eólico Fortim (Brasil Ventos).

Prática Contábil

A Empresa avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, Furnas admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com a taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Empresa, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que Furnas iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

NOTA 17 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Bens Materiais e Serviços	582.943	354.481	619.709	355.713
Energia Comprada para Revenda	256.071	303.224	427.387	303.224
CCEE - Energia de curto prazo	3.412	3.099	12.543	3.099
Outros	8.937	6.236	8.937	6.236
	851.363	667.040	1.068.576	668.272

Em julho de 2022, ocorreu a obtenção de controle da MESA, que acrescentou um montante R\$216.429 em 31 de dezembro de 2022 em Fornecedores.

A Empresa e suas controladas não possuem operação de risco sacado.

Prática Contábil

As obrigações com os fornecedores da Empresa são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

**NOTA 18 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos por Furnas e suas controladas é divulgada a seguir:

CONTROLADORA						
31/12/2022			31/12/2021			
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
BID	Taxa flutuante base US\$ x SOFR(a)	40.214	315.109	Taxa flutuante base US\$ x Libor	42.349	379.146
		40.214	315.109		42.349	379.146
Moeda Nacional						
Eletrobras	6% a.a. + 1% tx. adm.	45.856	339.591	6% a.a. + 1% tx. adm.	119.913	359.592
Eletrobras	119,5% CDI	69.240	-	119,5% CDI	74.562	62.135
BNDES	TJLP + 1,91% a.a.	78.785	201.153	TJLP + 1,91% a.a.	78.386	276.937
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	4.399	11.231	TJLP + 2,18% a.a.	4.378	15.461
BNDES	TJLP + 3% a.a.	19.799	39.183	TJLP + 3% a.a.	19.718	58.324
BNDES	TJLP + 2,45 e 2,85% a.a.	20.780	111.709	TJLP + 2,45 e 2,85% a.a.	20.670	131.034
Banco do Brasil (Aditivo)	107,3% e 132% CDI	211.286	-	107,3% e 132% CDI	254.446	208.333
Banco do Brasil	115% CDI	56.872	-	115% CDI	54.851	50.000
Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	4.670	600.000	CDI + 2,3% a.a.	3.673	600.000
Banco do Brasil	CDI + 2,0% a.a.	1.762	1.500.000	CDI + 2,0% a.a.	-	-
Banco do Brasil	CDI + 1,65% a.a.	47.488	500.000	CDI + 1,65% a.a.	-	-
CEF	113,7% CDI	182.391	-	113,7% CDI	180.026	166.667
CEF	141% CDI	-	-	141% CDI	177.708	-
CEF - Finame	2,5% a.a. + TJLP	-	-	2,5% a.a. + TJLP	24	-
CEF - Finame	8,7% a.a.	-	-	8,7% a.a.	80	-
Bradesco	CDI + 2,0898% a.a.	1.788	300.000	CDI + 2,0898% a.a.	1.409	300.000
Itaú	CDI + 2,28% a.a.	5.671	500.000	CDI + 2,28% a.a.	4.017	500.000
Itaú	CDI + 1,60% a.a.	49.608	500.000	CDI + 1,60% a.a.	-	-
BASA	122,84% CDI	1.000	200.000	122,84% CDI	770	200.000
Banco BTG	CDI + 2,3% a.a.	150.805	-	CDI + 2,3% a.a.	151.850	140.000
State Grid	10% a.a.	47.427	289.670	10% a.a.	45.598	323.800
Finep Sub A	3,5% a.a.	-	-	3,5% a.a.	9.663	8.832
Finep Sub B	5% a.a. + TJLP	-	-	5% a.a. + TJLP	13.983	12.777
Finep 2019	5% a.a. + TJLP	1.040	5.544	5% a.a. + TJLP	694	6.518
FIDC Imperium	108% CDI	228.175	41.220	108% CDI	194.982	269.100
		1.228.842	5.139.301		1.411.401	3.689.510

CONTROLADORA						
31/12/2022			31/12/2021			
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
1ª Emissão – Série 1	117,6% do CDI	155.786	150.001	117,6% do CDI	95.607	360.000
1ª Emissão – Série 2	IPCA + 4,08% a.a.	2.464	952.777	IPCA + 4,08% a.a.	2.340	897.225
		158.250	1.102.778		97.947	1.257.225
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		1.427.306	6.557.188		1.551.697	5.325.881



CONSOLIDADO						
	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
BID	Taxa flutuante base US\$ x SOFR(a)	40.214	315.109	Taxa flutuante base US\$ x Libor	42.349	379.146
		40.214	315.109		42.349	379.146
Moeda Nacional						
Eletrobras	6% a.a. + 1% tx. adm.	45.856	339.591	6% a.a. + 1% tx. adm.	119.913	359.592
Eletrobras	119,5% CDI	69.240	-	119,5% CDI	74.562	62.135
BNDES	TJLP + 1,91% a.a.	78.785	201.153	TJLP + 1,91% a.a.	78.386	276.937
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	4.399	11.231	TJLP + 2,18% a.a.	4.378	15.461
BNDES	TJLP + 3% a.a.	19.799	39.183	TJLP + 3% a.a.	19.718	58.324
BNDES	TJLP + 2.45 e 2,85% a.a.	20.780	111.709	TJLP + 2.45 e 2,85% a.a.	20.670	131.034
Banco do Brasil (Aditivo)	107,3% e 132% CDI	211.286	-	107,3% e 132% CDI	254.446	208.333
Banco do Brasil	115% CDI	56.872	-	115% CDI	54.851	50.000
Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	4.670	600.000	CDI + 2,3% a.a.	3.673	600.000
Banco do Brasil	CDI + 2,0% a.a.	1.762	1.500.000	CDI + 2,0% a.a.	-	-
Banco do Brasil	CDI + 1,65% a.a.	47.488	500.000	CDI + 1,65% a.a.	-	-
CEF	113,7% CDI	182.391	-	113,7% CDI	180.026	166.667
CEF	141% CDI	-	-	141% CDI	177.708	-
CEF - Finame	2,5% a.a. + TJLP	-	-	2,5% a.a. + TJLP	24	-
CEF - Finame	8,7% a.a.	-	-	8,7% a.a.	80	-
Bradesco	CDI + 2,0898% a.a.	1.788	300.000	CDI + 2,0898% a.a.	1.409	300.000
Itaú	CDI + 2,28% a.a.	5.671	500.000	CDI + 2,28% a.a.	4.017	500.000
Itaú	CDI + 1,60% a.a.	49.608	500.000	CDI + 1,60% a.a.	-	-
BASA	122,84% CDI	1.000	200.000	122,84% CDI	770	200.000
Banco BTG	CDI + 2,3% a.a.	150.805	-	CDI + 2,3% a.a.	151.850	140.000
State Grid	10% a.a.	47.427	289.670	10% a.a.	45.598	323.800
Finep Sub A	3,5% a.a.	-	-	3,5% a.a.	9.663	8.832
Finep Sub B	5% a.a. + TJLP	-	-	5% a.a. + TJLP	13.983	12.777
Finep 2019	5% a.a. + TJLP	1.040	5.544	5% a.a. + TJLP	694	6.518
FIDC Imperium	108% CDI	228.175	41.220	108% CDI	194.982	269.100
Banco do Nordeste do Brasil	2,74% a.a.	35.605	456.154	2,74% a.a.	34.576	469.898
BNDES (b)	IPCA + 7% a.a.	300.227	6.349.807	-	-	-
Banco do Brasil (b)	IPCA + 7,87% a.a.	59.172	1.313.131	-	-	-
Banco do Nordeste do Brasil (b)	IPCA + 7,87% a.a.	29.481	654.219	-	-	-
CEF (b)	IPCA + 7,87% a.a.	105.925	2.350.637	-	-	-
Bradesco (b)	IPCA + 7,87% a.a.	36.016	799.259	-	-	-
Itaú (b)	IPCA + 7,87% a.a.	14.301	317.360	-	-	-
BASA (b)	IPCA + 7,87% a.a.	14.386	319.241	-	-	-
BASA FNO (b)	10% a.a.	50.302	431.510	-	-	-
Santander (b)	IPCA + 7,87% a.a.	37.076	822.789	-	-	-
Haitong (b)	IPCA + 7,87% a.a.	8.475	188.068	-	-	-
		1.919.808	19.141.476		1.445.977	4.159.408



	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
1ª Emissão – Série 1	117,6% do CDI	155.786	150.001	117,6% do CDI	95.607	360.000
1ª Emissão – Série 2	IPCA + 4,08% a.a.	2.464	952.777	IPCA + 4,08% a.a.	2.340	897.225
1ª Emissão - Séries 1 e 2 - MESA (b)	IPCA + 6,5% a.a.	145.793	5.067.260	-	-	-
2ª Emissão - MESA (b)	IPCA + 6,2% a.a.	-	-	-	-	-
3ª Emissão - Série 2 - MESA (b)	IPCA + 7,49% a.a.	353.111	273.902	-	-	-
		657.154	6.443.940		97.947	1.257.225
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		2.617.176	25.900.525		1.586.273	5.795.779

- (a) Em função da descontinuidade da taxa LIBOR, o BID solicitou a seus mutuários a substituição pela taxa SOFR. Em novembro/2021, concluiu-se o aditamento ao Contrato de Empréstimo nº2549/OC-BR sendo que a referida taxa SOFR será implementada no aludido contrato a partir de 15 de junho de 2022.
- (b) Furnas realizou a aquisição de controle de MESA em julho de 2022, vide nota explicativa 13.2. O montante total da consolidação de MESA em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 20.041.448.

18.1 – Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	6.877.578	7.142.645	7.382.052	7.644.618
Aquisição MESA (a)	-	-	19.979.061	-
Captação	2.500.000	1.606.057	2.500.000	1.606.057
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	916.258	589.453	1.733.912	652.677
Juros Pagos	(757.566)	(365.571)	(1.276.861)	(425.696)
Amortização do Principal	(1.546.596)	(2.097.672)	(1.796.604)	(2.098.271)
Custos incorridos e pagos	(7.641)	-	(7.641)	-
Custos de transação apropriado	2.461	2.666	3.782	2.667
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	7.984.494	6.877.578	28.517.701	7.382.052

- (a) Furnas realizou a aquisição de controle de MESA em julho de 2022, vide nota explicativa 13.2. O montante total da consolidação de MESA é de R\$ 20.041.448 em 31 de dezembro de 2022.

Captação de recursos

Furnas realizou a captação de recursos no montante de R\$ 2.500.000, por meio de 3 operações junto às seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,60% a.a. e prazo de pagamento em 2 anos, captação feita em maio de 2022; (ii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,65% a.a. e prazo de pagamento em 2 anos, captação feita em maio de 2022; e (iii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.500.000, taxa de juros de CDI + 2,0% a.a. e prazo de pagamento em 7 anos, captação feita em junho de 2022. Os recursos obtidos por meio dessas captações serão destinados ao cumprimento do programa de investimentos de 2022, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo tem seu vencimento assim programado:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Controladora	1.683.806	931.452	1.313.911	993.510	1.634.509	6.557.188
Consolidado	2.388.886	1.421.562	1.890.316	1.656.950	18.542.811	25.900.525

18.2 – Garantias

O montante garantido para as controladas é de R\$ 12.680.131, em 31 de dezembro de 2022, e é apresentado no quadro abaixo.

EMPRESAS CONTROLADAS				
Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	2.605.164	17/09/2040
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	855.469	17/09/2040
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	2.779.345	17/09/2040
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	895.273	17/09/2040
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	258.365	10/12/2030
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	111.827	27/12/2022
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio (a)	331.709	15/04/2024
Eletrobras	SPE	Teles Pires	286.422	15/02/2036
Eletrobras	SPE	Teles Pires	282.666	15/02/2036
Eletrobras	SPE	Teles Pires	121.628	30/05/2032
Eletrobras	SPE	Caldas Novas Transmissão	2.467	15/03/2028
Eletrobras	SPE	Caldas Novas Transmissão	114	15/03/2023
Eletrobras	SPE	Empresa de Energia São Manoel	101.659	15/06/2033
Furnas	SPE	Empresa de Energia São Manoel	545.002	15/12/2038
Furnas	SPE	UHE Santo Antônio (a)	2.670.292	28/06/2038
Furnas	SPE	Mata de Santa Genebra	94.201	15/11/2030
Furnas	SPE	Mata de Santa Genebra	738.527	15/12/2023
Garantias empresas controladas			12.680.131	

a) UHE Santo Antônio - O valor garantido será 72,3642% do saldo devedor total.

18.3 – Obrigações Assumidas - Covenants

A Empresa possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para

alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente a Empresa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada MESA não atingiu a relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5, aplicável para a 1ª emissão de debêntures (*waiver* obtido em 14 de dezembro de 2018 com vigência até o encerramento do exercício de 2028) e não atingiu o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 aplicável para a 3ª emissão de debêntures (*waiver* obtido em 31 de outubro de 2022 com vigência até o encerramento do exercício de 2022).

Prática Contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e atualizados subsequentemente pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 19 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
PIS/ COFINS	62.025	68.690	77.319	80.507
Impostos Retidos	77.604	109.800	77.862	96.462
ICMS	18.991	22.843	23.234	22.853
PAES/ REFIS	18.003	17.168	48.549	17.168
PERT	8.651	6.194	8.651	6.194
INSS/ FGTS/ ISS/ Outros	58.368	11.749	61.152	14.148
Total	243.642	236.444	296.767	237.332
Passivo não circulante				
PAES/ REFIS	88.513	101.576	88.513	101.576
PIS/ COFINS	14.113	10.756	71.189	13.936
PERT	42.308	43.872	42.308	43.872
Total	144.934	156.204	202.010	159.384

NOTA 20 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre capital próprio	742.797	537.425
Dividendos declarados	-	337.277
Dividendos adicionais a pagar	-	19.431
Total	742.797	894.133

Em 29 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a Retificação da Proposta de Destinação do Lucro do Exercício de 2020 e aprovou a Antecipação da Distribuição aos Acionistas de JCP referentes ao exercício de 2021.

Os dividendos e JCP foram pagos nos meses de fevereiro R\$ 19.431 e setembro R\$ 537.425 de 2022, após atualização pela variação da taxa Selic de 31 de dezembro de 2021 até a data do pagamento.



Em 09 de setembro de 2022, a AGE aprovou a rerratificação da destinação do lucro do exercício de 2021, destinando para a Reserva de Lucros o montante de R\$ 337.277.

O Conselho de Administração, reunido em 27 de dezembro de 2022, aprovou a proposta de antecipação da distribuição de JCP no valor de R\$873.879 (R\$742.797 líquido de IRRF à alíquota de 15%) com base no lucro registrado nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2022.

Prática Contábil

Furnas possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou JCP não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 21 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Empresa apresenta no passivo não circulante e patrimônio líquido, valores correspondentes a AFAC, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	66.216	63.404	72.065	63.404
Atualização monetária	-	2.812	(503)	8.661
Devolução (a)	(66.216)	-	(71.562)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	-	66.216	-	72.065

(a) Foi realizado a devolução de AFAC para a Eletrobras, o montante se tratava de resquício de atualização monetária.

Prática contábil

Os recursos recebidos da Eletrobras, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados no passivo não circulante quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social da Empresa não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações nos lucros (PLR)	42.924	160.546	55.551	160.546
Encargos sobre férias	49.243	44.033	51.402	44.182
Folha de pagamento	107.028	99.707	110.136	99.849
Provisões sobre férias	96.772	87.857	102.772	88.278
Plano de readequação - PREQ / PDV	178.651	-	178.652	-
Outros	12.639	16.303	12.638	16.396
Total circulante	487.257	408.446	511.151	409.251

Prática Contábil

As estimativas com obrigações trabalhistas e os respectivos encargos trabalhistas são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período, à medida que os empregados obtêm direitos de recebimentos futuros.

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	32.107	17.604	46.114	17.604
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	71.091	45.811	71.091	45.845
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Recurso em poder da empresa	11.124	16.695	64.488	16.954
Quota CDE	-	-	867	-
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	3.262	2.399	4.277	2.403
	<u>117.584</u>	<u>82.509</u>	<u>186.837</u>	<u>82.806</u>
Não Circulante				
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Projetos Próprios	196.963	189.887	221.777	189.887
	<u>196.963</u>	<u>189.887</u>	<u>221.777</u>	<u>189.887</u>
Total circulante	<u>314.547</u>	<u>272.396</u>	<u>408.614</u>	<u>272.693</u>

23.1 - Reserva Global de Reversão – RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

Prática Contábil

A Empresa reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

NOTA 24 – OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Compensação Ambiental	-	-	158.794	-
Cauções	-	-	18.271	554
Adiantamentos de clientes	-	-	64.270	2.090
Arrendamentos	16.684	8.207	18.823	10.016
Outros Passivos	9.050	32.459	63.910	45.857
	25.734	40.666	324.068	58.517
Não Circulante				
GAG Melhoria	120.801	202.190	120.801	202.190
Convênio Itaipu	180.552	165.570	180.552	165.570
Compensação Ambiental	-	-	174.245	-
Adiantamentos de clientes	-	-	129.484	-
Arrendamentos	76.341	88.432	174.297	156.686
<i>Waiver Fee</i>	-	-	80.776	-
Outros Passivos	9.970	9.972	25.778	20.041
	387.664	466.164	885.933	544.487
Total	413.398	506.830	1.210.001	603.004

Em julho de 2022, ocorreu a obtenção de controle da MESA, que acrescentou um montante R\$ 648.100 em 31 de dezembro de 2022 em Outros Passivos.

Compensação Ambiental

O saldo calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, são recursos destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra com a adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA.

Adiantamentos de clientes

Corresponde aos adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos das energias contratadas, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

NOTA 25 – BENEFÍCIO AOS EMPREGADOS

Furnas patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Plano de Saúde e Benefícios Rescisórios (Plano de Aposentadoria Extraordinária e Plano de Incentivo ao Desligamento). A gestão dos planos de previdência da Empresa é responsabilidade da Fundação Real Grandeza (FRG), entidade sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- **Risco de investimento:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- **Risco de taxa de juros:** Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- **Risco de longevidade:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- **Risco de salário:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Furnas oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde conforme apresentado na tabela a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Obrigações Estimadas	36.815	14.776
Total	36.815	14.776
Não Circulante		
Planos Previdenciários (25.1)	37.972	57.973
Planos de saúde (25.2)	83.411	75.436
Benefícios Rescisórios	4.697	36.347
Obrigações Estimadas	1.211	2.534
Total	127.291	172.290

25.1 – Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanço Patrimonial - Planos Previdenciários	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	13.034.860	13.606.821
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(13.863.010)	(13.644.084)
Valores disponíveis imediatos	(175)	(152)
Realizável previdenciário	(84.147)	(75.832)
Renda fixa	(12.359.677)	(11.888.007)
Renda variável	(2.727.479)	(2.800.225)
Investimentos imobiliários	(492.865)	(474.951)
Empréstimos e financiamentos	(166.200)	(203.649)
Tesouraria	35.643	(27.389)
Outros	(89.033)	(93.236)
(-) Exigíveis previdenciários	179.571	173.950
(-) Exigíveis de investimentos	135.274	119.866
Valor justo - Parte CD	1.706.078	1.625.541
Passivo (Ativo) líquido	(828.150)	(37.263)
Efeito de restrição sobre o ativo	866.122	95.236
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	37.972	57.973
Circulante	-	-
Não Circulante	37.972	57.973



Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	13.995	32.319
Custos dos juros líquidos	5.434	59.262
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	19.429	91.581

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Planos Previdenciários		CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020		13.606.821	16.744.019
Custos dos serviços correntes líquidos		13.995	32.319
Contribuição dos participantes ativos		5.513	4.859
Custos dos juros		1.245.136	1.065.881
Benefícios pagos		(1.208.131)	(1.220.535)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas		(41.540)	(773.937)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras		(912.541)	(2.965.860)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência		325.607	720.075
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021		13.034.860	13.606.821

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Justo - Planos Previdenciários		CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020		13.644.084	15.911.594
Receita de juros		1.251.011	1.012.942
Contribuições patronais		40.010	41.785
Contribuições de participantes do plano		5.513	4.859
Benefícios pagos/adiantados		(1.208.131)	(1.220.536)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)		130.523	(2.106.560)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021		13.863.010	13.644.084

25.1.1 – Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas			
	2022		2021
Taxa de juros real de desconto atuarial	6,13%		5,33%
Projeção de aumento médio dos salários	2,00%		1,00%
Taxa de crescimento real dos benefícios	0,00%		0,00%
Duration	9,86		10,53

Hipóteses Demográficas			
	2022		2021
Taxa de rotatividade	Nula		Nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Basic Segregada por sexo		AT-2000 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Segregada por sexo		AT-49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas SUAV 50%		Álvaro Vindas SUAV 50%

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes:

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 980.765 ou aumento de R\$ 1.142.022, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 53.917 ou teria uma redução de R\$ 48.920, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usadas na preparação da análise de sensibilidade.

25.2 – Planos de saúde

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanço Patrimonial - Planos de saúde	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	83.411	75.436
(-) Valor justo dos ativos do plano	-	-
Passivo (Ativo) líquido	83.411	75.436
Circulante	-	-
Não Circulante	83.411	75.436
Demonstração do Resultado - Planos de saúde	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	-	997
Custos dos juros líquidos	10.669	5.653
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	10.669	6.650

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos de saúde, são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Plano de saúde

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	111.783	118.367
Custos dos serviços correntes líquidos	-	997
Custos dos juros	10.669	5.653
Benefícios pagos	(36.654)	(37.781)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(24.573)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(7.398)	(95.068)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	5.011	107.841
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	83.411	75.436

25.3 – Resultados consolidados atuariais

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.994.254	2.583.314
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	(626.164)	(2.934.425)
Retorno sobre ativos do plano	(130.523)	2.106.560
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	759.577	(64.650)
Ativos / Passivos diferidos – Laudo atuarial	(983)	303.455
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.996.161	1.994.254

25.4 – Contribuições patronais

Análise dos vencimentos anuais esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Controladora/Consolidado	1.175.862	1.087.452	1.008.673	934.111	8.916.869	13.122.967

Furnas espera contribuir com R\$ 1.175.862 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício.

Prática Contábil

Planos previdenciários

Furnas patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. Furnas possui planos de contribuição definida e de benefício definido.

- Nos planos de contribuição definida, Furnas faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

Furnas efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Furnas não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, Furnas tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Furnas oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado por Furnas antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. Furnas reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 26 – CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.778	33.558	1.778	33.558
Encargos	-	4.126	-	4.126
Ajuste valor presente	-	2.274	-	2.274
Transferência para circulante	82	(82)	82	(82)
Amortização	-	(2.674)	-	(2.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.860	37.202	1.860	37.202
Consolidação MESA	-	-	27.419	292.460
Encargos	-	3.297	-	5.588
Ajuste valor presente	-	-	(31)	9.550
Transferência para circulante	120	(120)	14.604	(14.604)
Amortização	-	(2.940)	(13.909)	(2.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.980	37.439	29.943	327.256

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2022
2023	1.980	29.943
2024	1.878	32.375
2025	1.878	33.482
2026	1.878	34.301
2027	1.878	35.088
2028	28.049	62.065
Após 2028	1.878	129.945
Total	39.419	357.199

	CONTROLADORA			
	Valor Original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Usina				
Batalha – 35 anos	249	5.069	367	7.438
Simplicio – 35 anos	972	20.503	1.521	31.981

	CONSOLIDADO			
	Valor Original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Usina				
Batalha – 35 anos	249	5.069	367	7.438
Simplicio – 35 anos	972	20.503	1.521	31.981
Santo Antônio - 35 anos	12.137	247.788	27.155	317.779

NOTA 27 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Furnas e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito administrativo e judiciário, principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

27.1 – Provisões para litígios

A Empresa e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Cíveis	-	-	62.285	-
Trabalhistas	-	-	165	-
	-	-	62.450	-
Não Circulante				
Trabalhistas	740.124	829.091	744.182	829.091
Tributárias	537.949	513.617	537.949	513.617
Cíveis	497.778	428.157	581.657	428.157
Regulatórios	363.099	422.392	363.099	422.392
Fundiários	288.430	187.534	416.240	188.794
Ambientais	63.841	29.491	63.841	29.491
	2.491.221	2.410.282	2.706.968	2.411.542
Total	2.491.221	2.410.282	2.769.418	2.411.542

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.410.282	2.411.542
Aquisição de MESA (a)	-	238.096
Incorporação TGO (b)	1.439	-
Constituição de provisões	741.343	800.891
Reversão de provisões	(232.801)	(244.737)
Atualização Monetária	12.793	3.197
Constituições anos anteriores (reclassificado de outros)	-	17.382
Pagamentos	(441.835)	(456.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.491.221	2.769.418

- (a) Em julho de 2022, Furnas passou a ser controladora da MESA após assinatura do Distrato do Acordo de Acionistas de MESA. (vide nota explicativa 13.2); e
- (b) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7.

27.1.1 – Trabalhistas

Furnas é parte em diversos processos trabalhistas, e em 31 de dezembro de 2022 esses processos somam R\$ 744.182 (R\$ 829.091 em 31 de dezembro de 2021). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações vinculadas, principalmente, a: (i) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias, bem como a outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito, ou, mesmo tendo recebido o direito, julgou que foi por valor diverso do que deveria; e (ii) complementação de aposentadoria equiparada à remuneração dos empregados ativos. Dentre os processos relevantes:

- R\$ 228.954 (R\$ 140.678 em 31 de dezembro de 2021) referente às ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria;
- R\$ 113.919 (R\$ 31.941 em 31 de dezembro de 2021) referente às ações movidas por funcionários que pleiteiam o recebimento de horas extras trabalhadas;

- R\$ 116.890 (R\$ 106.877 em 31 de dezembro de 2021) referente à demanda de trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do TST (Tribunal Superior do Trabalho); e
- R\$ 25.272 (R\$ 15.762 em 31 de dezembro de 2021) referente à demanda de ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador.

27.1.2 – Tributários

Em 31 de dezembro de 2022 os processos tributários prováveis somam R\$ 537.949 (R\$ 513.617 em 31 de dezembro de 2021). Dentre os processos de natureza tributária destacamos:

- Desconstituição de crédito tributário - IRPJ (Processo nº 5011315-38.2018.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 194.841 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 181.015 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de ação anulatória que visa a desconstituição de crédito tributário.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

- Auto de infração - PIS/COFINS (Processo nº 0084092-14.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda provável, e integralmente depositado em juízo, é R\$ 189.208 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 174.544 em 31 de dezembro de 2021). O processo refere-se a uma ação anulatória, a União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o auto de infração, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas, que foi inicialmente, proposta por Furnas contra a União Federal com a finalidade de questionar a cobrança final decorrente de auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores de PIS/COFINS informados por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DAFON) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS/COFINS. O pedido de Furnas foi julgado improcedente, porém a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento.

- Compensações de IRPJ e CSLL (Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 89.375 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 83.333 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, a Empresa tem registrado com prognóstico de perda possível, conforme item 27.2.2. Trata-se de um processo da Fazenda Nacional contra Furnas referente a lançamentos fiscais com aplicação de multa de ofício em virtude da desconconsideração de compensações de IRPJ e CSLL realizadas sem a apresentação de PER/DCOMP. O processo teve julgamento parcialmente procedente a Execução Fiscal.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

27.1.3 – Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022 os processos regulatórios prováveis somam R\$ 363.099 (R\$ 422.392 em 31 de dezembro de 2021).

- Anulação de ato administrativo (Processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001)

O valor total classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 69.835 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 148.498 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de um processo movido pela Ampla Energia e Serviços S.A., referente à ação ordinária na qual a mesma pede a anulação de ato administrativo, alegando violação ao congelamento de preços, que foram implementadas pelos Decretos Lei nº 2.283/86 e nº 2.284/86.

- Anulação de autos de infração ANEEL

Furnas é parte em diversos processos regulatórios, e em 31 de dezembro de 2022 esses processos somam R\$ 207.893 (R\$ 207.670 em 31 de dezembro de 2021). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de recursos nos quais Furnas pede anulação para a desconstituição de ato administrativo.

27.1.4 – Fundiários

Em 31 de dezembro de 2022 os processos fundiários prováveis somam R\$ 416.240 (R\$ 188.794 em 31 de dezembro de 2021). No caso dos processos fundiários destacamos:

- Indenização por servidão (Processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 168.248 (R\$ 157.233 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de uma ação de indenização, movida pela Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda., por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. O autor iniciou o cumprimento de sentença por meio do processo nº 0020278-73.2016.8.26.0224, cujo trâmite foi suspenso pelo ajuizamento de Ação Rescisória por Furnas, autuada sob o nº 2123705-45.2016.8.26.0000. Considerando o acórdão proferido pelo TJSP favoravelmente a Furnas na ação rescisória, o cumprimento de sentença na ação de indenização encontra-se suspenso.

- Obrigação de fazer (Processo nº 0326606-20.2008.8.13.0019)

Destacamos a mudança de prognóstico de possível para provável deste processo. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 70.968. Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer impetrada pelo Município de Capitólio/MG em decorrência da construção da UHE Furnas.

27.1.5 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 os processos cíveis prováveis somam R\$ 581.657 (R\$ 428.157 em 31 de dezembro de 2021).

- Ação declaratória (Processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 89.802 (R\$ 221.328, com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2021). O processo tendo como parte contrária Consórcio Fornecedor Batalha – CONBAT, e trata-se de ação declaratória de nulidade de multa contratual e condenatório para ressarcimento de diversos valores oriundos do pleito de reequilíbrio-econômico do contrato celebrado entre as partes na ocasião da construção da UHE Batalha. Atualmente encontra-se com suspensão de prazo para interposição de recurso de apelação pelas partes em razão de tratativas para acordo judicial.

- Complementação de aposentadoria - Fundação Real Grandeza - FRG

Furnas é parte em diversos processos cíveis de perda provável no que tange a complementação de aposentadoria, e em 31 de dezembro de 2022 esses processos somam R\$ 164.214 (R\$ 17.850 em 31 de dezembro de 2021). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da FRG.

- Em julho de 2022, MESA passou a ser controlada de Furnas, desta forma, seus processos cíveis com diagnóstico de perda provável que somam R\$ 70.914 foram incorporados.

A MESA é parte envolvida em (i) ações movidas contra a Empresa por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarrancamento das margens do rio Madeira e consequentes danos a imóveis; (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação intentada pela Empresa relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio; e (iii) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Empresa por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola.

27.2 – Passivos contingentes

Adicionalmente, a Empresa possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	8.071.808	7.523.659	9.021.105	7.523.659
Cíveis	641.075	937.782	3.273.079	937.782
Regulatórios	1.018.082	914.617	1.018.082	914.617
Trabalhistas	819.408	896.736	824.021	896.736
Ambientais	948.068	77.452	998.038	77.452
Fundiários	86.256	80.582	86.256	80.582
Total	11.584.697	10.430.828	15.220.581	10.430.828

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil.

Com a aquisição do controle de MESA em julho de 2022, houve um acréscimo de R\$ 3.635.884 nos passivos contingentes de Furnas. Dentre as principais causas classificadas como possíveis, damos destaque para causas no âmbito cível e tributário, apresentando um acréscimo de R\$ 2.632.004 e R\$ 949.297 respectivamente.

27.2.1 – Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 os processos trabalhistas com risco possível somam R\$ 876.841 (R\$ 896.736 em 31 de dezembro de 2021). Furnas é parte em diversos processos trabalhistas, que não são individualmente materiais. Destacam-se:

- R\$ 222.711 (R\$ 284.096 em 31 de dezembro de 2021) referente a ações movidas por ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador;
- R\$ 123.328 (R\$ 131.483 em 31 de dezembro de 2021) referente às ações movidas por funcionários que pleiteiam o recebimento de horas extras trabalhadas;
- R\$ 53.526 (R\$61.090 em 31 de dezembro de 2021) referente a ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria; e
- R\$ 11.436 (R\$ 13.687 em 31 de dezembro de 2021) referente a ações movidas por trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

27.2.2 – Tributários

Em 31 de dezembro de 2022 os processos tributários com probabilidade possível somam R\$ 9.021.105 (7.523.659 em 31 de dezembro de 2021).

- Auto de Infração - IRPJ e CSLL (Processo nº 5033017-06.2019.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.876.516 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.774.328 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, proposta por Furnas em face da União Federal, objetivando a desconstituição de crédito tributário. Em agosto de 2022 foi proferida sentença favorável a Furnas, tendo o juiz julgado procedente o seu pedido para afastar as cobranças perpetradas. A União Federal interpôs Apelação e aguarda-se o desenrolar do processo.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

- Auto de infração - PIS/COFINS (Processo nº 5002123-76.2021.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.645.510 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.551.613 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, proposta por Furnas em face da União Federal, objetivando a desconstituição de crédito tributário oriundo de suposta insuficiência de recolhimento.

- Auto de Infração – Prejuízo Fiscal (Processo nº 16682.722.946/2015-23)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 894.253 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 832.589 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de auto de Infração, lavrado pela Fazenda Nacional contra Furnas, em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. As despesas deduzidas no ano-calendário de 2010 foram rejeitadas pela autoridade fiscal. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada, porém a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência contra a decisão, que aguarda julgamento. O processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da Empresa

ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP. Deste modo, esse montante foi excluído do processo, restando apenas a quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo, seguindo no CARF a discussão quanto à possibilidade de utilização como prejuízo fiscal de despesa tida em 2000, mas registrada diretamente na parte B do LALUR em 2009. Processo em última instância administrativa, tendo-se iniciado o julgamento na Câmara Superior de Recursos Fiscais, mas suspenso em razão de pedido de vista por um dos Conselheiros. Aguardando conclusão do julgamento.

- Cobrança de crédito tributário - IRPJ e CSLL (Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 809.118 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 752.706 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela União Federal contra Furnas, para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença parcialmente procedente, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Em sede de recurso, o TRF2 manteve a sentença. Aguarda-se a movimentação do processo para interposição de recursos.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

- Crédito tributário - IRPJ e CSLL (Processo nº 5015422-23.2021.4.02.5101)

O montante total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 677.561 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 625.206 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de Execução Fiscal de crédito tributário, tendo como partes União Federal (autora) e Furnas (ré), decorrente do lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multa de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão realizada por Furnas da base de cálculo dos tributos acima mencionados referente ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Os embargos à execução ajuizados por Furnas foram julgados procedentes, tendo sido cancelados os débitos discutidos. A União interpôs apelação, sendo o processo remetido à 2ª instância.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

- Cobrança de ICMS (Processo nº 0046753-12.2020.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 584.992 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 546.522 em 31 de dezembro de 2021). Furnas ajuizou ação anulatória contra o Estado do Rio de Janeiro para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia, cuja operação seguinte – venda da energia – estava sob regime de diferimento de ICMS. Foi proferida sentença julgando improcedente o pedido de Furnas, que interpôs recurso de apelação e aguarda análise pelo Tribunal.

- Execução Fiscal - IRPJ (Processo nº 5062386-45.2019.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 138.543 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 128.405 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela Fazenda Nacional contra Furnas, para exigir crédito tributário relativo à aplicação de multas isoladas pela suposta falta de recolhimento das estimativas mensais no exercício de 2011. Considerou-se que a resolução da lide depende do desfecho da discussão quanto às compensações travada na Execução Fiscal 5011315-38/.2018.4.02.5101, razão pela qual o juiz da 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro suspendeu o presente processo até o trânsito da decisão proferida naquela Execução.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

- Em julho de 2022, MESA passou a ser controlada de Furnas, desta forma, seus processos com diagnóstico de perda possível que somam R\$ 949.297 foram incorporados.

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Controlada; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; e (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

27.2.2.1 – ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

O ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Lucro sobre Tributo, quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Empresa: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Empresa. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Empresa deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, Furnas avaliou e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

27.2.3 – Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022 os processos regulatórios com risco possível somaram R\$ 1.018.082 (R\$ 914.617 em 31 de dezembro de 2021).

- Declaração de nulidade (Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 319.609 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 302.934 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de declaração de nulidade, tendo como partes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (autor) e Furnas e outros (réus), do Despacho da ANEEL nº 288/02 que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Busca-se o refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

- Mandado de segurança (Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 269.951 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 252.029 em 31 de dezembro de 2021). O processo tem como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré), e trata-se de um mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) e CUD referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não ser concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assinar tais contratos regulados.

27.2.4 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 os processos cíveis e outros com risco possível somaram R\$ 3.273.079 (R\$ 937.782 em 31 de dezembro de 2021).

- Indenização (Processo nº 0146201-70.2011.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 467.016 (R\$ 401.962 em 31 de dezembro de 2021). O processo tem como partes Furnas (autora) e ABB Ltda. (ré), e trata-se de processo indenizatório referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de ITAIPU. A contingência é baseada em reflexos indenizatórios na hipótese de não ser concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assumir a obrigação.

- Reembolso de despesas (Processo nº 0286385-32.2018.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 100.708 (R\$ 83.856 em 31 de dezembro de 2021). O processo tendo como parte contrária a Fundação de Previdência e Assistência Social – Real Grandeza, e trata-se de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da Fundação Real Grandeza.

- Em julho de 2022, MESA passou a ser controlada de Furnas, desta forma, seus processos com diagnóstico de perda possível que somam R\$ 2.632.004 foi consolidado.

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e consequente queda da produção pesqueira, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

27.2.5 – Ambientais

Em 31 de dezembro de 2022 os processos ambientais com risco de perda possível somaram R\$ 1.010.185 (R\$ 77.452 em 31 de dezembro de 2021).

- Reparação Civil de Danos Ambientais (Processo nº 000083-097/2014)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 812.002 em 31 de dezembro de 2022. Trata-se de Área De Preservação Permanente da Usina de Manso, tendo como parte Ministério Público Do Estado De Mato Grosso, sob acompanhamento da 15ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente Natural de Cuiabá, a fim de verificar a situação de operação do UHE Manso. Foi elaborado pelo Ministério Público o Relatório Técnico nº 219/2022, por meio do qual concluiu que a valoração do dano ambiental, considerando o exercício da atividade sem licença ambiental e o não cumprimento das condicionantes.

27.3 – Cauções e depósitos vinculados

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	-	-	137.708	-
Ativo Não Circulante				
Trabalhistas	373.737	399.796	411.051	399.796
Regulatórios	232.203	219.254	232.203	219.261
Tributários	241.174	213.674	241.174	213.674
Cíveis	178.402	648	191.367	648
Ambientais e fundiários	53.493	2.856	53.493	2.856
Bloqueios (BacenJud)	1.717	101.461	1.717	101.461
Total	<u>1.080.726</u>	<u>937.689</u>	<u>1.268.713</u>	<u>937.696</u>

Decisão do STF – Matéria tributária transitada em julgado

Em fevereiro de 2023, o Plenário Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Empresa não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto Furnas e suas controladas não foram, neste momento, impactadas pela decisão do STF.

Prática Contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores

de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Empresa.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 28 – OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas.

28.1 Movimentação das obrigações Lei nº 14.182/2021

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	Conta Desenvolvimento Energético	Revitalização das Bacias Hidrográficas
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adição	9.723.379	1.759.545
Atualização Monetária	56.885	6.050
Encargos	315.629	49.160
Amortização do Principal	(1.538.496)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.557.397	1.814.755

A atualização do passivo das obrigações Lei nº 14.182/2021 é realizada utilizando o IPCA do mês anterior.

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	Conta Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²	Total
2023	174.904	230.764	405.668
2024	317.264	217.380	534.644
2025	442.287	205.715	648.002
2026	548.070	194.676	742.746
2027	636.705	184.229	820.934
Após 2027	6.438.167	781.991	7.220.158
Total	8.557.397	1.814.755	10.372.152

¹ Final em 2047; e

² Final em 2032.



Na nota explicativa 33.3.3, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Furnas efetuou o pagamento à CDE do valor atualizado de R\$ 1.538.496.

Prática Contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

As taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da Empresa, no valor de R\$ 45.249.779 (R\$ 26.821.827 em 31 de dezembro 2021).

O capital social de Furnas, no total de R\$ 15.439.373 (R\$ 6.531.154 em 31 de dezembro 2021), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

ACIONISTA	31/12/2022					
	ORDINÁRIAS			PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	69.585.004	99,87%	19.433.351	98,95%	89.018.355	99,67%
Outros	91.700	0,13%	205.279	1,05%	296.979	0,33%
Total	69.676.704	100%	19.638.630	100%	89.315.334	100%

ACIONISTA	31/12/2021					
	ORDINÁRIAS			PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	52.647.326	99,83%	14.659.407	98,62%	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	0,17%	205.278	1,38%	296.978	0,44%
Total	52.739.026	100%	14.864.685	100%	67.603.711	100%

29.1 – Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da Empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

29.2 – Reservas de lucros

	Reserva Legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2020	888.300	5.021.591	8.209.219	14.119.110
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2021	204.114	2.908.626	-	3.112.740
Dividendo Adicional Proposto	-	(160.458)	-	(160.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.092.414	7.769.759	8.209.219	17.071.392
Reversão de dividendos	-	337.277	160.458	497.735
Reclassificação entre reservas	-	(5.801.369)	5.801.369	(299.121)
Reversão de reservas	-	(299.121)	-	(299.121)
Constituição de reservas	82.911	-	701.453	784.364
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.175.325	2.006.546	14.872.499	18.054.370

No segundo trimestre de 2022, a Empresa verificou a necessidade de reclassificação entre as contas de Reserva especial de dividendos não distribuídos e a Reserva de lucros a realizar do montante de R\$ 5.801.369 para adequação aos Art. 197 e Art. 202 da Lei 6.404/1976.

A Empresa realiza a constituição das Reservas de Lucro seguindo a legislação vigente, destinando para Reserva especial de dividendos não distribuídos os valores de dividendos mínimos obrigatórios que não foram destinados em função da situação econômico-financeira, conforme § 5º, Art. 202 da Lei 6.404/1976.

As Reservas de Lucro podem ser destinadas para remuneração aos acionistas, aumento de capital ou abatimento de prejuízos futuros. A Empresa pretende realizar essas reservas na proporção das distribuições futuras de dividendos que ultrapassarem o mínimo obrigatório.

29.3 – Adiantamento para Futuro de Aumento de Capital

	AFAC
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adiantamento para Futuro aumento de Capital Eletrobras	17.308.219
Integralização	(8.908.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.400.000

Em setembro de 2022 foi concedido a Furnas AFAC no montante de R\$ 8.908.219 para pagamento do bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, o qual foi integralmente capitalizado. Adicionalmente, em dezembro de 2022, foi concedido através de aumento de capital o montante de R\$ 8.400.000, para o reforço de caixa e refinanciamento de passivo, com recursos ordinários. O valor do AFAC será capitalizado, através de aumento de capital, após a Empresa ter cumprido todas as disposições legais necessárias a formalização do processo.

29.4 – Distribuição de Dividendos

Destinação do Exercício	CONTROLADORA	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucros acumulados	-	-
Ajustes de SPes	-	49.345
Lucro do exercício	1.658.243	4.032.937
(-) Reserva Legal	(82.911)	(3.112.740)
(-) Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(393.833)	(969.542)
(-) Dividendo adicional proposto	(480.046)	-
(-) Reserva de lucros a realizar	(701.453)	-
Total	-	-

NOTA 30 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Geração				
Suprimento	2.638.371	2.958.089	5.071.720	3.028.153
Fornecimento	1.337.731	1.249.779	1.404.179	1.249.779
CCEE	483.665	263.394	486.045	280.147
Receita de operação e manutenção	1.621.669	1.490.181	1.621.669	1.490.181
Receita de construção	7.324	82.205	7.324	82.205
	6.088.760	6.043.648	8.590.937	6.130.465
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	2.247.280	2.114.632	2.205.586	2.116.614
Receita de construção	480.112	764.804	480.112	764.804
Receita financeira contratual	3.236.626	4.213.701	3.252.503	4.238.573
	5.964.018	7.093.137	5.938.201	7.119.991
Outras receitas	19.641	51.605	17.590	48.704
(-) Deduções à Receita operacional				
(-) ICMS	(187.896)	(187.270)	(193.312)	(187.270)
(-) PIS e COFINS (a)	(1.028.406)	(1.066.082)	(1.267.674)	(1.075.127)
(-) ISS	(1.076)	(1.073)	(1.076)	(1.073)
Encargos Setoriais	(584.270)	(540.508)	(646.478)	(541.754)
	(1.801.648)	(1.794.933)	(2.108.540)	(1.805.224)
Receita operacional líquida	10.270.771	11.393.457	12.438.188	11.493.936

a) Reclassificação nas rubricas de PIS e COFINS, que anteriormente era apresentado nas deduções da Receita Operacional Líquida e atualmente está sendo apresentado no Resultado Financeiro, vide nota explicativa 4.6.

A redução da receita financeira contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em relação ao mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve, principalmente, ao fato do IPCA acumulado deste exercício ter sido inferior quando comparado ao IPCA acumulado do exercício anterior.

Prática Contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Empresa satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Empresa entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas será alterado

de cotas de garantia física para produção independente de energia (PIE), em 20% ano, atingindo a alteração completa em 05 anos. Maiores detalhes nas notas explicativas 1.1.1 e 15.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Empresa registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Empresa reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Empresa inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida (ROL), pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota explicativa 9.

NOTA 31 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(738.331)	(387.379)	(1.125.710)	(663.179)	(462.151)	(1.125.330)
Programa de Demissão Voluntária (vide nota 31.3)	(52.590)	(201.453)	(254.043)	-	-	-
Material	(34.500)	(2.711)	(37.211)	(32.600)	(2.918)	(35.518)
Serviços	(356.249)	(327.750)	(683.999)	(297.626)	(227.931)	(525.557)
Energia comprada para revenda (vide nota 31.2)	(1.695.429)	-	(1.695.429)	(646.174)	-	(646.174)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(836.995)	-	(836.995)	(764.046)	-	(764.046)
Combustível para produção de energia elétrica	(611.060)	-	(611.060)	(937.447)	-	(937.447)
Construção	(319.545)	-	(319.545)	(339.617)	-	(339.617)
Depreciação e amortização	(374.582)	(57.448)	(432.030)	(242.353)	(52.225)	(294.578)
Doação e contribuições	-	(49.984)	(49.984)	-	(55.856)	(55.856)
Reversões e (Provisões) operacionais (vide nota 31.1)	-	(247.863)	(247.863)	-	(975.152)	(975.152)
Outros	-	(523.539)	(523.539)	-	(326.191)	(326.191)
Total	(5.019.281)	(1.798.127)	(6.817.408)	(3.923.042)	(2.102.424)	(6.025.466)

	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(781.696)	(416.458)	(1.198.154)	(664.282)	(468.337)	(1.132.619)
Programa de Demissão Voluntária (vide nota 31.3)	(52.590)	(201.453)	(254.043)	-	-	-
Material	(50.049)	(3.108)	(53.157)	(32.603)	(2.943)	(35.546)
Serviços	(461.669)	(365.717)	(827.386)	(308.844)	(231.452)	(540.296)
Energia comprada para revenda (vide nota 31.2)	(2.197.557)	-	(2.197.557)	(646.174)	-	(646.174)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.177.689)	-	(1.177.689)	(764.175)	-	(764.175)
Combustível para produção de energia elétrica	(611.060)	-	(611.060)	(937.447)	-	(937.447)
Construção	(319.545)	-	(319.545)	(339.617)	-	(339.617)
Depreciação e amortização	(869.528)	(57.899)	(927.427)	(292.660)	(52.266)	(344.926)
Doação e contribuições	-	(50.887)	(50.887)	-	(55.856)	(55.856)
Reversões e (Provisões) operacionais (vide nota 31.1)	-	(306.606)	(306.606)	-	(980.944)	(980.944)
Outros	-	(427.179)	(427.179)	-	(332.896)	(332.896)
Total	(6.521.383)	(1.829.307)	(8.350.690)	(3.985.802)	(2.124.694)	(6.110.496)

31.1 – Provisões Operacionais

CONTROLADORA		
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para litígios	(79.500)	(372.319)
PECLD - Consumidores e revendedores	(85.625)	(104.469)
Reversão (Provisão) GAG melhoria	81.389	(16.184)
(Provisão) Reversão de perda com investimentos	(24.677)	-
Perda na aquisição do controle MESA	(956.417)	91.434
Reversão (Provisão) Passivo a descoberto – SPE Madeira Energia S.A. (vide nota 13.1)	705.864	(705.864)
Reversão (Provisão) de contrato oneroso	280.528	(54.801)
Provisão para perda estimada por irreversibilidade de ativos (<i>Impairment</i>)	(217.571)	272.494
Reversão (Provisão) de Participação nos lucros	47.328	(85.443)
Outros	818	-
	<u>(247.863)</u>	<u>(975.152)</u>

CONSOLIDADO		
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para litígios	(111.994)	(372.949)
PECLD - Consumidores e revendedores	(85.625)	(104.469)
Reversão (Provisão) GAG melhoria	81.389	(16.184)
(Provisão) Reversão de perda com investimentos	(24.677)	137.842
Perda na aquisição do controle MESA	(956.417)	-
Reversão (Provisão) Passivo a descoberto – SPE Madeira Energia S.A. (vide nota 13.1)	705.864	(705.864)
Reversão (Provisão) de contrato oneroso	280.528	(54.801)
Provisão para perda estimada por irreversibilidade de ativos (<i>Impairment</i>)	(243.821)	267.332
Reversão (Provisão) de Participação nos lucros	47.328	(85.443)
Outros	819	(46.409)
	<u>(306.606)</u>	<u>(980.944)</u>

31.2 – Energia elétrica comprada para revenda

CONTROLADORA		
	31/12/2022	31/12/2021
Contratos iniciais/bilaterais	(1.695.429)	(1.493.111)
Energia de curto prazo	-	(17.149)
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	-	864.086
Total	<u>(1.695.429)</u>	<u>(646.174)</u>
CONSOLIDADO		
	31/12/2022	31/12/2021
Contratos iniciais/bilaterais	(2.160.529)	(1.493.111)
Energia de curto prazo	(37.028)	(17.149)
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	-	864.086
Total	<u>(2.197.557)</u>	<u>(646.174)</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de energia comprada por Furnas para revenda totaliza R\$ 1.695.429 (R\$ 1.510.260 em 31 de dezembro de 2021 reduzido da repactuação do risco hidrológico no montante de R\$ 864.086 gerou um valor líquido de R\$646.174). No consolidado em 31 de dezembro de 2022 o montante da controladora foi acrescido pela consolidação da SPE MESA no montante de R\$ 502.128, totalizando o montante de R\$ 2.197.557.

A variação observada entre os exercícios de 2022 e 2021 se deve, basicamente, aos seguintes fatores:

- (i) A Repactuação do Risco Hidrológico se dá na totalidade, pelo registro de crédito em 2021, oriundo de cálculo feito pela CCEE, relacionado ao GSF e parcelas das usinas renegociadas no ACL, retroativo a 2013, decorrente das resoluções da Aneel 2919/2021 e 2931/2021, sem equivalência no ano de 2022;
- (ii) Reajuste de preço dos contratos vigentes;
- (iii) Novos contratos de curto prazo firmados;
- (iv) No primeiro trimestre de 2021, Furnas apresentou resultado negativo no MCP (Mercado de Curto Prazo), por isso variação de R\$17.149 referente a energia de curto prazo. Durante todos os meses de 2022, os resultados do MCP foram positivos; e
- (v) Consolidação da MESA a partir de julho de 2022.

31.3 – Programa de Demissão Voluntária

A despesa referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 254.043, sendo realizado em duas fases, uma em 2022, no montante de R\$ 75.391 e outra em 2023, no montante estimado em R\$ 178.652. O número total de inscritos foi de 527 empregados. Conforme descrito no quadro abaixo:

Desligamentos	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	Quantidade de funcionários	Valor
2022	160	75.391
2023 (a)	367	178.652
Total	527	254.043

(a) Valores estimados para 2023.

NOTA 32 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Receitas financeiras				
Receitas de juros, multas, comissões e taxas	40.410	43.336	40.410	43.336
Receita de aplicações financeiras	317.691	66.672	418.682	70.810
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.617	1.796	1.649	1.800
Receita de juros sobre dividendos	1.351	1.287	1.351	1.287
Outras receitas financeiras	12.657	18.504	14.187	18.350
(-) Tributos sobre receitas financeiras (a)	(27.222)	(15.540)	(32.528)	(15.540)
	346.504	116.055	443.751	120.043
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.243.185)	(398.268)	(2.060.854)	(461.493)
Encargos sobre arrendamentos	(10.682)	(10.586)	(10.682)	(10.586)
Encargos sobre recursos de acionistas	(42.295)	(42.609)	(42.295)	(42.609)
Encargos sobre parcelamento de débitos fiscais	(17.485)	(6.399)	(17.485)	(6.399)
Outras despesas financeiras	(111.227)	(92.623)	(182.179)	(92.733)
	(1.424.874)	(550.485)	(2.313.495)	(613.820)
Itens financeiros, líquidos				
Variações monetárias	64.479	24.567	125.736	23.773
Variações cambiais	24.095	(32.456)	24.095	(32.468)
	88.574	(7.889)	149.831	(8.695)
Resultado Financeiro	(989.796)	(442.319)	(1.719.913)	(502.472)

a) Reclassificação nas rubricas de PIS e COFINS, que anteriormente era apresentado nas deduções da Receita Operacional Líquida e atualmente está sendo apresentado no Resultado Financeiro, vide nota explicativa 4.6.

Prática Contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota explicativa 18, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota explicativa 28, os juros dos passivos de arrendamentos e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

NOTA 33 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

33.1 – Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, Furnas monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, somados ao valor de fornecedores, apresentados respectivamente nas notas explicativas 18 e 17, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas explicativas 6 e 7. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	7.984.494	6.877.578	28.517.701	7.382.052
Fornecedores	851.363	667.040	1.068.576	668.272
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.766.459)	(14.404)	(4.764.303)	(116.800)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(7.616.110)	(2.762.181)	(7.616.110)	(2.762.181)
Exposição líquida	(2.546.712)	4.768.033	17.205.864	5.171.343
(+) Total do Patrimônio Líquido	45.249.779	26.821.827	45.483.362	26.822.036
Total do Capital	42.703.067	31.589.860	62.689.226	31.993.379
Índice de Alavancagem Financeira	-6%	15%	27%	16%

33.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Empresa usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado	Nível	6.506.697	3.905.725	8.159.722	4.014.446
Caixa e equivalentes de Caixa		3.766.459	14.404	4.764.303	116.800
Clientes		1.542.103	1.386.366	2.009.297	1.392.684
Ativo financeiro – concessões		-	1.449.680	-	1.449.680
Dividendos a receber - remuneração dos investimentos		117.409	117.586	117.409	117.586
Depósitos judiciais		1.080.726	937.689	1.268.713	937.696
Valor justo por meio do resultado		7.616.110	2.762.181	7.616.110	2.762.181
Títulos e Valores Mobiliários	2	7.616.110	2.762.181	7.616.110	2.762.181
PASSIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		20.083.248	8.640.668	41.251.543	9.222.286
Empréstimos, financiamentos e debêntures		7.984.494	6.877.578	28.517.701	7.382.052
Fornecedores		851.363	667.040	1.068.576	668.272
Arrendamentos		93.023	96.639	193.118	166.702
Concessões a Pagar UBP		39.419	39.062	357.199	39.062
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	66.216	-	72.065
Remuneração aos acionistas		742.797	894.133	742.797	894.133
Obrigações Lei 14.182/2021		10.372.152	-	10.372.152	-

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

33.3 – Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros de Furnas.

Para a gestão de riscos financeiros, Furnas definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

33.3.1 – Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de Furnas ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Empresa apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. Furnas apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

- Risco de apreciação das taxas de câmbio

				CONSOLIDADO			
				Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado	
	Moeda		Reais	Cenário I - Provável 2022¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹	
	Estrangeira						
USD	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(68.100)	(355.324)	3.247	(84.772)	(172.792)	
Impacto no resultado				3.247	(84.772)	(172.792)	
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				3.247	(84.772)	(172.792)	
(¹) Premissas adotadas:			31/12/2022	Provável	25%	50%	
USD			5.22	5.17	6.46	7.76	

33.3.2 – Risco de taxa de juros

a.1) Indexadores Nacionais

• Risco de apreciação das taxas de juros

		Efeito no Resultado		
	Saldo em 31/12/2022	Cenário I - Provável 2022 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
TJLP	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(493.623)	(35.294)	(44.118)
	Impacto no resultado	(35.294)	(44.118)	(52.941)
CDI	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.457.763)	(635.829)	(794.787)
	Impacto no resultado	(635.829)	(794.787)	(953.744)
	Créditos Renegociados - Eletronuclear	278.831	13.217	16.521
IPCA	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(21.392.314)	(1.013.996)	(1.267.495)
	Impacto no resultado	(1.000.779)	(1.250.974)	(1.501.169)
Impacto no resultado dos índices		(1.671.903)	(2.089.878)	(2.507.854)

(¹) Premissas adotadas:	31/12/2022	Provável	25%	50%
TJLP	7,20%	7,15%	8,94%	10,73%
CDI	13,65%	11,65%	14,56%	17,48%
IPCA	5,70%	4,74%	5,93%	7,11%

33.3.3 – Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Empresa e suas controladas são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

CONTROLADORA					
31/12/2022					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	4.198.413	2.740.332	5.613.521	9.927.703	22.479.969
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.216.694	2.400.768	4.162.628	1.637.897	10.417.987
Fornecedores	814.591	-	-	-	814.591
Concessões a pagar UBP	1.980	3.756	5.634	28.049	39.419
Arrendamentos	16.683	12.748	34.894	28.698	93.023
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	405.668	323.060	1.410.365	8.233.059	10.372.152
Remuneração aos acionistas	742.797	-	-	-	742.797
CONTROLADORA					
31/12/2021					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.573.501	2.767.312	2.653.667	1.387.960	9.382.440
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.909.670	2.607.074	2.642.490	1.358.009	8.517.243
Fornecedores	653.584	-	-	-	653.584
Concessões a pagar UBP	231	3.552	5.328	29.951	39.062
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.849	-	5.849
Arrendamentos	10.016	156.686	-	-	166.702



CONSOLIDADO					
31/12/2022					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	5.920.511	3.971.190	8.693.751	27.345.113	45.930.565
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.639.769	3.330.071	6.241.768	19.840.695	33.052.303
Fornecedores	1.019.242	-	-	-	1.019.242
Concessões a pagar UBP	29.943	34.253	69.661	223.342	357.199
Arrendamentos	18.822	29.350	84.028	60.918	193.118
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	405.668	534.644	2.211.682	7.220.158	10.372.152
Remuneração aos acionistas	742.797	-	-	-	742.797
Adiantamentos de clientes	64.270	42.872	86.612	-	193.754

CONSOLIDADO					
31/12/2021					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.573.501	2.767.312	2.653.667	1.387.960	9.382.440
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.909.670	2.607.074	2.642.490	1.358.009	8.517.243
Fornecedores	653.584	-	-	-	653.584
Concessões a pagar UBP	231	3.552	5.328	29.951	39.062
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.849	-	5.849
Arrendamentos	10.016	156.686	-	-	166.702

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando Furnas, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

Furnas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

Furnas considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo

da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Furnas baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (nota explicativa 18.2). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (nota explicativa 31).

NOTA 34 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

34.1 – Resultado por segmento

Os segmentos de negócios da Empresa divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Empresa, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.



As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	-	7.273.291	5.164.897	12.438.188	-	5.130.057	6.363.879	11.493.936
Custos Operacionais	-	(5.552.310)	(1.223.115)	(6.775.425)	-	(3.094.808)	(890.994)	(3.985.802)
Despesas Operacionais	(790.594)	(383.982)	(400.689)	(1.575.265)	(840.442)	(780.681)	(503.571)	(2.124.694)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	19.874	19.874	-	-	1.364.564	1.364.564
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(790.594)	1.336.999	3.560.967	4.107.372	(840.442)	1.254.568	6.333.878	6.748.004
Resultado Financeiro				(1.719.913)				(502.472)
Resultado de Participações Societárias				638.397				(321.945)
Outras receitas e despesas				(1.338.982)				-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido				(40.284)				(1.890.795)
Lucro Líquido no exercício				1.646.590				4.032.792

34.2 – Ativos não circulantes por segmento

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

	CONSOLIDADO							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	132.328	24.593.343	-	24.725.671	234.148	6.677.072	170.880	7.082.100
Intangível	218.160	22.305.674	2.107	22.525.941	35.448	1.138.317	2.107	1.175.872
Ativo Contratual	-	-	24.763.617	24.763.617	-	-	24.494.418	24.494.418
	350.488	46.899.017	24.765.724	72.015.229	269.596	7.815.389	24.667.405	32.752.390

NOTA 35 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Empresa com sua controladora, coligadas e controladas, SPEs e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- Empresas em que Furnas detém participações acionárias: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos de uso do sistema de Transmissão e serviços de terceiros; e
- Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos, JCP e encargos financeiros.



35.1 – Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

35.1.1 – Balanço Patrimonial

Patrimonial	CONTROLADORA 31/12/2022				
	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras
Ativos					
Cientes	14.148	4.458	7.824	-	17.776
Outras contas a receber	-	-	1.270	932	136.409
Dividendos / JCP a receber	-	46.007	71.402	-	-
PECLD (1)	-	-	-	-	(135.357)
Outros investimentos (acionista)	-	-	-	-	2.766
Imobilizado – Obrigações vinculadas à concessão	-	-	-	-	(9.150)
Total Ativo	14.148	50.465	80.496	932	12.444
Passivos					
Fornecedores	-	12.266	10.282	231	49.334
Obrigações diversas	-	-	-	11.079	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	4.892	454.687
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	740.327
Outras contas a pagar	-	460	-	87.468	99
Total Passivo	-	12.726	10.282	103.670	1.244.447

(1) A PECLD com Empresas Eletrobras de R\$ 135.357: (i) Eletropar – Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R\$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R\$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).



CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA

Patrimonial	CONTROLADORA 31/12/2021						
	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Administradores	Empresas Eletrobras	Bancos (b)
Ativos							
Clientes	50	2.645	20.831	-	-	317.201	-
Outras contas a receber	-	-	1.034	934	1	137.001	-
Dividendos / JCP a receber	-	49.101	68.485	-	-	-	-
PECLD	-	-	-	-	-	(136.352)	-
Outros investimentos (acionista)	-	-	-	-	-	3.726	-
Imobilizado – Obrigações vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	(9.150)	-
Total Ativo	50	51.746	90.350	934	1	312.426	-
Passivos							
Fornecedores	31	11.616	13.056	231	-	14.699	-
Obrigações diversas	-	-	-	9.933	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	17.310	-	616.202	2.553.951
Outras contas a pagar	-	427	-	123.897	-	165.571	-
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	890.190	-
Total Passivo	31	12.043	13.056	151.371	-	1.686.662	2.553.951

(a) Vide nota explicativa 13.4.

(b) Em 2021: Bancos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A (BASA), Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim S.A. (BV), Banco do Nordeste S.A. (BNB) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



35.1.2 – Demonstração do Resultado

Resultado	CONTROLADORA							
	31/12/2022							
	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Bancos (b)	Administração Comum (c)	União Federal (d)
Receita uso da rede elétrica	78.418	38.210	35.242	-	206.603	-	-	14.904
Receitas de prestação de serviços	1.688	307	16.335	-	6.295	-	-	6.353
Outras receitas	526	-	102.698	83.280	8.079	408	-	2
Compra de Energia Elétrica	-	(107.769)	(179.883)	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede	(305)	(34.417)	(17.743)	-	(168.406)	-	-	-
Venda de Energia	97.869	12.674	39.505	-	-	-	-	14.898
Provisão perdas investimentos – SPE Mesa	(956.417)	-	-	-	-	-	-	-
Reversão da provisão com passivo a descoberto – SPE Mesa	705.864	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(182)	(125.129)	(27)	(334.416)	(24.556)	(796)	(22.405)	(376.118)
Receitas (Despesas) Financeiras	-	-	-	(1.333)	(75.071)	(130.534)	-	-
Total	(72.539)	(216.124)	(3.873)	(252.469)	(47.056)	(130.922)	(22.405)	(339.961)

Resultado	CONTROLADORA							
	31/12/2021							
	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Bancos (b)	União Federal (d)	
Receita uso da rede elétrica	-	40.093	148.073	-	232.568	-	-	-
Receitas de prestação de serviços	1.258	3.018	4.790	-	7.138	-	-	-
Outras receitas	1.643	5.527	103.553	81.216	5.047	-	-	-
Compra de Energia Elétrica	-	(107.731)	(161.994)	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede	(350)	(32.943)	(15.749)	-	(176.817)	-	-	-
Venda de Energia	-	-	146.987	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	(12)	(553)	(346.769)	(9.341)	-	-	-
Receitas (Despesas) Financeiras	-	(553)	(923)	(3.646)	(145.747)	(144.929)	(2.342)	-
Total	2.551	(92.601)	224.184	(269.199)	(87.152)	(144.929)	(2.342)	

(a) Vide nota explicativa 13.4.

(b) Em 2021: Bancos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim S.A. (BV), Banco do Nordeste S.A. (BNB) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2022: BNDES, BB, CEF, BASA, FINEP, BV e BNB até 30/06/2022.

(c) Em 2022: CEPEL e ONS até 30/06/2022.

(d) Em 2021: União Federal: Telebras, Petrobras, Transpetro, Ministério de Minas (MME) e Energia e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em 2022: MME, Telebras, Petrobras, Transpetro e STN até 30/06/2022.



35.2 – Transações com partes relacionadas – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do Consolidado:

35.2.1 – Balanço Patrimonial

Patrimonial	CONSOLIDADO			
	31/12/2022			
	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras
Ativos				
Clientes	4.458	7.824	-	17.776
Outras contas a receber	-	1.270	932	136.409
Dividendos / JCP a receber	46.007	71.402	-	-
PECLD (1)	-	-	-	(135.357)
Outros investimentos (acionista)	-	-	-	2.766
Imobilizado – Obrigações vinculadas à concessão	-	-	-	(9.150)
Total Ativo	50.465	80.496	932	12.444
Passivos				
Fornecedores	12.266	10.282	231	49.334
Obrigações diversas	-	-	11.079	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.892	454.687
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	740.327
Outras contas a pagar	460	-	87.468	99
Total Passivo	12.726	10.282	103.670	1.244.447

(1) A PECLD com Empresas Eletrobras de R\$ 135.357: (i) Eletropar – Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R\$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R\$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).



CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA

Patrimonial	CONSOLIDADO					
	31/12/2021					
	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Administradores	Bancos (b)	Empresas Eletrobras
Ativos						
Clientes	2.645	20.831	-	-	-	317.201
Outras contas a receber	-	1.034	934	1	-	137.001
Dividendos / JCP a receber	49.101	68.485	-	-	-	-
PECLD	-	-	-	-	-	(136.352)
Outros investimentos (acionista)	-	-	-	-	-	3.726
Imobilizado – Obrigações vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	(9.150)
Total Ativo	51.746	90.350	934	1	-	312.426
Passivos						
Fornecedores	11.616	13.056	231	-	-	14.699
Obrigações diversas	-	-	9.933	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	17.310	-	2.553.951	616.202
Outras contas a pagar	427	-	123.897	-	-	165.571
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	890.190
Total Passivo	12.043	13.056	151.371	-	2.553.951	1.686.662

(a) Vide nota explicativa 13.4.

(b) Em 2021: Bancos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A (BASA), Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim S.A. (BV), Banco do Nordeste S.A. (BNB) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



35.2.2 – Demonstração do Resultado

Resultado	CONSOLIDADO						
	31/12/2022						
	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Bancos (b)	Administração Comum (c)	União Federal (d)
Receita uso da rede elétrica	38.210	35.242	-	206.603	-	-	14.904
Receitas de prestação de serviços	307	16.335	-	6.295	-	-	6.353
Outras receitas	-	102.698	83.280	8.079	408	-	2
Compra de Energia Elétrica	(107.769)	(179.883)	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede	(34.417)	(17.743)	-	(168.406)	-	-	-
Venda de Energia	12.674	39.505	-	-	-	-	14.898
Outras despesas	(125.129)	(27)	(334.416)	(24.556)	(796)	(22.405)	(376.118)
Receitas (Despesas) Financeiras	-	-	(1.333)	(75.071)	(130.534)	-	-
Total	(216.124)	(3.873)	(252.469)	(47.056)	(130.922)	(22.405)	(339.961)

Resultado	CONSOLIDADO					
	31/12/2021					
	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Bancos (b)	Empresas Eletrobras	União Federal (d)
Receita uso da rede elétrica	40.093	148.073	-	-	232.568	-
Receitas de prestação de serviços	3.018	4.790	-	-	7.138	-
Outras receitas	5.527	103.553	81.216	-	5.047	-
Compra de Energia Elétrica	(107.731)	(161.994)	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede	(32.943)	(15.749)	-	-	(176.817)	-
Venda de Energia	-	146.987	-	-	-	-
Outras despesas	(12)	(553)	(346.769)	-	(9.341)	-
Receitas (Despesas) Financeiras	(553)	(923)	(3.646)	(144.929)	(145.747)	(2.342)
Total	(92.601)	224.184	(269.199)	(144.929)	(87.152)	(2.342)

(a) Vide nota explicativa 13.4.

(b) Em 2021: Bancos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A (BASA), Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim S.A. (BV), Banco do Nordeste S.A. (BNB) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2022: BNDES, BB, CEF, BASA, FINEP, BV e BNB até 30/06/2022.

(c) Em 2022: CEPEL e ONS até 30/06/2022.

(d) Em 2021: União Federal: Telebras, Petrobras, Transpetro, Ministério de Minas (MME) e Energia e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em 2022: MME, Telebras, Petrobras, Transpetro e STN até 30/06/2022.



35.3 – Remuneração do pessoal- chave

A remuneração do pessoal- chave da Empresa (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	5.607	4.737	7.266	6.523
Benefícios pós-emprego	44.852	41.486	44.852	41.486
Total	50.459	46.223	52.118	48.009

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração de dirigentes				
Maior remuneração de administradores	44	44	104	44
Menor remuneração de administradores	42	42	42	42
Remuneração média de administradores	42	42	73	42
Remuneração de empregados				
Maior remuneração de empregados	69	62	69	62
Menor remuneração de empregados	3	2	2	2
Remuneração média de empregados	20	16	36	16

Prática contábil

A Empresa elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos Inter companhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Furnas e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Empresa pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 36 – TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração do Fluxo de Caixa. As referidas operações estão demonstradas no quadro abaixo:

Transações não envolvendo caixa	CONSOLIDADO
Novos contratos de concessões	
Emissão de AFAC pela Eletrobras com créditos da aquisição de combustíveis - Lei nº 12.111,	877.559
Obrigações da Lei 14.182/2021	9.954.668
Total adicionado ao ativo intangível	10.832.227
Perdas dos valores residuais - redução do imobilizado	271.954
Perda dos valores não homologados - modernizações/melhorias (Lei nº 12.783/2013)	1.067.029
	1.338.983
Combinação de negócios - MESA (Vide nota 13.2)	
Ativo	
IR e CSLL diferidos	2.077.704
Imobilizado e intangível	18.991.316
Outros Ativos	758.493
	21.827.513
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	19.979.063
Outros Passivos	3.121.324
	23.100.387



NOTA 37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Empresa estão apresentados a seguir:

Compromissos	CONSOLIDADO					
	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Controladas em conjunto	213.258	321.900	102.144	284.803	272.087	1.819.688
Fornecedores de combustíveis	224.080	223.468	223.468	-	-	-
Compra de energia	1.535.282	1.484.864	1.388.117	1.375.310	762.401	4.491.736
Venda de energia	3.650.759	2.593.875	1.949.839	1.218.237	1.115.651	10.446.192
Sócioambientais	30.252	24.542	20.824	19.959	19.954	19.654

NOTA 38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 – Incorporação

Em de janeiro de 2023, os acionistas da Eletrobras reunidos na 185ª AGE aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão das subsidiárias: (i) Chesf; (ii) CGT Eletrosul; (iii) Furnas; e (iv) Eletronorte. A aprovação das Incorporações de Ações também ocorreu nas assembleias gerais das subsidiárias.

A operação se justifica como sendo do interesse de todas as partes interessadas, haja vista que as subsidiárias possuem em seus quadros sociais agrupamento de acionistas minoritários que possuem parcela diminuta do capital social votante dessas empresas. A formatação de um único acionista para essas controladas permitirá, assim, que o próprio escopo de atuação dessas sociedades seja revisto e repensado, com vistas: (i) à completa reestruturação e simplificação de seus sistemas de governança, com enfoque em administrações locais mais enxutas e com perfil de gestão operacional; (ii) centralização e padronização de macroprocessos e estruturas, com eliminação de redundâncias e ganhos de eficiência na operação dos ativos e execução dos projetos de investimento; (iii) robustecimento do papel da Eletrobras no direcionamento estratégico de suas subsidiárias e na definição do modelo ótimo de gestão; e (iv) maior segurança jurídica no processo decisório, haja vista a ausência de potenciais interesses conflitantes normalmente associados ao cenário de pluralidade da base acionária.

38.2 – Captação da parcela dos novos contratos de concessão

Em janeiro de 2023, a Empresa captou o aporte de R\$ 230.000 da Eletrobras referente a parcela dos novos contratos de concessão de geração, no âmbito da privatização da Eletrobras. Tais recursos serão aportados anualmente por um prazo de 10 anos pela Eletrobras para aplicação em projetos de revitalização das bacias hidrográficas da área de influência de Furnas.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7019EEB6C35B43E38DD201A4314C829C

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: FURNASCENTRAISELETRICAS22.DEZ.pdf, Relatório da Administração 22 DSUG...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 155

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Jonathan Menezes

Assinatura guiada: Ativado

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

São Paulo, SP 05001-100

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

jonathan.menezes@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Jonathan Menezes

Local: DocuSign

13 de março de 2023 | 21:20

jonathan.menezes@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

13 de março de 2023 | 21:53

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Valter Vieira de Aquino Junior

valter.aquino@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 26 de novembro de 2021 | 16:55

ID: ce9a99ac-9fcb-4ac8-a0dd-e10e2a84f7ab

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 6AEC1DF6D53D45A...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 54.94.237.112

Registro de hora e data

Enviado: 13 de março de 2023 | 21:23

Visualizado: 13 de março de 2023 | 21:52

Assinado: 13 de março de 2023 | 21:53

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Erivelton Ramos

Copiado

Enviado: 13 de março de 2023 | 21:23

erivelton.ramos@pwc.com

Gerente de auditoria

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Jonathan Menezes jonathan.menezes@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 13 de março de 2023 21:53 Visualizado: 13 de março de 2023 21:53 Assinado: 13 de março de 2023 21:53
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	13 de março de 2023 21:23
Entrega certificada	Segurança verificada	13 de março de 2023 21:52
Assinatura concluída	Segurança verificada	13 de março de 2023 21:53
Concluído	Segurança verificada	13 de março de 2023 21:53

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
--	--	--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.